



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA OUVIDORIA ESPECIALIZADA EM AÇÕES
AFIRMATIVAS**

**Período de referência:
Julho a Dezembro de 2022**

Juiz de Fora
Janeiro - 2023

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	CARACTERIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES.....	2
3	COMPARATIVO COM O(S) SEMESTRE(S)/ANO(S) ANTERIOR(ES).....	6
4	PRINCIPAIS ASSUNTOS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES	6
5	DENÚNCIAS DE FRAUDES AO SISTEMA DE COTAS DA GRADUAÇÃO.....	7
6	OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA ESPECIALIZADA EM AÇÕES AFIRMATIVAS	8
7	RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
	ANEXO A – Relatório Semestral Ações Afirmativas	11

1 - INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de apresentar informações sobre as atividades da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas (UFJF) relativas ao segundo semestre do ano de 2022 (julho a dezembro), em conformidade com a Resolução 11/2019 do Conselho Superior, que aprova o Regimento Interno deste órgão.

2 - CARACTERIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

No segundo semestre de 2022, a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas recebeu 44 manifestações, sobre as quais destacamos alguns dados:

- Metade das manifestações foi recebida através da plataforma Fala-Br;
- A maior parte é relacionada ao campus de Juiz de Fora;
- Mais da metade são manifestações do tipo “denúncia”;
- Assédio sexual e assédio moral respondem, juntos, por aproximadamente 36% dos atendimentos;
- O corpo discente aparece como a categoria demandante em mais da metade dos casos;
- Discentes e docentes sobressaem como demandados, representando, juntos, mais da metade da categoria.

Abaixo, segue a tabela com as principais características das manifestações:

Características	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Canal de Comunicação		
E-mail institucional	4	9,09
Fala-Br	22	50,00
Presencial	18	40,91
Fluxo de recebimento		
Diretamente na ouvidoria	35	79,55
Outra unidade/setor	9	20,45

Campus		
JF	38	86,36
GV	6	13,64
Tipo de Manifestação		
Comunicação	9	20,45
Denúncia	23	52,27
SIC	1	2,27
Reclamação	11	25,00
Assunto		
Ameaças / Agressão Verbal / Agressão física	1	2,27
Assédio sexual	10	22,73
Assédio moral	6	13,64
Apoio Estudantil	3	6,82
Acessibilidade	3	6,82
Conduta Racista	2	4,55
Conduta Ética	3	4,65
Direitos LGBTQIA+	1	2,27
Difamação/calúnia	4	9,09
Homofobia/transfobia	1	2,27
Fraude ao sistema de cotas da graduação	8	18,18
Outros	2	4,55
Unidade do manifestante		
Diretoria de Imagem Institucional	1	2,27
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	7	15,91
Faculdade de Comunicação Social	3	6,82
Faculdade de Engenharia	3	6,82
Faculdade de Direito	2	4,55
Faculdade de Economia	2	4,55
Faculdade de Letras	1	2,27
Faculdade de Medicina	1	2,27
Faculdade de Odontologia	1	2,27
Faculdade de Educação Física	1	2,27
IAD	2	4,55
ICH	4	9,09
ICSA-GV	1	2,27

PROEX	1	2,27
Sem definição	14	31,82

Unidade demandado

PROAE	3	6,82
PROEX	1	2,27
PROGRAD	8	18,18
PROGEPE	3	6,82
Biblioteca	1	2,27
CAED	1	2,27
Coordenação Administrativa de GV - Transportes	1	2,27
Diretoria de Imagem Institucional	1	2,27
Faculdade de Engenharia	2	4,55
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	7	15,91
Faculdade de Comunicação	3	6,82
Faculdade de Direito	1	2,27
Faculdade de Educação Física	2	4,55
Faculdade de Farmácia	1	2,27
Faculdade de Letras	1	2,27
IAD	1	2,27
ICE	1	2,27
ICH	4	9,09
Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas	1	2,27
Não se aplica	1	2,27

Categoria demandada

Discente	14	31,82
Docente	14	31,82
Órgão da UFJF	9	20,45
TAE	3	6,82
Colaborador (a) Terceirizado (a)	2	4,55
Gestores	1	2,27
Não se aplica	1	2,27

Categoria demandante

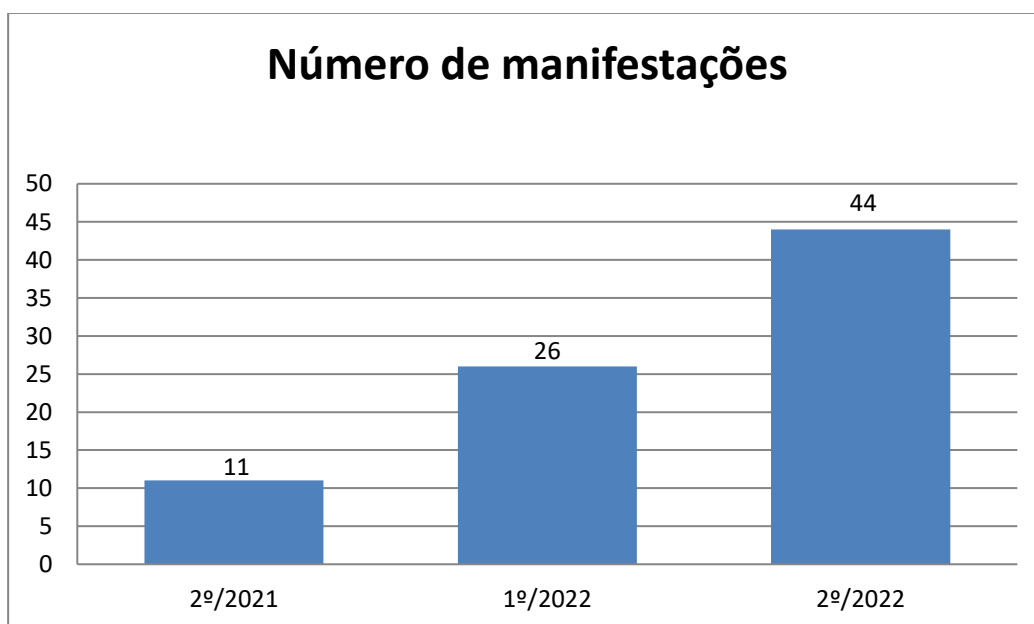
Docente	1	2,27
Discente	25	56,82
TAE	4	9,09
Comunidade externa	1	2,27
Colaborador (a) Terceirizado (a)	2	4,55
Não foi possível a identificação	11	25,00
<hr/>		
Identificação do demandante		
Sim	35	79,55
Não (anônimo)	9	20,45
<hr/>		
Sexo do demandante		
Feminino	19	43,18
Masculino	11	25,00
Sem definição	14	31,82
<hr/>		
Sexo do demandado		
Feminino	9	20,45
Masculino	25	56,82
Sem definição	10	22,73
<hr/>		
Demandas por mês		
Julho	2	4,55
Agosto	3	6,82
Setembro	8	18,18
Outubro	11	25,00
Novembro	8	18,18
Dezembro	12	27,27
<hr/>		
Situação		
Concluídas	33	75,00
Em andamento	11	25,00
<hr/>		

Sobre os casos pendentes de resolução, eles representam, em sua maior

parte, denúncias de assédio sexual, que estão sendo objeto de investigação preliminar sumária, e que possuem um trâmite dotado de maior morosidade, dada a complexidade do assunto.

3 - COMPARATIVO COM O(S) SEMESTRE(S)/ANO(S) ANTERIOR(ES)

O gráfico abaixo traz o número de manifestações registradas na Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas da UFJF nos últimos 3 semestres.



Percebe-se um aumento de aproximadamente 69% de manifestações no segundo semestre de 2022, em comparação ao primeiro semestre do ano. Já em relação ao segundo semestre de 2021, houve um aumento de 300%.

4 - PRINCIPAIS ASSUNTOS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES

Conforme exposto acima, o assédio sexual apareceu como o assunto mais recorrente na Ouvidoria Especializada, seguido de denúncias de fraudes ao sistema de cotas e assédio moral.

Dentre os casos de assédio sexual, parte diz respeito a um conjunto de denúncias, por meio do qual discentes de determinado curso denunciaram 03 professores do quadro. As denúncias foram encaminhadas à Diretoria de Controle Institucional, e continuam sendo acompanhadas pela Ouvidoria.

A seguir, supostas violações ao sistema de cotas obtiveram maior recorrência. As 08 denúncias, que envolviam alunos do curso de Medicina, foram encaminhadas à PROGRAD e todas foram julgadas improcedentes. 03 denúncias foram improcedentes após investigação por meio de sindicância, e 05 foram improcedentes pois os alunos haviam sido submetidos à Comissão de Heteroidentificação.

Por fim, o assédio moral também obteve relevância dentre os assuntos mais trazidos pelos usuários. Sob a perspectiva dos envolvidos, não houve um tipo padrão de assédio, havendo denúncia da prática por gestor, por docente em face de discentes, e entre servidores.

5 - DENÚNCIAS DE FRAUDES AO SISTEMA DE COTAS DA GRADUAÇÃO

Dentre as denúncias de supostas violações ao sistema de cotas, todas envolveram discentes do curso de Medicina, sendo 03 denúncias relativas ao campus de GV, e 05 relacionadas ao de Juiz de Fora.

Todas as denúncias envolveram ingressantes pelas cotas A e D.

O grupo A compreende pretos, pardos ou indígenas que tenha cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas e cuja renda familiar seja menor que 1,5 salário mínimo. O grupo D, por sua vez, abrange pretos, pardos ou indígenas que tenha cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas.

É importante ressaltar que ao comunicar o desfecho da apuração ao denunciante, a Ouvidoria adotou o procedimento de esclarecer como ocorrem as apurações de denúncias desta natureza. Assim, esclarecemos ao manifestante que, atualmente, há duas situações na instituição: alunos que ingressaram antes da criação da comissão de heteroidentificação racial da UFJF (em 2019) e alunos que ingressaram após sua criação.

Quando se trata de alunos que ingressaram antes da criação da comissão, ou seja, quando se exigia apenas a autodeclaração, caso haja denúncia por suposta violação ao sistema de cotas, o discente será submetido a procedimento apuratório pela instituição, procedimento este regulamentado pela Portaria SEI N° 44, de 12 de janeiro de 2022, elaborada em conjunto pela PROGRAD e DIAFF (Diretoria de Ações Afirmativas).

A apuração buscará averiguar se o estudante e/ou sua ascendência direta (pai e/ou mãe) apresenta características fenotípicas negras (pretas ou pardas). Em breve síntese, o discente será avaliado por uma comissão de heteroidentificação, e, caso a comissão julgue procedente a denúncia, caberá recurso à DIAAF. Ao final do procedimento, caso seja reconhecida a irregularidade da autodeclaração, a penalidade

prevista é o cancelamento da matrícula do (a) discente, com possibilidade de recurso ao Conselho Superior.

Quanto aos alunos que ingressaram após a criação da comissão, conforme normativa constante na PORTARIA/SEI Nº 464, DE 16 DE ABRIL DE 2021, do Reitor, referendada pela RESOLUÇÃO Nº 19/2021, DE 18 DE MAIO DE 2021, do CONGRAD (Conselho de Graduação), é obrigatório que todos os candidatos às vagas reservadas para negros (pretos ou pardos) sejam avaliados pela comissão, que analisará a veracidade da autodeclaração do (a) candidato. O não comparecimento do (a) candidato (a) acarreta o cancelamento de sua matrícula.

Uma vez ratificada sua autodeclaração pela Comissão, o estudante, caso seja alvo de denúncia de suposta fraude ao sistema de cotas, não será submetido a procedimento apuratório, visto que ele já passou pela avaliação da comissão.

Todas essas informações são, então, inseridas na resposta enviada ao denunciante, para que haja maior transparência e entendimento sobre os trâmites adotados pela instituição.

6 - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA ESPECIALIZADA EM AÇÕES AFIRMATIVAS

Além do recebimento, tratamento e acompanhamento das manifestações, a Ouvidoria de Ações Especializadas realizou também as seguintes atividades:

- Realização de reuniões com alguns dos setores demandados para a resolução das manifestações;
- Solicitação de pareceres e orientações junto à Diretoria de Integridade e Controle Institucional e à Procuradoria Federal;
- Participação em eventos e reuniões realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Escola Nacional de Administração Pública para o aperfeiçoamento do trabalho realizado;
- Participação no Comitê Técnico de Saúde da População Negra de Juiz de Fora (que acontecem em formato presencial desde julho de 2021);
- Participação no Grupo de Trabalho de enfrentamento ao assédio moral e sexual na UFJF.
- Participação em eventos - como seminários e rodas de conversa - como o objetivo de conscientizar e orientar os indivíduos com relação à promoção de um ambiente acadêmico inclusivo, respeitoso e democrático;

- Atuação conjunta com a Diretoria de Imagem Institucional no desenvolvimento de campanhas educativas (Anexo A).

7 - RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ouvidoria tem desempenhado um importante papel na interlocução entre grupos historicamente vulnerabilizados e a Gestão da UFJF, provocando melhorias dos serviços prestados, maior acolhimento desse público, aprimoramento das ações e estratégias que consolidem a universidade como um espaço plural, democrático, inclusivo, equânime e democrático.

Comparado aos dois últimos semestres, observa-se aumento do número de manifestações e da complexidade dos casos, o que tem culminado com a necessidade de maior tempo para obtenção de resposta conclusiva e encaminhamentos para serviços e setores externos à UFJF. Esta observação aponta ainda para a imprescindibilidade de maior articulação e comunicação interna na UFJF, suporte técnico especializado - a ser exercido por equipe interdisciplinar – e desenvolvimento de ações e estratégias educativas e preventivas, que sejam transversais, contínuas e que se estendam aos diferentes sujeitos que constituem a comunidade acadêmica.

O número de manifestações envolvendo assédio moral, assédio sexual e diferentes formas de discriminação tem crescido. Nesse sentido, cabe reportar que a criação do Grupo de Trabalho de enfrentamento ao assédio moral e sexual da UFJF, em setembro de 2022, representa um avanço institucional. Recomendamos ainda que sejam estabelecidas estratégias que visem (i) a sensibilização, capacitação, prevenção e tratamento do assédio, garantindo os recursos necessários a essas atividades; (ii) apuração de forma célere; (iii) estabelecimento de fluxos e normais institucionais que orientem a comunidade acadêmica como relações aos mecanismos de denúncias, de apuração e de sanções.

Em decorrência do crescimento de manifestações, nas quais os discentes configuram-se como categoria demandada, é premente que seja instituído um Código de Ética e Convivência Discente para normatizar a vida discente; garantir a convivência pacífica, harmoniosa e democrática; e estabelecer os mecanismos regulatórios diante de infrações.

Grande parte do público alvo das ações da Ouvidoria Especializada relata adoecimento mental e histórico de tentativa de autoextermínio, o que indica a necessidade de ações preventivas e também a criação de serviços de emergência, que possam ser acessados mediante a identificação dos casos.

O processo de trabalho tem sido aprimorado constantemente e como aspecto a

ser melhorado, destacamos a coleta de dados que permitam qualificar os indicadores a serem produzidos e assim contribuir para o direcionamento das políticas de ações afirmativas. Nessa esteira, entendemos também que a participação da Ouvidoria na composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) pode ser uma estratégia valiosa.

Reitera-se aqui outras recomendações disponibilizadas no relatório anterior com relação à adequação:

- Do espaço físico a ser utilizado pela Ouvidoria Especializada, com o intuito de provomover a acessibilidade, o acolhimento, a confidencialidade e o sigilo das informações.
- Da força de trabalho por meio de alocação de servidor no setor.

ANEXO A

Julho
2022

Ações afirmativas

*Relatório do segundo semestre
do site da UFJF*

Dezembro
2022

JULHO

Uma década depois, reparação histórica das cotas ainda não é suficiente

7 DE JULHO DE 2022



Escravidados, excluídos das escolas, impedidos de votar. A reparação por esses e muitos outros erros ou crimes históricos cometidos contra a população negra começaram a ser reparados há pouco tempo. A **Lei de Cotas** é uma dessas políticas que, há apenas dez anos, foi implementada para corrigir as discrepâncias no ingresso no ensino superior. Já a **Lei 12.990**, que determina reserva de 20% de vagas nos concursos públicos para negros é ainda mais recente, de 2014.

A revisão dessas políticas está prevista uma década após suas publicações, mas pesquisadores defendem que este é um período muito curto de análise. “A distância dos salários ainda é racializada, causada pela escravidão, que estruturou as funções sociais de acordo com a cor da pele. Os trabalhos bem remunerados são ocupados por pessoas brancas e aqueles de baixa remuneração que evocam menor formação educacional, pelos não brancos”, argumenta o professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) Cléber Santos Vieira. Em junho, ele esteve na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ministrando curso sobre “Ações Afirmativas e Heteroidentificação”.

Histórico reforça a exclusão

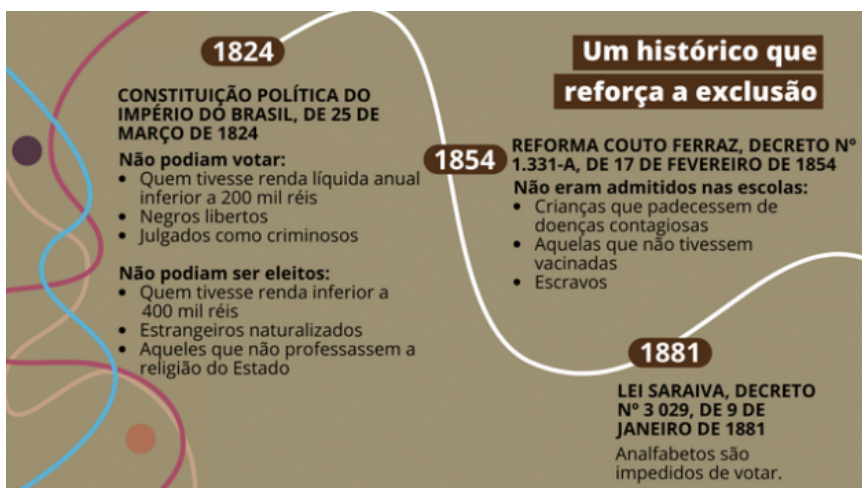
Vieira destacou o histórico de exclusão do povo negro brasileiro pela legislação desde a **Constituição Política do Império em 1824**, pela qual só poderiam se tornar eleitores aqueles que tivessem renda mínima de 200 mil réis e só poderiam ser candidatos a deputados aqueles que tivessem mais de 400 mil réis de renda líquida. Já em 1854, o decreto conhecido como **Reforma Couto Ferraz** propôs mudanças no ensino primário e secundário, mais uma vez excluindo das escolas os escravos, além dos que tivessem doenças contagiosas e os não vacinados. E, em 1881, pouco antes da abolição, a **Lei Saraiva** decidia que só estariam aptos a serem eleitores aqueles que soubessem ler e escrever.

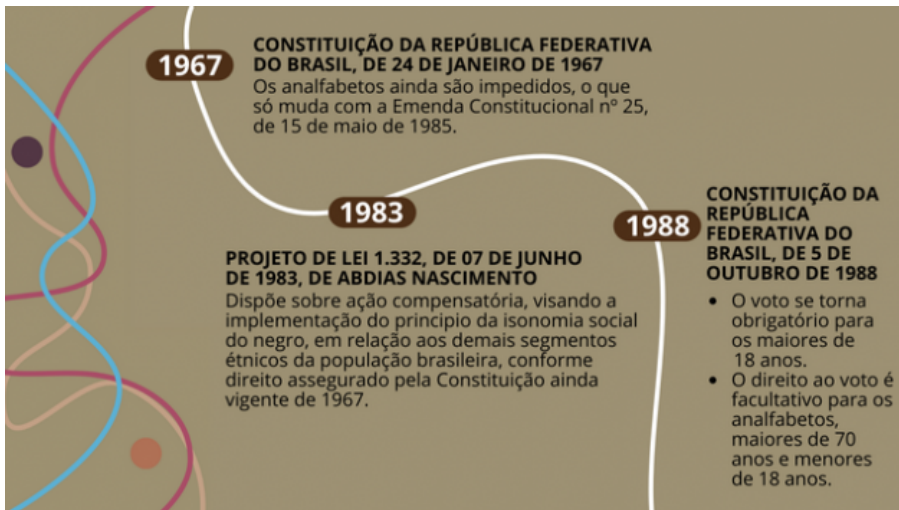
A maioria da população brasileira era agrária e de fato não sabia ler ou escrever. Em 1872, o primeiro censo brasileiro mostrava que, para a população de cinco anos ou mais, a taxa de analfabetismo marcava 82,3%. Estima-se que, para os indivíduos com mais de 10 anos, a porcentagem era de 78% de analfabetos. Dessa forma, a exigência de saber ler e escrever para concluir o direito ao voto impedia o alargamento da participação popular. O número de eleitores, com a Lei Saraiva, despenca de mais de um milhão de votantes para cerca de 145 mil.

“Após a abolição, o que fazer com o negro e a negra libertos? Eles estavam conquistando espaço como cidadãos. Porém, o Estado interdita essa participação, uma vez que a condição era ser letrado”, questiona Vieira, lembrando ainda que o direito ao voto só seria concedido à população analfabeta, formada em grande parte pela população que havia sido escravizada, quando foi promulgada a **Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967** em 1985, mais de 100 anos depois da Lei Saraiva.

A reparação legal nasce a partir do **Projeto de Lei (PL) 1.332**, de 1983, proposto por Abdias Nascimento, importante ativista dos direitos civis e humanos das populações negras brasileiras e então deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Segundo a Constituição de 1967, em vigor na época, todos são iguais perante a lei e, por isso, para Abdias Nascimento, haveria a necessidade de implementar ações sob o princípio da isonomia social do negro em relação aos demais representantes étnicos da população.

“Estamos falando de um Projeto de Lei de 40 anos atrás, que já apregoava isso. De lá pra cá, passamos pela Assembleia Constituinte de 1988 e por diferentes governos e o que temos hoje é um processo que, com muito esforço, instituiu as cotas”, reforça Vieira.





Assim surge, na

agenda da comunidade negra, a luta por Políticas de Ações Afirmativas. A partir deste entendimento, é proposta a implementação do sistema de cotas, projeto pensado e viabilizado pelo movimento negro. “O direito social é uma agenda que surge no movimento negro, primeiro como uma denúncia, depois como uma reivindicação por políticas públicas, com objetivo de combater as desigualdades sociais e raciais”, declarou o professor.

Quem corrobora com a fala de Vieira é o diretor de Ações Afirmativas da UFJF, Julvan Moreira de Oliveira. Ele destaca que as políticas de Ações Afirmativas, especificamente as cotas, é uma luta do movimento social negro. “Essas políticas só começaram a ser implementadas no Brasil após a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, na África do Sul, em 2001. O movimento negro teve participação importantíssima nas pré-conferências organizadas aqui no Brasil, assim como na Conferência das Américas, levando para os relatórios dessas respectivas convenções várias reivindicações de reparações, entre elas as cotas para negros nas universidades. No entanto, o racismo que ainda está presente na estrutura de nossa sociedade fez com que o Estado brasileiro aprovasse a Lei 12.711, somente 11 anos depois de Durban e 124 anos da abolição”.



Reflexos do sistema de cotas no serviço público

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do segundo trimestre de 2021, dos 30,2 milhões de brasileiros que recebem até um salário mínimo por mês, quase 20 milhões são pessoas negras. Hoje, 43,1% dos negros ocupados recebem até R\$ 1.100,00. Já entre as pessoas brancas, apenas 24,1% recebem até um salário mínimo. Tais dados reforçam informações preocupantes sobre a remuneração da população negra.

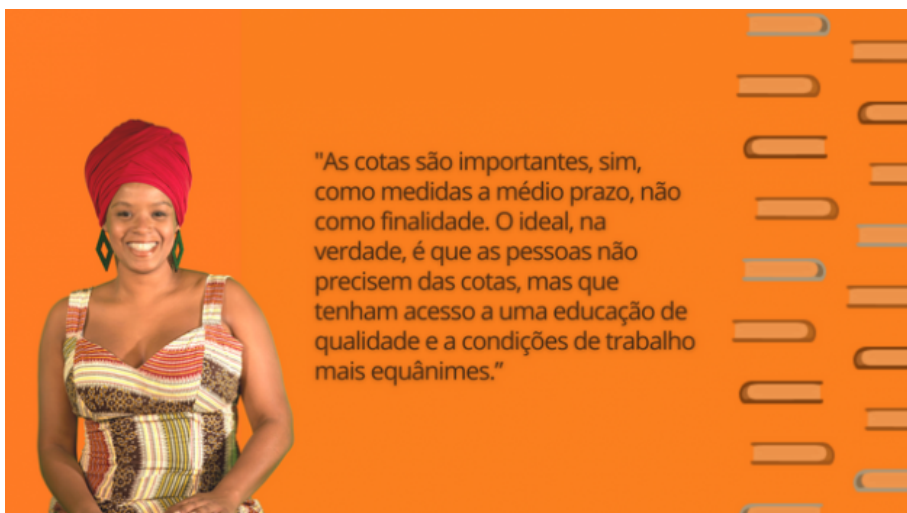
Nesse cenário de grandes desigualdades, a Lei 12.990 constitui um marco. Após sete anos de vigência, seus dispositivos já orientaram inúmeros processos seletivos em órgãos como a Polícia Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Fiocruz e as universidades públicas. O documento do Ipea ainda revela que houve um incremento significativo na quantidade de pessoas negras que ingressaram no serviço público. Em 2010, o percentual de negros ingressantes era de 29%, enquanto em 2020 esse índice subiu para 43%.

No ano da medição, no entanto, ainda era possível ver clara diferença entre os números de brancos e negros no serviço público. No total, 57% eram brancos e 35%, negros. Um dos pontos destacados pelo diagnóstico final do documento é que o percentual de negros e negras no setor público tem crescido gradualmente, mas que os níveis de segregação e diferenças salariais tiveram pequenas melhoras entre 2012 e 2019. Homens e mulheres brancos seguem em ocupações com maior remuneração. Por isso, as ações afirmativas para pessoas negras no setor público vêm se ampliando.

Professores da UFJF comentam representatividade nas universidades

Professora do curso de História do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF desde 2013, Fernanda Thomaz conta que, em seu departamento, há um total de 26 docentes, sendo somente duas negras. Fernanda lembra de uma pesquisa realizada no ano de 2016 pela Diaaf, quando foi levantado que, em um universo de cerca de 1.500 docentes da UFJF, apenas 18 eram negros. Essa discrepância é confirmada por dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC). O levantamento, de 2019, revelava que, de 383.683 docentes de instituições públicas e privadas de ensino superior, apenas 5.154 se declararam negros, o que representa o percentual de 1,34%.

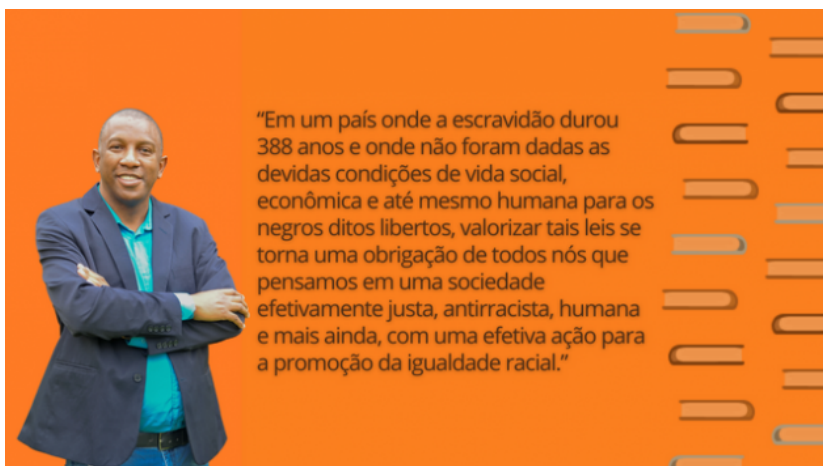
“A discussão sobre as cotas no serviço público ainda é recente. O que vemos, na realidade, é a concentração da população negra no serviço terceirizado, em cargos como segurança e serviços gerais. E essas pessoas nunca estão incluídas nas discussões em torno da melhoria das condições de trabalho. Existe um crivo racial em torno dos cargos ocupados, que são evidenciados por menores salários, menor segurança de trabalho. Por isso, acredito ser necessário pensar em todos e todas que trabalham na Universidade, independente de serem servidores concursados”, reflete a professora.



Fernanda acredita que tanto as cotas para ingresso nos cursos de graduação quanto para os concursos públicos fazem parte de um processo a longo prazo, que ainda não se completou. “O objetivo principal das cotas é a reparação, que não deve ser encarado como algo individual, mas sim coletivo. Existe uma desigualdade histórica, que cria diferenças estruturais sociorraciais. Por isso, considero a reparação como algo processual. As cotas são importantes, sim, como medidas a médio prazo, não como finalidade. O ideal, na verdade, é que as pessoas não precisem das cotas, mas que tenham acesso a uma educação de qualidade e a condições de trabalho mais equânimes”.

Para o professor do Departamento de Matemática do Instituto de Ciências Exatas (ICE) da UFJF, Willian Cruz, a Lei 12.990 é mais uma forma de criar nos órgãos públicos um sistema de equidade social, buscando superar as marcas do racismo estruturado nas instituições. “Em um país onde a escravidão durou 388 anos e onde não foram dadas as devidas condições de vida social, econômica e até mesmo humana para os negros ditos libertos, valorizar tais leis se torna uma obrigação de todos nós que pensamos em uma sociedade efetivamente justa, antirracista, humana e mais ainda, com uma efetiva ação para a promoção da igualdade racial”, ressalta Cruz, que vem desenvolvendo uma pesquisa que tem por objetivo conhecer a comunidade negra no âmbito da UFJF.

Segundo o professor, já é possível identificar setores da Universidade que não têm servidores negros e negras. “Temos um número que, em média, não ultrapassa 25% da participação de negros e negras nos ambientes funcionais, o que é um dado a ser revisto, visto que fazemos parte de uma sociedade que, segundo dados do IBGE, conta com mais de 50% de sua população identificada enquanto negra”, finaliza.



Confira as matérias já publicadas na série sobre os 10 anos da Lei de Cotas:

Cotistas são 47% na UFJF; percentual de negros triplica em dez anos

“Cota não é esmola, é política de inclusão e equidade”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/07/uma-decada-depois-reparacao-historica-das-cotas-ainda-na-o-e-suficiente/>

15 DE JULHO DE 2022

Curso aborda elementos teórico-práticos para atuar na educação de/para/com surdos

O curso de extensão “Tenho um aluno Surdo, e agora?”, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), está apresentando, à comunidade interna e externa à instituição, elementos teórico-práticos para atuar na educação de/para/com surdos. Idealizada pelo intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) do quadro técnico-administrativo em educação (TAE) da UFJF, **Gabriel Martins**, a iniciativa surgiu da intenção de contribuir para a formação inicial e continuada de professores, compartilhando a experiência profissional acumulada na área em mais de uma década.

Além de TAE intérprete, Martins já atuou como docente na rede básica de ensino e, atualmente, cursa o doutorado em Ciências Sociais da Instituição. “A extensão universitária é uma forma de ofertar para a comunidade um pouco do conhecimento que é produzido na UFJF. Penso que essa função social da Universidade é vital para garantir valores democráticos e direitos à população. Um outro aspecto importante é que essa ação institucional é uma forma de promover a formação da

população para o trabalho e academicamente, além de ser um espaço, também, de produção do conhecimento”, ressalta.

O curso de extensão é gratuito, tem carga horária total de 40 horas e está sendo ofertado presencialmente, desde o dia 28 de junho, sempre às terças-feiras, na Faculdade de Educação da UFJF. “Quando abri as inscrições precisei fechar em menos de 24h. Foram mais de 60 inscritos para 30 vagas. Alguns pensaram que o curso seria de maneira remota e se inscreveram do Amazonas, Pernambuco, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pará e algumas outras cidades de Minas.” Ainda conforme Martins, “a temática é muito procurada devido ao fato de os meandros da educação de surdos, tanto na educação básica quanto na formação de professores nas Universidades, serem pouco abordados. Não é um curso para o ensino de Libras e sim para discutir sobre as questões que perpassam o aprender e ensinar crianças surdas”, pontua.

A avaliação é compartilhada pela intérprete de Libras da Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e professora substituta da UFJF, Queila Érica Taligliatti de Souza, matriculada no curso extensionista. “A iniciativa é muito importante, pois trata de um tema ainda pouco discutido, com poucas ofertas de cursos, mas muito relevante para a formação de professores. O professor Gabriel, com sua formação e experiência na área, trabalha o tema de forma magnífica.”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/15/curso-aborda-elementos-teorico-praticos-para-atuar-na-educacao-de-para-com-surdos/>

15 DE JULHO DE 2022

Qual cota devo escolher quando me inscrever no Pism 2023?



Com o início das inscrições para o **Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism)** e para o **Vestibular de Música** previstas para serem abertas a partir das 15h de segunda-feira, 18 de julho, candidatos devem ter conhecimento sobre o sistema de cotas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

No momento da inscrição, os candidatos do módulo III, e aqueles que prestarão o vestibular de Música, devem definir se desejam concorrer às vagas de ampla concorrência ou às reservadas de acordo com a Lei de Cotas. Para explicar o funcionamento do sistema, o portal da UFJF reuniu as informações necessárias para garantir a contemplação das vagas.

É importante que o candidato esteja atento a todas as informações do **edital** e que escolha corretamente o grupo a que tem direito.

Quais são os grupos de cotas?

A UFJF foi uma das primeiras instituições de ensino superior do país a adotar as cotas no processo de seleção. Ao longo dos anos, elas foram ampliadas e modificadas de acordo com a legislação federal e por decisões colegiadas internas. Atualmente, a instituição possui dez grupos de acesso às vagas, aplicados no Pism, no Sistema de Seleção Unificado (Sisu) e no Vestibular de Música.

Sistema de Cotas:

Saiba como funciona a divisão dos grupos

GRUPO A

Pretos, pardos ou indígenas
Renda familiar de até 1,5 salário mínimo
Ensino médio integral em escola pública

GRUPO A1

Pretos, pardos ou indígenas com deficiência
Renda familiar de até 1,5 salário mínimo
Ensino médio integral em escola pública

GRUPO B

Renda familiar de até 1,5 salário mínimo
Ensino médio integral em escola pública

GRUPO B1

Candidatos com deficiência
Renda familiar de até 1,5 salário mínimo
Ensino médio integral em escola pública

GRUPO C

Ampla concorrência
Independentemente da renda, de
escola, de cor ou de origem racial

GRUPO D

Pretos, pardos ou indígenas
Ensino médio integral em escola pública

GRUPO D1

Pretos, pardos ou indígenas com deficiência
Ensino médio integral em escola pública

GRUPO E

Ensino médio integral em escola pública

GRUPO E1

Candidatos com deficiência
Ensino médio integral em escola pública

GRUPO F

Candidatos surdos
Exclusivamente para o curso de Letras-Libras

Em caso de dúvidas sobre documentação de renda, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail duvidas.sisuab@ufjf.br ou pelo telefone (32) 2102-3341.

Das vagas disponibilizadas, no mínimo 50% delas ficam reservadas aos nove grupos cotistas: A, A1, B, B1, D, D1, E, E1 e F. Para todos eles, com exceção do F, é necessário que o candidato tenha cursado o Ensino Médio inteiro em escola pública, além de respeitar os demais critérios específicos de cada grupo. O grupo F é destinado a candidatos surdos que concorrem a vagas no curso de Letras-Libras, provenientes de escolas públicas ou privadas.

A outra metade das vagas (50%) são para o grupo C, de ampla concorrência, em que a candidatura pode ser realizada independentemente de qualquer condição de renda, escola, cor ou origem racial.

Documentação comprobatória

O candidato deve se inscrever para o Pism até as 18h do dia 5 de setembro, escolhendo devidamente o grupo de acesso. A inscrição só pode ser realizada com CPF próprio do candidato. A opção de grupo pode ser alterada na Área do Candidato até o fim do período das inscrições.

Desde 2019, a UFJF conta com uma comissão para avaliar as declarações de candidatos que se inscrevem em grupos para pessoas com deficiência e pessoas que se autodeclararem pretas, pardas ou indígenas. Os candidatos passam por uma banca de heteroidentificação, onde é verificada a veracidade da autodeclaração, a partir de alguns critérios como fenótipo, ascendência direta e histórico sobre vivências de discriminações e preconceitos por conta da condição parda.

O procedimento é obrigatório para a efetivação da matrícula e a não confirmação da veracidade implica em perda da vaga. A medida é para garantir que as vagas sejam destinadas somente às pessoas que têm direito a elas.

Cotas de ensino médio em escolas públicas

Ao se inscrever em algum grupo cotista que inclua a categoria de escolas públicas, o candidato precisa estar atento à documentação necessária para comprovar a situação. Além do histórico escolar, é exigida uma declaração emitida pela secretaria escolar, comprovando o cumprimento integral do aluno em escola pública durante o ensino médio.

A conclusão do ensino médio por Telecurso 2000, total ou parcial, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizada em escola particular com bolsa de estudos integral, assim como ensino médio regular em instituição filantrópica ou com bolsa em escolas privadas, não cumprem os requisitos necessários para ingresso no grupo de reserva de vagas referentes à escola pública no sistema de cotas da UFJF.

Cotas por deficiência



No momento da matrícula presencial, o aprovado responde a um questionário sobre a deficiência declarada e deve entregar a documentação prevista em **edital** para a avaliação da Comissão.

Para comprovar a condição e garantir o preenchimento de vaga reservada às pessoas com deficiência, o candidato precisa apresentar um laudo médico original impresso. O conteúdo precisa atestar sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência seguindo os termos do artigo 4º, do **Decreto nº 3.298**, de dezembro de 1999; da **Lei 12.764**, de dezembro de 2012; ou nos termos do artigo 2º da **Lei nº 13.146/2015**.

Além disso, é necessário que haja referência expressa ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), assim como à provável causa da deficiência. O documento deve conter nome legível, carimbo, assinatura, especialização e número do Conselho Regional de Medicina (CRM) ou do Registro do Ministério da Saúde (RMS) do médico especialista que forneceu o laudo.

Cotas por renda

A comprovação da condição financeira de renda bruta por membro da família igual ou inferior a 1,5 salários mínimos fica por conta da apresentação de uma série de documentos exigidos nas orientações no [site da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos \(Cdara\)](#).

Cotas raciais

Os candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (grupos A, A1, D, D1) deverão passar por banca de heteroidentificação, que irá verificar a veracidade da autodeclaração para a confirmação da matrícula. A convocação e as orientações sobre o procedimento serão divulgados no site da Cdara à época da matrícula. Este procedimento administrativo é obrigatório e a não confirmação da veracidade da autodeclaração implica na perda irrevogável da vaga e, em acréscimo, fica o candidato sujeito às demais sanções impostas pela Lei.

Tire as dúvidas

Em caso de dúvidas sobre documentação de renda, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail duvidas.sisuab@ufjf.br ou pelo telefone (32) 2102-3341.

Quanto à verificação dos candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e sobre o laudo médico exigido para comprovação de pessoa com deficiência, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail comissao.prograd@ufjf.br.

Em relação a dúvidas sobre documentações a serem apresentadas na matrícula, o contato deve ser feito com a Cdara pelo e-mail cdara@ufjf.br.

Todas as demais informações a respeito da matrícula presencial constarão no Regulamento de Matrícula da UFJF.

Plantão social

A UFJF está realizando plantões sociais, na Central de Atendimento (CAT), para sanar as dúvidas sobre o encaminhamento da documentação exigida no ato de matrícula para estudantes aprovados por meio das cotas de renda socioeconômica.

Os plantões serão realizados até 16 de agosto, sempre às segundas e terças-feiras, entre 14h e 18h, direcionados apenas à orientação de cotistas dos grupos A, A1, B e B1, para pessoas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Para participar dos plantões sociais, os interessados devem fazer agendamento prévio por meio de formulário eletrônico.

<https://youtu.be/qkRRCEIJatU/>

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/15/qual-cota-devo-escolher-quando-me-inscrever-no-pism-2023/>

19 DE JULHO DE 2022

UFJF amplia plantões para tirar dúvidas sobre documentação para cotistas

A partir desta quinta-feira, 21, a Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos (Cdara) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) amplia os horários de atendimento social para sanar as dúvidas sobre o encaminhamento da documentação exigida no ato de matrícula para estudantes aprovados por meio das cotas de renda socioeconômica. Os plantões sociais também serão realizados às quintas e sextas-feiras, entre 8h e 12h, na Central de Atendimento (CAT).

Confira o anexo 2 da Portaria de Matrícula.

Os plantões, além dos novos horários disponibilizados, também acontecem às segundas e terças, entre 14h e 18h. A ação é direcionada apenas à orientação de cotistas dos grupos A, A1, B e B1, para pessoas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Os interessados devem fazer agendamento prévio **por meio de formulário eletrônico.**

O objetivo é atender prioritariamente às demandas dos estudantes aprovados pelo Sistema de Seleção Unificado (Sisu), pelo Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism) e pelo vestibular do Ensino a Distância (EAD), com início previsto para o segundo semestre letivo de 2022.

Cotas de renda socioeconômicas

Compõem o grupo A os candidatos que se declaram pretos, pardos ou indígenas e não têm deficiências. Já o B é formado por aqueles que não optam pela cota racial. O grupo A1 é destinado aos candidatos com alguma deficiência e se enquadram na cota racial e o B1 aqueles com deficiência, mas que não se declaram pretos, pardos ou indígenas.

Apesar de não ser o foco, os plantões também são disponibilizados para tirar as dúvidas de estudantes que queiram conhecer as cotas e as condições para participarem das seleções futuras, antes de se inscreverem nos processos de ingresso.

Todas as informações de matrículas podem ser acessadas na página da **Cdara**.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/19/ufjf-amplia-plantoes-para-tirar-duvidas-sobre-documentacao-para-cotistas/>

22 DE JULHO DE 2022

Conheça os procedimentos para pedidos de atendimento especial no Pism 2023

O candidato que deseja solicitar atendimento especial ou o uso do nome social durante as provas do Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism 2023) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) deve, no ato de matrícula, assinalar os itens referentes às próprias demandas ao preencher o cadastro on-line, submeter na **Área do Candidato** e anexar a documentação pedida no **edital**. Os requerimentos devem ser feitos até 5 de setembro.

Aqueles solicitantes do atendimento especial, mesmo havendo realizado o pedido no processo seletivo do ano anterior e tendo sido deferido, devem fazer o requerimento nesta edição do vestibular seriado. O estudante que não solicitar atendimento especial dentro do prazo estabelecido

e/ou deixar de submeter os documentos comprobatórios não terá direito ao recurso e deverá prestar os exames nas mesmas condições que os demais estudantes.

O resultado da solicitação do atendimento especial ou do uso do nome social estará disponível para consulta, na Área do Candidato, a partir das 15h do dia 23 de setembro. Em caso de indeferimento, o estudante pode entrar com recurso no dia 26 do mesmo mês. A resposta final será disponibilizada em 30 de setembro.

Atendimento especial

Caso seja exigido em edital laudo médico para comprovação da condição, os candidatos que requirem atendimento especial devem apresentar o documento com as seguintes informações: nome completo do candidato; descrição da condição específica do inscrito; tipo de deficiência ou doença (com o respectivo enquadramento no Código Internacional de Doenças – CID); e assinatura e identificação do profissional. É importante ressaltar que o atendimento especial será realizado apenas nas cidades de Juiz de Fora e Governador Valadares.

Já os candidatos que precisarem de tempo adicional para a realização das provas devem apresentar solicitação prévia e comprovação da necessidade, conforme a [Lei 13.146/2015](#). Além disso, o estudante pode ser convocado para entrevista antes da realização do processo seletivo, conforme necessidade prevista pela banca avaliadora do atendimento especial.

Lactantes

A candidata lactante pode, no ato da inscrição, solicitar atendimento especial para amamentação durante o horário das provas. Para isto, deve submeter no sistema de inscrição a cópia digitalizada da certidão de nascimento da criança ou declaração do médico informando a data do nascimento da criança, de modo a demonstrar a condição de lactante quando da realização das provas.

Nos dias das provas, a candidata necessita, obrigatoriamente, apresentar-se com um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada como responsável pela guarda da criança. A estudante que comparecer sem um acompanhante para o amamentando não realizará as provas. O tempo gasto na amamentação será acrescido ao tempo total destinado para a realização das provas, conforme limite estabelecido na [Lei 13.872/2019](#).

O atendimento às candidatas lactantes ocorrerá na cidade escolhida para a realização das provas.

Questões culturais ou religiosas

Os candidatos que, por questão cultural ou religiosa, necessitem usar adereços que cubram a cabeça ou o rosto devem solicitar condição especial de realização da prova. Aqueles que se sentirem impedidos de realizar a avaliação antes do pôr do sol do dia 3 de dezembro, por motivo de convicção religiosa, devem solicitar atendimento especial, assinalando no cadastramento de inscrição, a condição especial “Sabatista”.

Para garantir o direito de fazer a prova após o pôr do sol, o candidato deve submeter cópia digitalizada do atestado comprobatório de sua confissão religiosa emitido pelo representante devidamente qualificado da comunidade religiosa à qual está filiado. Esses estudantes realizam as provas apenas em Juiz de Fora e Governador Valadares, em local designado pela Copese.

Além disso, devem comparecer ao local de provas no sábado, no mesmo horário dos demais candidatos, entre 12h e 13h. Nesse espaço, ficam sob fiscalização e incomunicáveis, até às 18h30, quando começam as avaliações. No domingo, os estudantes realizam os exames no mesmo horário dos demais concorrentes.

Uso do nome social

É facultado ao candidato travesti, transexual, não binário ou transgênero, a inscrição com o uso do nome social (prenome pelo qual travestis, transexuais, não binários e transgêneros se identificam e são identificados em suas relações sociais, mantendo inalterados os sobrenomes) em contraste com o seu nome oficialmente registrado na certidão de nascimento.

O candidato deverá, no período destinado às inscrições, marcar os campos indicando solicitação do uso do nome social e submeter no sistema de inscrição cópia digitalizada devidamente preenchida do formulário próprio disponibilizado no site da Copese.

Caso o candidato seja menor de 18 anos, o formulário deverá conter a assinatura dos pais ou responsável juntamente com uma cópia do documento de identidade do responsável.

Leia mais

[Estudantes podem solicitar isenção da taxa de inscrição do Pism](#)
[Inscrições para o Pism e vestibular de Música estão abertas](#)
[Qual cota devo escolher quando me inscrever no Pism 2023?](#)

Copese altera processo seletivo para curso de Música no Pism 2023

Edital do Pism 2023 é retificado com novas datas de inscrição e pedidos de isenção de taxa

Pism 2023 oferece 2.263 vagas em 75 cursos de graduação

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/22/conheca-os-procedimentos-para-pedidos-de-atendimento-especial-no-pism-2023/>

25 DE JULHO DE 2022

Centro de Referência realiza Seminário sobre cidadania LGBTQI+



O **Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+)** da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) realiza, de quarta-feira, 27, a sexta, 29, o IV Seminário da Zona da Mata e Campos das Vertentes sobre LGBTQIfobia e Cidadania LGBTQI+. O evento, que acontece no Teatro da Escola de Artes Pró-Música (antiga Casa de Cultura), conta com uma série de atividades para comemorar os três anos de existência do programa de extensão, que desenvolve trabalho de atendimento e acolhimento à população LGBTQI+ em Juiz de Fora.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até esta quarta-feira, 27. **Basta clicar neste link.**

Segundo o coordenador do CeR-LGBTQI+ e professor da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Marco José Duarte, o Centro surgiu como resultado de dois projetos de extensão: o Diverse – Observatório da Diversidade Sexual e de Gênero: Políticas, Direitos e Saúde LGBTQI+; e o Polo de Referência LGBTQI+ (POR-LGBTQI+), integrados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em

Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (Gedis/CNPq). Consequentemente, o primeiro seminário aconteceu em 2019.

“A partir da produção de dados sobre a realidade de LGBTQI+ na cidade, observamos que havia a necessidade de se ter um espaço público voltado para esta parcela da população. Isso era algo inexistente. Havia significativas lacunas assistenciais na rede de proteção social, direitos humanos e atenção e cuidado à saúde de LGBTQI+. Então, a partir das reuniões do projeto POR-LGBTI+, foram sendo agregados sujeitos na sua forma de ativismo individual na cidade, e outros representando expressões de organização, como grupos e coletivos”, explica Duarte.

Atendimento à população LGBTQI+

É desta aliança, necessidade, parceria, rede e articulação que nasce o CeR-LGBTQI+, contando com atendimento psicossocial e de defesa dos direitos humanos, além de oferecer atenção à população trans que procura o Hospital Universitário da UFJF para realização de processo transexualizador. Para atender à população trans e travesti profissional do sexo, de março de 2020 a agosto de 2021, durante o período de pandemia da Covid-19, o Centro ainda operou o projeto TranSolidariedade, com distribuição de cestas básicas, kits de higiene e limpeza, e orientações sociais e políticas quanto ao benefício emergencial.

O CeR-LGBTQI+ ainda mantém importantes parcerias com os coletivos Força Trans e Mães pela Liberdade, com a Associação de Travestis, Transgêneres e Transsexuais de Juiz de Fora (Astra-JF) e com o Centro de Referência em Direitos Humanos (CDRH) da cidade, parceiros na realização do Seminário. De acordo com Duarte, são desenvolvidas atividades que visam formação, pesquisa, informação e comunicação, com estudos e supervisões voltadas para estudantes de graduação e pós-graduação da UFJF. O professor ainda comenta que o Centro de Referência tem hoje uma equipe de 35 pessoas, entre bolsistas, voluntários e colaboradores profissionais de diversas áreas.

Programação do Seminário:

Dia 27/07 (quarta-feira):

17h: abertura da exposição de fotos e lançamentos dos produtos do CeR-LGBTQI+, como vídeos e cartilhas.

18h: abertura oficial.

19h: conferência de abertura.

Dia 28/07 (quinta-feira):

17h: roda de conversa sobre o Plano Municipal LGBTQIAP+ de Juiz de Fora, com o poder público e sociedade civil;

19h: roda de conversa com o público trans* da cidade, tratando das “Inexistências às visibilidades: a agência sociopolítica das pessoas trans* em Juiz de Fora”;

Dia, 29/07 (sexta-feira):

Duas mesas redondas, com temáticas que se articulam: às 17h, sobre Direitos e Cidadania LGBTQIAP+; e às 19h, sobre Saúde LGBTQIAP+;

A partir das 20h, haverá uma feira cultural, com o lançamento de sete livros de autoras e autores que participaram das atividades durante este dia, e outras intervenções políticas, artísticas e culturais diversas.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/25/centro-de-referencia-realiza-seminario-sobre-cidadania-lgbtqi/>

27 DE JULHO DE 2022

Especial 10 anos da Lei de Cotas

Dez anos depois da publicação da Lei de Cotas é o momento de revisitar essa política – fruto de lutas históricas do movimento negro e de iniciativas colocadas em prática pelas universidades anos antes da publicação da lei. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), uma das pioneiras desse movimento, lança sua série de reportagens em referência à data. Clique nos títulos para ler as matérias já publicadas.

21 de junho de 2022

Cotistas são 47% na UFJF; percentual de negros triplica em 10 anos



A UFJF se tornou, em 2006, a primeira universidade do estado de Minas Gerais a implantar cotas. O objetivo era incluir grupos sistematicamente excluídos do acesso ao ensino superior, ou seja, estudantes oriundos de escolas públicas e negros. “Era algo muito recente, muito novo. Alguns professores incentivavam a gente a fazer uso das cotas para alunos da rede pública. Acreditavam ser uma política temporária, para sanar as desigualdades de ensino e raciais”, lembra Mirian Stela Marques, que entrou na Faculdade de Serviço Social em uma turma com 31 alunos: 27 brancos e quatro negros.

29 de junho de 2022

Egressos da UFJF reforçam a importância das cotas em suas trajetórias



nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades

“Experimenta

E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo”
Cota não é esmola (Bia Ferreira, 2018)

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/27/especial-10-anos-da-lei-de-cotas-2/>

27 DE JULHO DE 2022

Expansão das cotas exige inclusão e equidade para pessoas com deficiência



“Não deixar ninguém para trás” é a premissa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e prevê, entre seus 17 objetivos, a educação inclusiva, equitativa e de qualidade por meio da promoção de oportunidades de aprendizagem para todos e todas. Reunidos em 2015 na sede da Organização das Nações Unidas, líderes mundiais pautaram os caminhos para tentar reduzir desigualdades no mundo, a partir de uma sociedade mais justa e igualitária. A data é mais um dos marcos históricos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, que começa bem antes, em meados do século XX.

As diretrizes para inclusão no ensino são formalizadas efetivamente a partir dos anos 1990, com a **Declaração Mundial de Educação Para Todos**, aprovada em Jomtien, na Tailândia. E, no Brasil, oficialmente colocadas em prática apenas em 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. A medida determina que todos os alunos com deficiência, em qualquer condição, devem ser matriculados nas classes regulares das escolas, assim como os demais estudantes. No país, 12,5 milhões declararam possuir deficiência – o que equivale a 6,7% da população total -, segundo o Censo de 2010.

O caminho que tenta não deixar ninguém para trás chega ao ensino superior em 2016, com o [decreto 13.409](#), o qual determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas universidades e cursos técnicos de nível médio. A inclusão desse grupo amplia, então, o sistema de cotas implantado por essas instituições a partir da [Lei 12.711](#), de 29 de agosto de 2012.

“A inclusão pensa uma dimensão mais universal, em uma educação para todos. E aí, devemos refletir as discussões sobre as ações afirmativas quando perguntamos: quem são esses todos?” questiona a professora da Faculdade de Educação (Faced) da UFJF, [Mylene Santiago](#), que, em 2018, integrou a equipe de criação do [Núcleo de Apoio à Inclusão \(NAI\)](#) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) junto à atual coordenadora geral de Processos Seletivos da UFJF, [Katiúscia Antunes](#).

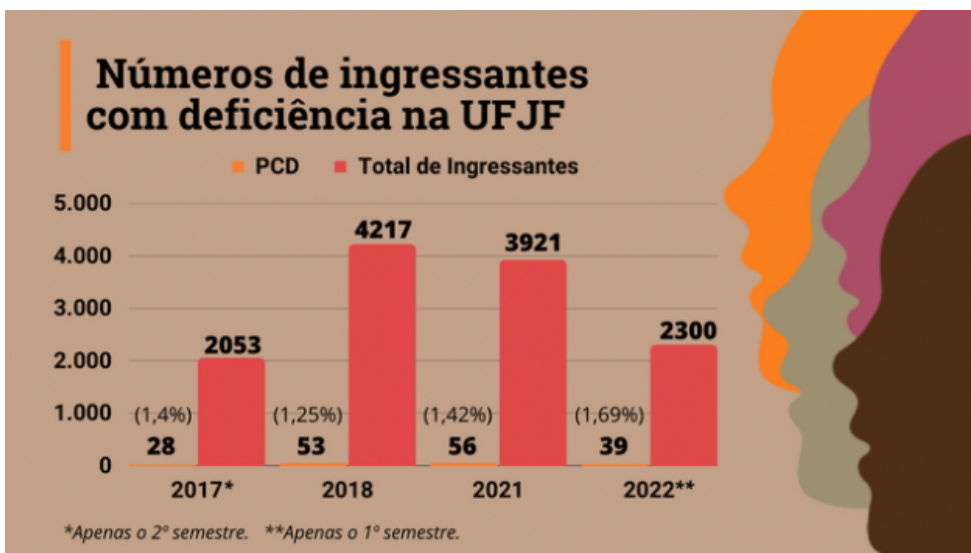
Ela destaca os grupos considerados excluídos e que devem ser atendidos pelo plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem: pobres; meninos e meninas de rua ou trabalhadores; populações das periferias urbanas e zonas rurais; nômades e trabalhadores migrantes; povos indígenas; minorias étnicas, raciais e linguísticas; refugiados; deslocados pela guerra; povos submetidos a um regime de ocupação; pessoas com deficiência e população LGBTQIA+. Para a professora, as cotas no ensino superior vem justamente “tentando superar, driblar a realidade que se apresenta extremamente desigual” para esses grupos.

Percentual de cotistas com deficiência é pequeno

Realidade como a da estudante Ana Paula de Souza Domingues, de 20 anos, que cursa o primeiro período da Faculdade de Medicina (Famed) da UFJF. Com paralisia cerebral, ela fez os ensinamentos fundamental e médio em escola pública. A família é da pequena cidade mineira Visconde do Rio Branco. Ana Paula entrou na Universidade através do grupo de cotas destinado a pessoas negras, com deficiência e estudantes de escolas públicas. “As cotas têm papel fundamental para nós. Não se trata de sermos incapacitados. O que acontece é que, na maioria das vezes, não temos as condições de ensino que outros alunos têm. Minha vida escolar, por exemplo, sempre foi muito complicada devido às questões de acessibilidade”, explica a estudante, que faz uso de cadeira de rodas para se locomover.

Ana Paula é uma dos 39 candidatos com deficiência que ingressaram na UFJF no ano de 2022, representando 1,7% do total de estudantes admitidos nos processos seletivos de ingresso da UFJF. O percentual vem se mantendo praticamente estável desde o segundo semestre de 2017, quando

entraram os primeiros alunos com deficiência via sistema de cotas. Na instituição, as vagas são divididas em quatro grupos, que além da deficiência, englobam os critérios de raça e renda.



A maioria das vagas disponibilizadas para esses quatro grupos não são preenchidas pelos processos seletivos de ingresso (Pism e Sisu), o que revela a necessidade de avanço na democratização do acesso ao ensino superior, no caso das pessoas com deficiência. E, para além do ingresso, ainda é preciso garantir a permanência e a formatura desses alunos, promovendo inclusão e também equidade, palavras destacadas pela professora Mylene Santiago.

“Inclusão é o processo que ajuda a superar barreiras que limitam a presença, participação e conquistas dos estudantes. Ela prevê o rompimento de barreiras que impedem os estudantes de avançar. Por isso, criamos estratégias para auxiliar na permanência desses alunos. Já equidade é garantir que exista uma preocupação com justiça e processos justos, de modo que a educação de todos os estudantes seja considerada como de igual importância, com ações como, por exemplo, a promoção de acessibilidade para cadeirantes e a presença de intérpretes de libras para as pessoas surdas”, explica.

O caminho trilhado pela UFJF para garantir essas condições é marcado por desafios constantes, exigindo da instituição adaptações estruturais, aquisição de materiais e equipamentos, ampliação do quadro de servidores, além da manutenção de projetos e bolsistas. Nesse sentido, o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) desenvolve papel importante no acolhimento aos alunos cotistas. A atual coordenadora, Nádya Faria, reforça que, inclusive, é primordial que os estudantes com deficiência procurem o espaço – já que nem todas as pessoas com deficiências utilizam as cotas no ingresso.



“O nosso primeiro desafio é vincular esses discentes ao NAI para que, depois, possamos executar o nosso trabalho de identificação das necessidades do estudante. Fazemos um trabalho personalizado, levando em consideração ainda os cursos de cada um, para identificar possíveis barreiras. Não basta ter a política de ingresso das cotas. É preciso garantir a permanência dos alunos com deficiência.”

Entre os avanços, cita Nádia, está a efetivação de 13 intérpretes de libras. “Essa foi uma conquista, principalmente depois da implantação do curso de Letras-Libras. Hoje, ainda seguimos lutando para aumentar a quantidade de intérpretes, porque isso é fundamental para garantir a acessibilidade dos alunos surdos.” Na parte estrutural, destaca a construção de novas rampas de acesso, fruto da parceria entre o NAI, a Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (Proinfra) e a Reitoria, como as recentemente feitas nas Faculdades de Direito e de Administração e Ciências Econômicas, e a reforma das passarelas de travessia no anel viário. “Precisamos urgentemente discutir sobre a acessibilidade arquitetônica na Universidade, para que essas medidas sejam permanentes e efetivas”, acredita Nádia.

Para ela, ações como essa interferem diretamente na rotina de alunas como Ana Paula, que enxerga ainda tímida a presença de pessoas negras e com deficiência no ambiente universitário. “Mas é gratificante ver que, através da política de cotas, estamos conquistando um espaço que é de todos nós, independente da cor ou classe social”, destaca a estudante de Medicina.

[Confira as matérias já publicadas na série especial 10 Anos da Lei de Cotas.](#)

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/27/expansao-das-cotas-exige-inclusao-e-equidade-para-pessoas-com-deficiencia/>

27 DE JULHO DE 2022

Aplicação desigual das leis perpetua disparidades sociais no Brasil



A polícia e o judiciário reproduzem a desigualdade existente no Brasil desde a fundação do país. Esse é o diagnóstico do professor **Marcelo da Silveira Campos**, do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em conjunto com os pesquisadores **Marcos César Alvarez** e **Fernando Salla**, da Universidade de São Paulo (USP), Campos escreveu um dos capítulos do “Handbook of Crime and Inequality”, a ser lançado em agosto com trabalhos de docentes brasileiros e de países como Inglaterra e Canadá. Com o título: “Crime, Punishment and Inequality in Brazil: reflections from the Global South” (em tradução livre “Crime, Punição e Desigualdade no Brasil: reflexões do Sul Global”), o estudo foi apresentado na Segunda Conferência Internacional – Punição nas Periferias Globais, realizada no começo do mês de julho pelo Centro de Criminologia da Universidade de Oxford, na Inglaterra.

Marcelo Campos também é pesquisador vinculado ao **Núcleo de Estudos em Violência e Direitos Humanos (Nevidh)** da UFJF. Em entrevista à equipe de Divulgação Científica da Diretoria de Imagem Institucional da UFJF, ele fala sobre a desigualdade no Brasil e as ações reiteradas para a manutenção dessa conjuntura.

UFJF: Você, junto a dois professores da USP, apresentou um trabalho em um seminário da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Sobre o que exatamente foi a exposição?

MC: A apresentação foi realizada em um evento internacional com diversos pesquisadores nesse tema – crime e punição – do mundo todo. Havia trabalhos sobre países como Brasil, Argentina,

México e Irã. Então foi um evento bastante interessante de pensar essa questão – crime e punição em uma perspectiva global. Foi um convite para os três autores e eu fui incumbido de fazer essa apresentação representando o nosso capítulo, que vai sair em um handbook sobre desigualdades. Essa publicação sairá no próximo mês. É um trabalho, do ponto de vista internacional, bastante inovador.

UFJF: É possível dizer que há na comunidade científica internacional uma atenção maior sobre os estudos criminais do Sul Global?

MC: Me parece que a partir dos anos 1980, sobretudo 1990, aumenta o interesse sobre como o Sul Global produz conhecimento a partir do seu contexto específico, colocando até teorias internacionais de criminologia em xeque. Como exemplo, apontamos que o Brasil tem um alto índice de presos e presas, mas não exatamente como os Estados Unidos e a Inglaterra. O estado penal não é igual nos três países. Isso se justifica por questões como uma abolição da escravidão recente, por sermos uma república bastante nova, um regime de justiça criminal com muitos antecedentes de autoritarismo e até com o início das universidades no Brasil, que tem a ver com a Medicina e o Direito, quando há a presença de ideias influenciadas pela teoria racalista, de que a desigualdade seria inerente à sociedade e colocada na própria lei.

Essas teorias estão presentes já nos primeiros códigos – instaurando a desigualdade jurídica e reforçando a desigualdade social. O artigo tem, basicamente, dois eixos: os dados sobre quem no Brasil é preso, em termos de desigualdades racial, de gênero, de tipo de crime e, por outro lado, a ideia de que essas teorias evolucionistas continuam nos códigos criminais durante a República.

UFJF: Então podemos afirmar que os sistemas policial e judiciário perpetuam uma lógica existente desde a constituição da nação brasileira?

MC: Exatamente. Nós chamamos no texto de “Reprodução das Desigualdades” e “Reprodução da Dominação”. São dois objetivos que reproduzem a dominação e a continuidade da desigualdade. Um é a aplicação da lei de uma forma desigual. O outro fator é a influência da desigualdade na concepção das formulações das leis e códigos criminais. Portanto, temos um duplo processo de instauração da desigualdade: baseada no ponto de vista de classe, raça e gênero nas práticas do sistema de justiça criminal e, ainda, na formulação de leis de um ponto de vista desigual desde o início da República até a atualidade.

UFJF: A política antidrogas tem papel efetivo na manutenção dessa desigualdade?

MC: Certamente. Esse foi o tema da minha tese de Doutorado (“**Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo**”). Nós temos 30% da população carcerária brasileira presa por drogas em uma política que prometia, a partir de 2006, diminuir o número de presos por esse motivo. Na época, esse número era menor – a gente saltou de 12% para 30% em 2020, com uma lei aprovada para diminuir esse número.

Isso acontece por vários fatores. Um deles é pela política antidrogas ter acabado com a pena de prisão, mas seguir a criminalizar o usuário, de acordo com o Artigo 28 do Código Penal. E, ao mesmo tempo, aumentou a pena mínima para o tráfico de drogas. Quando no Brasil se acaba com uma pena, reforça-se outro tipo de pena. Houve um não deslocamento para a saúde pública, mas sim um deslocamento para a prisão, ainda que a prisão não seja mais o objetivo da própria lei.

UFJF: Voltando ao trabalho sobre o sistema criminal do Sul Global, outra questão abordada é a mudança nas dinâmicas de crime e punição nesses países ao longo das décadas. Quais foram essas mudanças?

MC: No início, na transição para a República e o período pós-Abolição da Escravatura, temos os primeiros códigos criminais do Brasil. Nesses códigos, tentou-se colocar igualdade no tratamento penal no país. Ao mesmo tempo, os formuladores tiveram a influência dessas ideias racialistas e evolucionistas sobre a criminalidade. Então desde o início, por exemplo, as prisões dos chamados vagabundos, bêbados, prostitutas, estavam previstas nos códigos criminais e sempre fazendo o papel de articular a desigualdade. Esse é o primeiro momento que marcamos no texto.

O segundo vem com a instalação do Estado Novo (1930-1945), um período de início da expansão das favelas nos grandes centros e a formação das primeiras milícias paramilitares, esquadrões da morte – grupos extralegais para colocar ordem nesses territórios. Nos anos 1960 e 1970 há uma espécie de continuidade disso, mas os estudos têm foco no aumento da pobreza. Não exatamente sobre crime e punição, mas sobre marginalidade social. Na virada da década de 70 para a de 80, começam os grupos organizados. Nesse contexto final da ditadura, tem início o Comando Vermelho (CV). No texto, articulamos esse momento como uma virada para a chegada dos grupos organizados e o varejo de drogas. Nos anos 1990 houve a expansão desse mesmo modelo, mas agora muito mais articulado, em São Paulo, sobretudo com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Os anos 80 e 90 marcam o surgimento desses grupos, o estudo sobre eles e o advento dos chamados Estudos Prisionais. Então é aí que começa nesta grande área – Crime e Punição – o foco no Brasil e os estudos sobre as prisões. E nos anos 2000, a gente identifica três grandes tendências: uma nos estudos sobre políticas públicas e segurança, a segunda é sobre violência e sociabilidades e, por último, os estudos sobre prisão.

Pesquisa está alinhada aos ODS da ONU

A Coordenação de Divulgação Científica da Diretoria de Imagem Institucional, em parceria com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp), está promovendo uma **estratégia de fortalecimento** das ações de pesquisa da Universidade, mostrando que estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

A pesquisa apresentada nesta matéria está alinhada com os ODS 5 (Igualdade de gênero), 10 (Redução das desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). **Confira a lista completa no site da ONU.**

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/07/27/aplicacao-desigual-das-leis-perpetua-disparidades-sociais-no-brasil/>

AGOSTO

10 DE AGOSTO DE 2022

Membros do Centro de Referência LGBTQIA+ publicam obras sobre saúde e direitos

O professor da Faculdade de Serviço Social, Marco José Duarte lança nesta quinta, dia 11 de agosto, às 19h, o livro “Dez Anos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde”. Duarte é coordenador do programa de extensão **Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+)** e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (Gedis) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



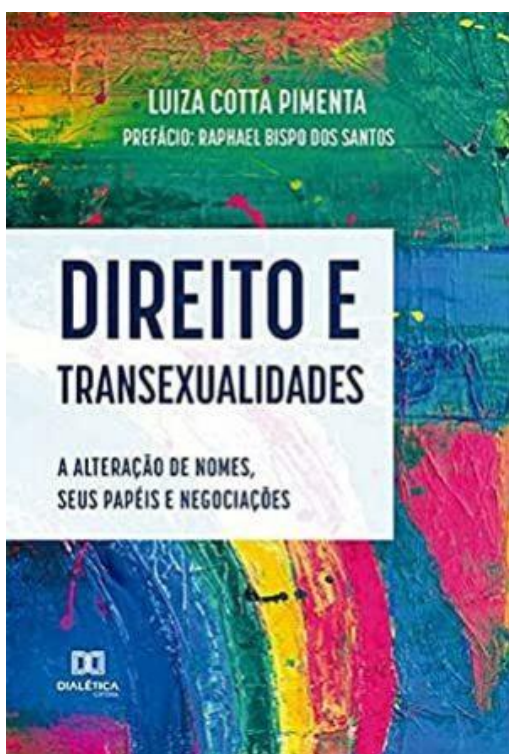
O trabalho foi organizado em parceria com o docente do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Pablo Cardozo Rocon, e será publicado pela Editora Devires. O lançamento faz parte da programação do Agosto Multicolor e ocorre no Espaço Cidade, da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), órgão da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF).

O livro constitui-se a partir de um trabalho em rede de pesquisa e observação sobre a saúde LGBT, reunindo capítulos de pós-graduandos, docentes e pesquisadores de todo país de diversos cursos ligados às Ciências Sociais e à Saúde.

“Propomos uma reflexão sobre melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS) e na formação permanente de trabalhadores(as) da saúde voltado ao público LGBTQIAPNB+. Nos últimos meses, assistimos a algumas discussões sobre a necessidade de se repensar políticas de saúde para esta população, em particular, de pessoas trans, em razão das dificuldades para garantir o acesso ao SUS.”

Ao mesmo tempo em que reafirma as conquistas nessa área na última década, Duarte acredita que a obra fomenta o debate sobre os desafios ainda a serem superados. “É neste sentido que a produção, fruto de pesquisas acadêmicas, cumpre o importante papel de, mais que celebrar conquistas, repensá-las e instigar melhorias, inclusive dos seus profissionais”, destaca o professor da UFJF.

O evento também conta com o lançamento da doutoranda em Ciências Sociais da UFJF, Luiza da Cotta Pimenta, “Direito e Transexualidades: a alteração de nomes, seus papéis e negociações”. A obra, publicada pela editora Dialética, é resultado de sua dissertação de mestrado. “Utilizo pressupostos do direito e das ciências sociais e investigo a formação de identidades das pessoas trans, sob o panorama dos processos de retificação de nome civil.”



Segundo Luiza, por muito tempo considerada uma doença, a transexualidade só começa a ser entendida como direito de autopercepção sobre os corpos a partir de 2009. Entre os desafios, ela cita “os processos altamente burocráticos e subjetivos nos cartórios e os altos valores que as pessoas trans precisam pagar para fazer a retificação de nome. Ainda há muita desinformação e dificuldade de lidar com o tema”, diz a pesquisadora, advogada do CeR-LGBTQI+.

Uma questão de saúde pública

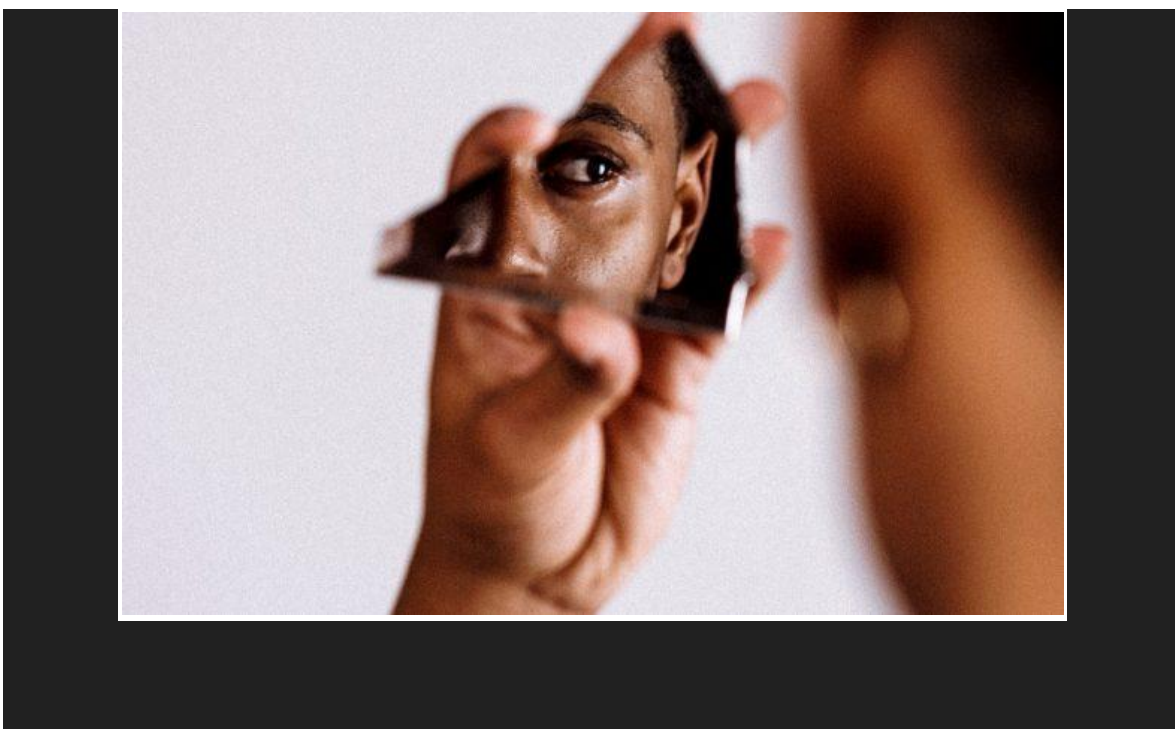
Este é o terceiro lançamento nacional do livro “Dez Anos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT”. O primeiro ocorreu durante o VIII Congresso Brasileiro de Saúde Mental da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), em São Paulo, e o segundo, em de Juiz de Fora, no final de julho.

A obra é dividida em três partes: a primeira delas propõe análises das políticas de saúde observando pontos fortes e fragilidades, desde a criação do SUS e os desafios atuais. A segunda, problematiza o modo hegemônico – biomédico e cisheterossexista – como ocorre a formação de trabalhadores(as) da saúde. A importância da educação popular, psicologia e o fomento à pesquisa também são contemplados. Por fim, a última parte reúne seis textos sobre os processos de trabalho em saúde com destaque para questões relacionadas ao processo transexualizador, a necessidade de observar a saúde longe das capitais e também as produções sobre mulheres lésbicas.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/08/10/membros-do-centro-de-referencia-lgbtqia-publicam-obras-sobre-saude-e-direitos/>

25 DE AGOSTO DE 2022

UFJF reduz fraudes nas cotas através das bancas de heteroidentificação



Apesar de já consolidados os avanços na inclusão de grupos historicamente excluídos do ensino superior por meio das cotas, essa é uma política em constante aprimoramento. Dez anos depois da publicação da **Lei 12.711**, ainda é preciso garantir legitimidade aos processos seletivos, honrando a luta do movimento negro pelo direito às vagas.

Denúncias de fraudes em universidades de todo o país mostraram que a forma de ingresso dos cotistas de grupos raciais (pretos, pardos e indígenas) precisava ser atualizada. O crime ocorre não só no acesso ao ensino superior, mas em concursos públicos. Em 2019, ficou conhecido o caso de um homem branco de olhos claros, aprovado como técnico do INSS, que pintava o rosto e usava lentes escuras para burlar o sistema de cotas.

[Confira o especial sobre os 10 anos da Lei de Cotas](#)

Na UFJF, as denúncias começaram a surgir em 2018. Antes disso, apenas um pedido foi registrado pela ouvidoria. A pró-reitora adjunta de Graduação, Beatriz Farah, lembra que, no início da implantação do sistema de cotas para pessoas negras e indígenas, a Instituição acreditava que os estudantes optariam adequadamente pelo grupo ao qual pertenciam. A exemplo de todas as instituições federais de ensino superior, era utilizada apenas a autodeclaração firmada pela assinatura do ingressante.



Todas as denúncias formalizadas foram investigadas por meio de processo de sindicância. Paralelamente a essa apuração, passaram a ser desenvolvidas atividades formativas sobre a temática

para docentes e TAEs, visando o aprofundamento de conhecimento e também a ampliação do quadro de pessoas preparadas para as análises.

Diante da situação, a Universidade passa a discutir a criação de procedimentos de verificação das condições de ingresso de pessoas com deficiência, negros e indígenas, por meio das bancas de heteroidentificação. “Esse fluxo contribuiu tanto para a consolidação de uma política de análise complementar à autodeclaração apresentada pelos candidatos como também para a redução das denúncias de fraudes”, explica Beatriz.

O resultado da implementação das bancas pode ser visto nos números apresentados pela **Pró-Reitoria de Graduação (Prograd)** – apenas duas denúncias foram formalizadas entre 2021 e 2022, ao passo que entre 2018 e 2020 foram 349. Segundo a pasta, o número permaneceu alto em 2019 e 2020 mesmo com as bancas já em funcionamento, porque os estudantes alvo das denúncias ingressaram nos anos anteriores. Todos os casos foram avaliados pelas comissões de sindicância, sendo a grande maioria julgada improcedente. Nos processos, verificou-se que os denunciados ou membros da linha de ascendência direta tinham o fenótipo racial.

Bancas de heteroidentificação

Segundo o diretor de Ações Afirmativas da UFJF, Julvan Moreira de Oliveira, as bancas de heteroidentificação são uma conquista do movimento negro e motivo de um intenso trabalho de aperfeiçoamento e pesquisa, dada a complexidade das relações raciais no Brasil.

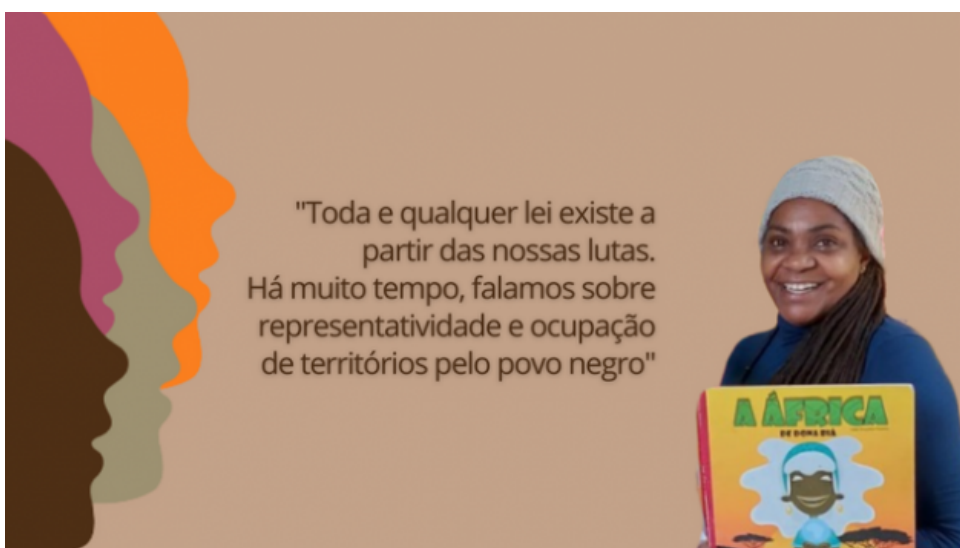
“Oficialmente, o país, por meio de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), classifica as pessoas pela cor da pele: branca, preta, parda, amarela e, embora não seja uma cor, indígena. Essa seria uma classificação de ‘marca’, utilizando uma categoria do sociólogo Oracy Nogueira. Já em outros países, como os Estados Unidos, essa classificação é determinada pela ‘origem’, levando em consideração a ascendência e não características fenotípicas”, explica Oliveira. Para além da cor da pele, o movimento negro entende a categoria “negro”, compreendendo-a como o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, também como pertencente à política de cotas, conceito referendado pelo Estatuto da Igualdade Racial (**Lei 12.288**, de 20 de julho de 2010).

O papel da Diaaf e das bancas e comissões de heteroidentificação, portanto, tem sido avaliar supostas fraudes que chegam através da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas e verificar a veracidade da autodeclaração dos candidatos e candidatas ingressantes nos cursos de graduação e pós-graduação durante as matrículas.

Essa atuação vem sendo ampliada por meio de cursos de formação e capacitação e da criação de comissões internas em três esferas: graduação, pós-graduação e concursos públicos. “Os dados que serão trabalhados pelas comissões nos darão a possibilidade de uma avaliação sobre as cotas para além dos simples dados quantitativos”, ressalta Oliveira.

Movimentos sociais se pronunciam

Quem reforça a fala do representante da Diaaf é Marilda Simeão, presidente do Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial (Compir), órgão de assessoria, planejamento e consultoria do município, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). Ela também é cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) e afirma que a implantação das políticas de ações afirmativas e das comissões e bancas de heteroidentificação é resultado de anos de luta dos movimentos sociais organizados.



“Toda e qualquer lei existe a partir das nossas lutas. Há muito tempo, falamos sobre representatividade e ocupação de territórios pelo povo negro”, destaca Marilda, reforçando a

necessidade das denúncias às fraudes dos sistemas de cotas. “Sabíamos, desde sempre, que as fraudes poderiam acontecer, pois vivemos em um país que tem a corrupção em sua gênese. Além do mais, os brancos acreditam que estamos retirando o direito deles de entrar na universidade. Então, cabe a nós fiscalizar e, aos órgãos responsáveis, punir.”

Marilda destaca a questão do colorismo como um fator complexo para as análises realizadas pelas bancas de heteroidentificação. “Considerando a África como o primeiro continente, devemos pensar que todos temos ancestrais africanos. Viemos todos da mesma árvore genealógica. É isso acarreta no fato de que nem todos os negros têm pele retinta. Temos a questão do colorismo, temos os pardos, que são fruto do estupro do povo preto e que também devem reivindicar os seus espaços dentro da universidade”, comenta.

Em contraponto, o aluno de Jornalismo da Faculdade de Comunicação (Facom) da UFJF, Alexandre de Assunção Pinto, acredita na utilização do fenótipo do candidato como critério único para a heteroidentificação. “O estudante vê claramente a importância disso quando, na sala de aula, em seus cursos ou institutos, em todos os lugares, encontra várias pessoas com fenótipo branco conseguindo ocupar as vagas destinadas às cotas raciais”.

Ele é membro da Frente Preta, movimento de pessoas negras em prol da permanência, equidade de posições e oportunidades, a valorização da cultura negra. O discente explica que, atualmente, a Frente vem sendo reestruturada, visto que os trabalhos sofreram com o afastamento de seus participantes durante o período da pandemia da Covid-19. Em 2019, quando ainda não existiam as bancas de heteroidentificação, o movimento, junto ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), foi acionado por muitos alunos e candidatos nos processos seletivos da UFJF para formalizar os pedidos de denúncias de fraudes. Em 2020, mesmo com as bancas já em atividade, as denúncias de fraudes continuaram. Porém, como destaca Alexandre, muitos processos não foram levados adiante justamente pelo fenótipo do aluno não ser o critério principal de análise, mas sim a possibilidade de comprovação do fenótipo na ascendência familiar.

E como funciona?

Todos os critérios de avaliação das bancas estão definidos no regulamento de matrícula e, em uma primeira etapa, há a averiguação dos ingressantes levando em consideração somente aspectos fenotípicos. Ou seja, características físicas visíveis do indivíduo, tais como a cor da pele, a textura dos cabelos, o formato do rosto, do nariz e lábios. Todos esses elementos combinados permitem validar ou invalidar as condições autodeclaradas pelos candidatos e candidatas.

“Os(as) candidatos(as) convocados devem se apresentar na sala virtual, disponibilizada no site da **Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos (Cdara)**, munidos de documento oficial com foto e em um ambiente com boa iluminação. Em caso de problemas técnicos, o ingressante deverá prontamente manifestar-se, no mesmo dia em que foi convocado, através do e-mail institucional, solicitando reagendamento”, explica Beatriz Farah.

Toda análise é gravada em áudio e vídeo, sendo o procedimento realizado por três membros designados pela Prograd. O não comparecimento às bancas virtuais de heteroidentificação acarreta no cancelamento imediato da matrícula.

Candidatos negros e negras podem entrar com recurso, que será apreciado mediante apresentação de documentos comprobatórios da condição do próprio ingressante, bem como de seu pai e mãe, que serão também analisados. No caso de indígenas, existe a avaliação dos documentos que comprovem a condição de pertencimento étnico. Já para as pessoas com deficiência, as avaliações ocorrem por uma comissão mediante apresentação de laudo médico.

UFJF cumpre recomendações de estudo nacional

As ações promovidas pela UFJF nos últimos anos estão em acordo com um conjunto de recomendações apontadas pela “Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: Resultados e Desafios Futuros”, investigação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pela organização Ação Educativa, divulgada em julho de 2022.

O levantamento teve como objetivo contribuir para a avaliação dos efeitos e resultados da política de cotas, utilizando como estudos de caso seis universidades federais. Entre os dados apresentados, chama a atenção o número de ingressantes nas universidades federais por tipo de vaga acionada. Em 2010, 90% dos matriculados faziam parte da ampla concorrência, ao passo que, em 2019, esse grupo passa a representar 61%.



A legislação

prevê que, pelo menos, 50% das vagas sejam ocupadas por estudantes de escolas públicas, àqueles com renda bruta familiar inferior a 1,5 salário mínimo, a negros e indígenas ou a pessoas com deficiência. Mas, muitas vezes, esse número não é efetivado pela falta de aprovados nesses grupos de acesso. Na UFJF, por exemplo, os cotistas são 47%. Por isso, a luta pelo acesso ao ensino superior por grupos historicamente excluídos continua sendo um grande desafio, seja enfrentando os fraudadores seja fazendo a população entender seus direitos.

“As cotas parecem estar consolidadas no imaginário brasileiro, mas ainda não para a população negra, o que nos permite dizer desse racismo que é intrínseco em nossa sociedade”
– Julvan Oliveira

“Temos que reforçar que as cotas não representam um problema exclusivamente social, como diversos setores mais conservadores, com apoio de alguns grupos progressistas, defendem. Resumindo, as cotas parecem estar consolidadas no imaginário brasileiro, mas ainda não para a população negra, o que nos permite dizer desse racismo que é intrínseco em nossa sociedade. Por isso, precisamos ter um trabalho de conscientização junto aos estudantes do ensino médio das escolas públicas, mostrando a eles que as cotas são um direito, para que mais e mais estudantes negros e pobres possam almejar a entrada nessa Universidade”, afirma Julvan Moreira de Oliveira.

Entre as recomendações propostas pela pesquisa está o fortalecimento e a regulamentação nacional das comissões de heteroidentificação, que também cumprem papel educativo sobre a perspectiva antirracista dentro das instituições públicas de ensino superior, sobretudo a partir do desenvolvimento dos programas de formação de coordenadores, docentes e TAEs.

Foi o que aconteceu na UFJF por meio do curso “**Ações afirmativas e heteroidentificação na UFJF**”. Durante os meses de maio, junho e julho, dez encontros foram realizados de forma virtual com o objetivo de formar pessoas que compõem ou irão compor as bancadas de heteroidentificação, docentes, TAEs e estudantes de pós-graduação, bem como professores da rede básica de ensino e militantes de movimentos negros e indígenas. Tudo para envolver cada vez mais a comunidade acadêmica e a sociedade em geral no comprometimento com a política de cotas e com as lutas antirracistas.

Como denunciar?

As denúncias devem ser realizadas, preferencialmente, através da **Plataforma Fala-Br**.

Havendo outras dúvidas a respeito de como realizar denúncias, basta entrar em contato com a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas da UFJF, através do e-mail ouvidoriaespecializada.diaaf@ufjf.br ou pelo telefone (32) 2102-3380.

Cabe ressaltar que, em nome do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, em respeito aos direitos da personalidade dos investigados e diante do princípio da presunção de inocência, os processos de apuração de supostas fraudes ao sistema de cotas tramitam em sigilo, conforme inciso III do artigo 6º da Lei de Acesso à Informação (**Lei 12.527/2011**).

Confira mais informações sobre como funcionam das denúncias.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/08/25/ufjf-reduz-fraudes-nas-cotas-atraves-das-bancas-de-hetero-identificacao/>

29 DE AGOSTO DE 2022

Os desafios do futuro para a Lei de Cotas



Samuel Alves

Coutinho da Costa tinha apenas 10 anos de idade quando o Congresso Nacional aprovou a **Lei 12.711**, em 29 de agosto de 2012. Ele estudava em uma escola estadual na cidade de Valença, no estado do Rio de Janeiro, e cresceu se inspirando na mãe, técnica em enfermagem. Desde muito novo, sabia que a área da saúde seria sua escolha na hora de pensar em uma profissão. Já no ensino fundamental, um professor de Biologia o incentivou a correr atrás do sonho de lidar com pessoas, ajudar o próximo e se tornar médico.

Atualmente cursando o terceiro período da Faculdade de Medicina, ele entrou na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2020 através do Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism), utilizando o grupo A das cotas. As vagas deste grupo são destinadas a candidatas pretos, pardos ou indígenas, com renda bruta mensal familiar inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado todo o ensino médio em colégios públicos.

Samuel representa a mudança do perfil dos estudantes que compõem as universidades. A UFJF deu início a esse processo antes da Lei de Cotas, com a implantação de seu próprio sistema ainda em 2006. Mas foi a determinação federal que tornou nítida a transformação dentro das salas de aula do ensino superior. Em 2006, 18,6% deram entrada como cotistas, ao passo que já no primeiro ano da Lei, o percentual saltou para 33,6%. Hoje, eles são mais de 47%.



Encerrando a **série especial de reportagens** que celebram essas conquistas durante o décimo aniversário da Lei, é preciso compreender os desafios para o futuro e como anda a tramitação que corre no Congresso Nacional para a avaliação da política. “Historicamente, as universidades não foram feitas para nós. É muito incrível que, mesmo longe do ideal, existam políticas que possibilitam que o preto, o pobre, a pessoa com deficiência, todos estes grupos que foram e são excluídos possam ocupar esses espaços”, diz Samuel que foi atendido, pela primeira vez, por um médico negro aos 20 anos de idade.

Como está o andamento da revisão no Congresso

Relator do Projeto de Lei da Câmara (PLC) sobre as cotas em 2008, o senador pelo estado do Rio Grande do Sul, Paulo Paim (PT) acredita no sucesso da política. Ele também foi responsável pela apresentação do **Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288)**, no ano de 2010, e precisou defender o assunto no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012.

“Foi uma discussão dura, mas saímos vitoriosos e garantimos a constitucionalidade da política de cotas, o que tornou mais fácil tramitar a proposta no Congresso Nacional.” Ele lembra que foi preciso dialogar com os movimentos sociais, em especial, coletivos e grupos negros. Também foi preciso travar conversas com lideranças parlamentares que eram contrárias à matéria, o que continua sendo fundamental para a continuidade do sistema.

O senador ressalta que, entre 2010 e 2019, o número de alunos negros no ensino superior cresceu quase 400%. Porém, do total de matriculados em todo o país, 38,15% são negros, um índice baixo

para a população brasileira, que é formada, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por 56% de pessoas pretas e pardas.

A Lei de Cotas é, portanto, uma criança, mas já mostrou a mudança na vida de milhares de brasileiros, pois ela oferece oportunidade, fortalece a esperança e propicia mobilidade – Paulo Paim

“A Lei de Cotas é, portanto, uma criança, mas já mostrou a mudança na vida de milhares de brasileiros, pois ela oferece oportunidade, fortalece a esperança e propicia mobilidade, não apenas para os jovens e adultos que estão cursando as universidades e institutos federais, mas também para uma nação que clama por direitos e igualdade”, declara.

Segundo Paim, o Senado está profundamente envolvido na temática racial. “Já realizamos diversas audiências públicas sobre a avaliação da Lei de Cotas. Apresentei o projeto de Lei 4.656, de 2020, para aprimorar a legislação. Contudo, a revisão da Lei, que não perde a sua vigência, compete ao Ministério da Educação (MEC), à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e à Fundação Nacional do Índio (Funai)”, explica.

Ele acredita que a avaliação não será votada este ano, por causa do conturbado cenário político em ano de eleições. A pauta, que deve ser discutida de maneira cuidadosa, provavelmente será apreciada somente em 2023.

“Precisamos de cotas para que o Brasil deixe de ser o nono país mais desigual e racista do mundo. Mas, enquanto isso não se torna realidade, o Congresso Nacional, o Poder Executivo, o Poder Judiciário e toda a sociedade, inclusive as instituições privadas, precisam seguir rumo à inclusão e oportunidade para todas e todos no Brasil.”

O desafio da permanência dos cotistas

Segundo Paulo Paim, levantamento realizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) identificou 67 projetos em tramitação no Congresso, dos quais 31 afetam a reserva de

vagas para negros, 20 propõem a ampliação das reservas de vagas e 16 que tratam de outros aspectos como programas de assistência estudantil.

A assistência é tema inerente às cotas e requer total atenção diante da situação econômica do país e dos limites estabelecidos pelo teto de gastos. “As cotas democratizam o acesso, mas permanecer na universidade é um constante desafio”, declara a pró-reitora de Assistência Estudantil da UFJF, Cristina Bezerra. Ela explica que tais políticas não são pensadas somente para estudantes cotistas, mas que, quase sempre, são esses alunos e alunas que procuram a assistência estudantil por conta de questões raciais e socioeconômicas. “A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) tenta garantir os apoios pedagógicos, psicológicos e socioeconômicos, além de oferecer bolsas e auxílios para que esses cotistas vivenciam com tranquilidade o cotidiano universitário.”

A principal fonte de recursos para garantir essa permanência de alunos vem do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), do Governo Federal, mas não supre mais a demanda dos acadêmicos. **Os recursos cancelados via plano eram de R\$20,6 milhões em 2016 e, agora, são de R\$16,4 milhões, segundo a Lei Orçamentária (LOA) de 2022 – uma redução de 20%.** Em 2021, foram repassados apenas R\$13,9 milhões. A UFJF já vivenciou um cenário no qual praticamente a totalidade dos estudantes que se enquadravam nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica eram atendidos, o que não acontece mais. Além do número de alunos que precisam do apoio financeiro ter aumentado, os recursos diminuíram e, por isso, é preciso redistribuir esse montante de forma a garantir o maior número de beneficiários.

Com as bolsas acadêmicas acontece o mesmo. Não é mais possível oferecer o mesmo número de bolsas para as centenas de projetos acadêmicos, extensionistas, de treinamento profissional e pesquisa mantidos pela UFJF. Tanto o valor como o volume delas diminuíram em razão dos cortes. A parcela do orçamento empenhada para esse fim saiu de R\$16,7 milhões em 2016 para R\$12,5 milhões em 2022, o que representa menos 25%.

Sem as bolsas e vendo a necessidade de ajudar no rendimento familiar, muitos alunos trancam ou abandonam seus cursos. A pró-reitoria de Graduação da UFJF já tem feito um levantamento sobre evasão nos últimos anos e a reunião desses dados estará disponível no Censo da Educação Superior em 2023. Segundo o pró-reitor da pasta, Cassiano Amorim, a perspectiva é preocupante, mas somente com uma pesquisa mais ampla os prejuízos causados na educação poderão ser melhor avaliados. Na conta do abandono das vagas, provavelmente entrarão os cortes no orçamento das universidades, a situação econômica do país que impede jovens de se dedicarem exclusivamente aos estudos e a pandemia de Covid-19.

Já o reitor da UFJF, Marcus David, destaca que é muito grave a situação das universidades federais. “Pode-se afirmar que, entre as consequências mais nefastas da atual política orçamentária, sem dúvida nenhuma as restrições de recurso para as políticas de assistência estudantil são as mais graves no atual momento. Tal arroxo compromete a política que garante a permanência dos nossos estudantes mais vulneráveis e a eficácia da política de cotas, que tem um papel inestimável na superação das graves desigualdades do nosso país”.

Mudança de perfil na graduação influenciou cotas nos programas de pós



"As cotas desempenham a função de inserir e garantir a continuidade de trans e travestis ocuparem este espaço. Além disso, possibilitam a construção do pensamento científico por essas pessoas, que, historicamente, sofrem um processo de apagamento de suas identidades".

A mudança de perfil dos discentes possibilitada pela política de cotas trouxe também a necessidade de revisão do ingresso nos cursos de pós-graduação como mais uma medida para garantir a permanência na universidade. “Percebemos que os alunos cotistas às vezes terminavam a graduação, não conseguiam emprego imediatamente na sua área e encontravam dificuldades de ingressar na pós”, comenta a pró-reitora de Assistência Estudantil Cristina Bezerra.

Na UFJF, a decisão veio em 2021. Por meio da **Resolução nº 67**, o Conselho Superior instituiu a reserva de 50% das vagas nos processos seletivos de mestrado e doutorado para negros, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos, etc), pessoas trans e travestis, pessoas com deficiência e refugiados ou migrantes humanitários.

Para a pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UFJF, Mônica Ribeiro de Oliveira, a institucionalização da medida representa um grande avanço. “A pós-graduação sempre foi um setor dedicado às elites por exigir dedicação integral. Desta forma, só aqueles candidatos com condições socioeconômicas estáveis podiam se submeter com sucesso nos processos seletivos. Essa realidade

tem sido transformada pela mudança no perfil dos alunos da universidade pública, muito mais diversificada e plural.”

O sistema de cotas possibilita que diferentes temas cheguem aos cursos de especialização, mestrado e doutorado. Temas que, se não fossem trazidos por esses alunos cotistas, jamais chegariam aqui – Cristina Bezerra

Assim, ao seguir na carreira como pesquisadores, esse grupo também promove outra importante mudança na academia: “o sistema de cotas possibilita que diferentes temas cheguem aos cursos de especialização, mestrado e doutorado. Temas que, se não fossem trazidos por esses alunos cotistas, jamais chegariam aqui. As cotas interessam aos estudantes, mas os cotistas também interessam à Universidade, porque estudantes negros, indígenas, com deficiência, trans e travestis trazem determinadas discussões que antes não eram consideradas importantes no meio acadêmico”, complementa a pró-reitora Cristina Bezerra.

O mestrando Júlio Mota, que ingressou pelas cotas para pessoas trans no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, confirma a afirmação. “No Brasil, estima-se que 70% das pessoas trans não completaram o ensino médio e que apenas 0,02% estão nas universidades. Neste sentido, as cotas desempenham a função de inserir e garantir a continuidade de trans e travestis ocuparem este espaço. Além disso, possibilitam a construção do pensamento científico por essas pessoas, que, historicamente, sofrem um processo de apagamento de suas identidades.”

A resolução da UFJF possibilita os programas a implementarem a reserva de vagas de maneira imediata, mas gradativa em relação ao percentual. Alguns já destinam metade das vagas às cotas, outros ainda estão iniciando esse processo com percentuais menores.

Democratização

Marcus David reitera o crescimento de percentual de cotistas na UFJF de 2006 para 2022. Números citados no início desta matéria que revelam um salto de mais de 150% na presença de estudantes de escolas públicas, baixa renda, negros e indígenas e com deficiência na Universidade. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) durante o último ano, o reitor da UFJF destaca a importância da defesa integral por parte das universidades federais da manutenção das cotas.

“Temos o entendimento de que, a partir desta política, as instituições federais, ao permitirem a democratização do acesso desses estudantes, contribuíram de forma inestimável para o processo de desenvolvimento social do nosso país, superando injustiças históricas na nossa sociedade”, afirma David.

Para o reitor, é preciso avaliar os dados que refletem o sucesso das cotas. Seja na graduação ou nos mais recentes processos de inclusão nos programas de pós. “Sabemos que a legislação previa uma avaliação após os 10 anos da Lei. Esta política cumpriu seu papel de garantir o ingresso de uma grande parcela da população que, anteriormente, não tinha acesso ao ensino superior de qualidade”, finaliza.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/08/29/os-desafios-do-futuro-para-a-lei-de-cotas/>

SETEMBRO

12 DE SETEMBRO DE 2022

Livro aborda rede de cuidados à pessoa com deficiência



Os profissionais de todo o país que constituem a rede de cuidados à pessoa com deficiência têm agora um novo material para qualificar a sua atuação. O livro ‘Redecin Brasil: o cuidado na Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência nos diferentes Brasis’ apresenta perspectivas sobre o processo de implantação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD).

O e-book está **disponível gratuitamente** no site da Editora **Rede Unida**, sendo resultado de um trabalho colaborativo entre pesquisadores de oito estados brasileiros que, ao longo de cinco anos, desenvolveram o projeto de pesquisa ‘Avaliação da Rede de Cuidados Integral à Pessoa com Deficiência no SUS – Redecin Brasil’. Ele foi aprovado em chamada conjunta (35/2018) entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Saúde (MS).

Integrante do grupo de pesquisa, a professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da UFJF, **Silvia Lanziotti**, informa que o principal objetivo do livro é que, a partir dos dados da investigação, gestores, profissionais e pesquisadores ampliem seus conhecimentos sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. “Ele traz alguns resultados inéditos da pesquisa Redecin Brasil, com perspectivas qualitativas e quantitativas, visão de trabalhadores, as potencialidades e fragilidades em todos os níveis de atenção da RCPD.”

Para identificar as similaridades e diferenças regionais, o edital exigia, já na submissão, representatividade das cinco regiões geográficas brasileiras, o que foi contemplado pelos estados participantes: Amazonas, Paraíba, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul.



“Observamos que a implantação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, em todos os estados, foi deflagrada pela indução financeira do Governo Federal, em 2012. Alguns, como Minas Gerais, tiveram grande protagonismo da gestão estadual, enquanto outros, as macrorregiões de saúde foram mais participativas, como a Paraíba e São Paulo. Os serviços dos Centros Especializados de Reabilitação se concentram em municípios maiores, polos com mais recursos que atendem aos municípios menores da mesma região”, detalha Silvia.

Dividida em três seções, a obra aborda, na primeira parte, uma concepção teórica acerca do tema, assim como resgate histórico, organização da rede e formação de recursos humanos. A segunda seção é dedicada ao projeto Redecin Brasil, desde sua concepção aos resultados alcançados em sua trajetória. Na última seção, é apresentada a visão de pessoas com deficiência sobre o controle social, o cuidado em saúde e o capacitismo, além da saúde da mulher com deficiência.

“Nada sobre nós, sem nós”

O lema defendido pelas pessoas com deficiência – “Nada sobre nós, sem nós” – também serviu de motivação para que fossem ouvidos os principais interessados da RCPD. “Uma vez que acreditamos na importância do controle social e da participação das pessoas com deficiência na construção da rede para si, não poderíamos deixar de incluir a voz delas sobre sua saúde. Não há ninguém melhor para falar sobre a atenção recebida e sensibilizar profissionais, gestores e outros leitores para os ajustes que precisam ser feitos para oferecer um serviço de qualidade”, defende a docente.

Com relação aos desafios atuais da rede de cuidado, Silvia destaca o desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em todas as áreas, que inclui o cuidado à pessoa com deficiência, e a redução da indução financeira federal. Ela cita também a falta de incentivo à capacitação dos profissionais para ampliação do uso de ferramentas como o Projeto Terapêutico Singular; a necessidade de ampliação da rede, principalmente no interior dos estados; a criação e uso de indicadores epidemiológicos e da rede para quantificação da demanda; e a garantia da continuidade do cuidado na atenção primária, sobretudo pelo desmonte dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) criados a partir do Programa Previne Brasil.

Pesquisa está alinhada aos ODS da ONU

A UFJF também tem contribuído para o alcance das metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A pesquisa citada nesta matéria está alinhada ao **ODS 10** (Redução das desigualdades).

Confira a [lista completa](#) no site da ONU.

20 DE SETEMBRO DE 2022

Inclusão não é favor, é educação e cuidado

Em 21 de setembro, é celebrado o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, instituído por iniciativa de movimentos sociais no ano de 1982 e oficializado através da Lei 11.133, de 14 de julho de 2005. A data marca a importância da demarcação dos direitos adquiridos pela população com algum tipo de deficiência, que, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é composta por mais de 45 milhões de brasileiros.

Para reafirmar as lutas travadas diariamente por essas pessoas, o **Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI)** da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) organiza o Encontro de Reconhecimento do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, nesta quarta, das 10h às 11h30, na Ágora no campus sede, espaço localizado ao lado do Jardim Sensorial, próximo ao prédio da Reitoria da UFJF. O evento reúne estudantes com deficiência, profissionais que trabalham no NAI, bolsistas e colaboradores, bem como representantes de Diretórios e Centros Acadêmicos (DAs e CAs) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Segundo a coordenadora do NAI, Nádia Faria, esse será um momento de se encontrar pessoalmente com os discentes atendidos pelo Núcleo e uma oportunidade de refletir sobre as conquistas e desafios da inclusão na UFJF. “Resolvemos fazer o encontro para marcar esta data. Reconhecemos que o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência precisa ser discutido e reconhecido, bem como a batalha diária dos estudantes que estão dentro da nossa Universidade. Muitos deles, inclusive, nem sabem da existência do nosso Núcleo. Então essa é também uma oportunidade de nos aproximarmos desses alunos e alunas.”

Direitos fundamentais

O NAI hoje atende entre 70 e 75 estudantes com deficiência. Para isso, conta com uma equipe de 15 bolsistas que os acompanham em atividades na UFJF, dentro ou fora de sala de aula. Um dos alunos que recebe a atenção do Núcleo é Lucas França, de 24 anos, que cursa bacharelado em Letras – Espanhol. Ele conta que tem retinose pigmentar, uma doença que surge quando as estruturas fotorreceptoras do olho (cones e os bastonetes) deixam de captar luz, prejudicando a formação da imagem pela retina, o que acarreta no que se denomina baixa visão.



O estudante de Letras explica que, por conta de sua deficiência, demora cerca de 40 minutos para ler uma página de livro, por exemplo. E que são os bolsistas do NAI que o auxiliam nessas leituras. “Não fosse o NAI e seus monitores, minha vida acadêmica seria mais difícil. Por isso, um conselho que eu dou para aqueles que estão entrando agora na Universidade é procurar o Núcleo.”

Nádia reforça, no entanto, que esse atendimento recebido por Lucas e por outros estudantes não pode jamais ser entendido como um pedido de favor ou caridade. “Acredito que a grande luta das pessoas com deficiência, atualmente, é garantir o direito à acessibilidade e adaptações na sua vida acadêmica, sem ter que ficar provando o tempo todo que isso é um direito. Eles estão resguardados pela legislação. Por isso, dentro da Universidade ou fora dela, promover inclusão e acessibilidade é algo fundamental”.

Entre as ações de acessibilidade que precisam ser garantidas está a construção de rampas para cadeirantes e pessoas com deficiência visual. “O acesso a muitos espaços é algo bastante limitado. No caminho para a UFJF, no bairro São Pedro, vários comerciantes enchem as calçadas de mesas, cadeiras e placas que se tornam obstáculos para nós e impedem ou atrapalham a nossa passagem. Realmente, as pessoas não pensam que, em uma calçada, passam diariamente diversos cadeirantes ou cidadãos com deficiência visual”, aponta França.

Adaptação de conteúdo



A coordenadora do NAI ainda comenta que são bastante comuns pedidos de alunos e alunas para que o Núcleo interceda no contato com os docentes para a adaptação de certos conteúdos, como a ampliação de provas, algo importante para aqueles e aquelas que têm baixa visão. “O objetivo é atuar para que esses estudantes se sintam fortalecidos e que consigam caminhar sozinhos, exercendo todos os seus direitos”, afirma Nádia.

Promover a inclusão é fomentar a autonomia dos estudantes, para que eles possam desenvolver seus trabalhos, ter mais oportunidades e seguir seus caminhos sem obstáculos. É no que acredita a estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo, Ana Lua Oliveira Alves, de 27 anos, que ingressou na UFJF em 2018. Ela tem deficiência auditiva e ressalta que a adaptação de conteúdos é algo que precisa ser cada vez mais trabalhado pelo corpo docente da Universidade. “Preciso, por exemplo, de materiais que tenham mais imagens, com mais detalhes, para que eu consiga visualizar o que está sendo explicado. Sou acompanhada por intérpretes de libras em minhas atividades, mas existem certos materiais, como os de cálculos, que são mais complexos de serem traduzidos”, explica.

Para promover a formação pedagógica para docentes que atuarão com discentes surdos ao longo deste semestre que se inicia, o NAI realizou na tarde desta terça, 20, um encontro com professores, coordenadores de curso e diretores das unidades acadêmicas. “A importância da participação dos professores nessa formação é porque os surdos não têm o português como primeira língua. Eles utilizam a Linguagem Brasileira de Sinais. Então, temos discutido muito as formas de aprendizado desses alunos e alunas. É preciso ter os intérpretes em sala de aula, e ter o entendimento sobre o tempo diferenciado dos alunos e dos próprios intérpretes. Precisamos aproximar os docentes da educação surda”, ressalta Nádia.



Para Ana Lua, contar com o apoio dos professores é fundamental, visto que estar no nono período de um curso em uma universidade pública não é tarefa fácil. No depoimento que ela pretende dar no Encontro de Reconhecimento do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, a aluna gostaria de oferecer uma mensagem de que é preciso persistir: “Diria para os alunos com deficiência terem muita força. Não é fácil estar aqui. Ainda existe muito preconceito, as pessoas não nos dão a devida atenção. Porém, se forem fortes, tiverem foco e objetivo e souberem dos nossos direitos, eles irão vencer”.

Para serem vinculados ao NAI, os estudantes podem entrar em contato com o Núcleo pelo e-mail nucleo.nai@ufjf.br, por telefone e Whatsapp (2102-3944) ou pelo Instagram (@naiufjf). O atendimento ainda é realizado de forma presencial. A sala do NAI fica localizada no saguão da Reitoria da UFJF.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/09/20/inclusao-nao-e-favor-e-educacao-e-cuidado/>

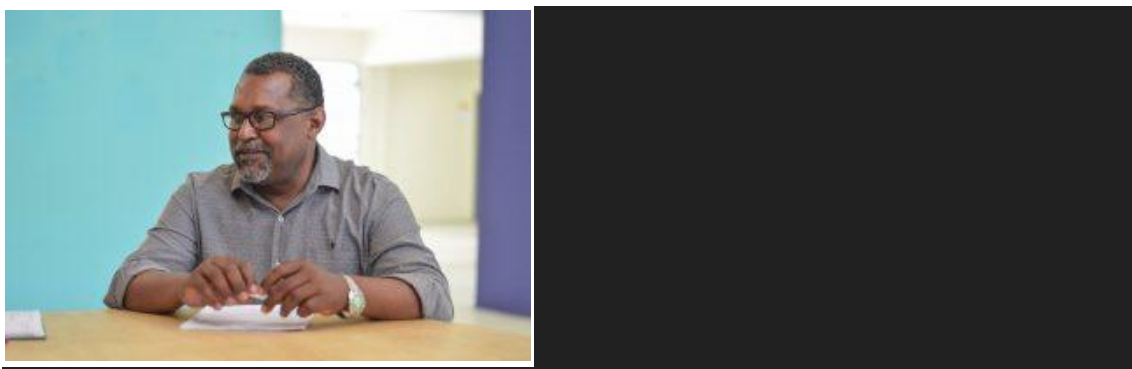
21 DE SETEMBRO DE 2022

UFJF realiza primeira banca de heteroidentificação para concurso docente

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) realiza, no dia 28 de setembro, às 16h, a primeira banca de heteroidentificação para concurso do Magistério Superior em seus quase 62 anos de história. A Comissão de Heteroidentificação vai complementar a autodeclaração de candidatos negros e negras que concorrem, no **Edital 26/2021**, às vagas reservadas pela política de cotas, instituída pela **Lei Federal 12.990/2014**.

A finalidade desta etapa do certame é efetivar a política afirmativa e evitar possíveis fraudes. A Lei Federal 12.990/2014 reserva às pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos. A reserva se aplica no âmbito da

administração pública federal, das autarquias, das fundações e empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.



“É um grande avanço para a instituição. As ações afirmativas são uma conquista do movimento social negro e, embora a legislação sobre as cotas no serviço público federal seja do ano de 2014, esta será a primeira vez que a Universidade cumprirá esse regramento em concurso docente. Houve um grande empenho desta gestão nesse sentido, visando à promoção de igualdade e ao reconhecimento das diferenças e diversidades”, destaca o diretor de Ações Afirmativas e professor da Faculdade de Educação da UFJF, **Julvan Moreira de Oliveira**.

Na UFJF, a matéria foi regulamentada pela **Resolução nº 38, de 2 de agosto de 2021, do Conselho Superior** (Consu). Uma comissão, sob a coordenação da Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf), e com representação dos segmentos docente, técnico-administrativo em Educação (TAE) e discente, estudou e debateu a temática e elaborou uma minuta. Em seguida, o texto foi apreciado e aprovado pelo Consu.

Oliveira explica que, a fim de se garantir o cumprimento da lei, a Resolução 38/2021 permite a aplicação da porcentagem de 20% sobre a quantidade total de concursos do mesmo edital e não mais por cada concurso particular de cada departamento, como se fazia anteriormente. A aplicação particular inviabiliza a ação afirmativa.

“Com a Resolução 38/2021, o Consu determina a reserva das vagas legalmente estabelecidas. Além de fazer cumprir os 20% previstos em lei para pessoas negras, outra medida muito importante foi adotada. O Conselho, também por meio dessa Resolução, garante os mesmos 20% de cotas para pessoas com deficiência, embora a legislação mencione apenas um percentual mínimo de 5%. Um avanço significativo para a nossa Universidade.”

Edital

A primeira banca de heteroidentificação para concurso docente da UFJF será realizada no âmbito do **Edital 26/2021**, que oferta 36 vagas para professores nos dois campi da UFJF, sendo 25 para Juiz de Fora e 11 para Governador Valadares. Ao todo, cinco candidatos autodeclarados negros e negras irão passar pela análise da comissão de heteroidentificação, já tendo sido aprovados em todas as etapas anteriores do certame, dentre as quais: prova escrita dissertativa, prova didática, prova de memorial e plano de atuação profissional e avaliação de títulos.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/09/21/ufjf-realiza-primeira-banca-de-heteroidentificacao-para-concurso-docente/>

29 DE SETEMBRO DE 2022

UFJF convida para organização coletiva do Mês da Consciência Negra

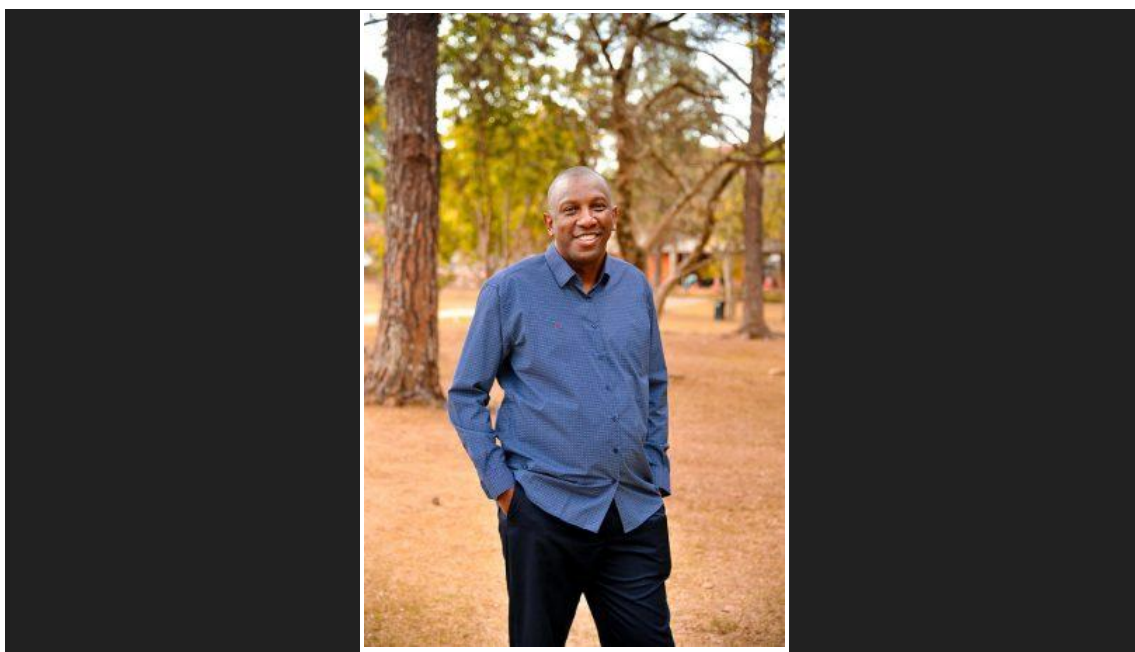


A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por meio da Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e do projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra”, convida a comunidade acadêmica para a organização coletiva da programação do Mês da Consciência Negra. A primeira reunião será realizada na próxima segunda-feira, dia 3, das 16h às 18h, no Anfiteatro das Pró-reitorias, no campus sede.

Podem participar estudantes, técnico-administrativos em educação (TAEs), professores e terceirizados da instituição. O objetivo é que as atividades do evento, tais como oficinas, palestras, ciclo de debates, minicursos, mostras e workshops, sejam definidas de forma participativa.

O diretor de Ações Afirmativas e professor da Faculdade de Educação da UFJF, **Julvan Moreira de Oliveira**, ressalta que a “Consciência Negra” a ser comemorada nas instituições de ensino está indicada na **Lei nº 10.639/03**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

“Importante ressaltar que não bastam só as atividades da Consciência Negra, pois os currículos devem trabalhar conteúdos referentes às culturas Negra e Indígena, nesse caso, pela **Lei nº 11.645/08**. Além disso, há, ainda, a **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação** que preconiza a inclusão da temática em todos os currículos de graduação, sendo este um dos critérios de avaliação dos cursos. A UFJF terá essa importante tarefa, de implementar conteúdos étnico-raciais em todas as graduações, ação já aprovada no atual Plano de Desenvolvimento Institucional atual”, explica.



A avaliação é compartilhada pelo professor do Departamento de Matemática da UFJF, coordenador do projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra” e representante da instituição no Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial (Compir -JF), **Willian José da Cruz**. O

docente destaca também a importância do engajamento da comunidade acadêmica nas ações antirracistas.

“É muito importante a participação de todas e todos na luta por uma Universidade que olhe para as causas da Comunidade Negra, que esteja conosco, combatendo o racismo estrutural. Não só no mês de novembro, mas em todas as possibilidades que tivermos para debater essa pauta na nossa Universidade em todos os períodos do ano”, destaca.

As ações do “Mês da Consciência Negra da UFJF” reforçam o compromisso da UFJF com os movimentos antirracistas da sociedade brasileira, celebrando o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, 20 de novembro, data instituída oficialmente pela **Lei nº 12.519**. As atividades serão desenvolvidas em parceria com o Compir-JF.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/09/29/ufjf-convida-para-organizacao-coletiva-do-mes-da-consciencia-negra/>

OUTUBRO

4 DE OUTUBRO DE 2022

UFJF discute inserção da história e da cultura afro-brasileiras nos currículos acadêmicos

As atividades para celebração da “Consciência Negra” na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) terão como tema central a inserção da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos de graduação e pós-graduação da instituição. A definição aconteceu nesta segunda-feira, 3, durante encontro aberto à participação da comunidade acadêmica, no Anfiteatro das Pró-reitorias, no campus sede.



Na reunião pública, organizada pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf), em parceria com o projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra”, também ficou estabelecida a publicação, nos próximos dias, de um edital para submissão de propostas de oficinas, palestras, ciclo de debates, minicursos, mostras e workshops que vão compor o evento, além da data de realização da “Semana da Consciência Negra da UFJF”: de 7 a 18 de novembro de 2022.

O diretor de Ações Afirmativas e professor da Faculdade de Educação da UFJF, **Julvan Moreira de Oliveira**, recorda que o Brasil tem uma legislação em vigor há quase duas décadas, a **Lei 10.639/03**, a qual determina a inclusão no currículo oficial da temática “História e Cultura Africana e Afro-brasileira”. O objetivo do regramento é resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

“Precisamos debater o real cumprimento dessa que é uma conquista do Movimento Social Negro. A ausência desses conteúdos contraria a legislação federal, em vigor desde 2003. Nos currículos, devem estar presentes o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.”

Invisibilização

Para a doutoranda em História e coordenadora geral da Associação de Pós-graduandos da UFJF, **Dalila Varela**, a aplicação da lei é urgente, dada a invisibilização dos referidos conteúdos. “A reunião de hoje foi bastante importante, assim como a escolha por essa temática da lei para a Semana da Consciência Negra da UFJF. Como falamos aqui, há um silêncio acadêmico sobre o assunto. É preciso romper com essa prática e fazer esse debate, inclusive, para além da Semana da Consciência Negra. O racismo na sociedade brasileira é estrutural e deve ser tema constante no debate público”, ressalta.

A avaliação é compartilhada pela mestranda em Educação, **Lívia Canuto**, e pela doutoranda em Ciência da Religião, Cláudia Santos Oliveira. “O silenciamento sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira sinaliza o racismo velado, como se o único conhecimento válido fosse o europeu. Garantir o nosso espaço é falar da nossa história”, afirma Lívia. “É fundamental termos acesso à educação para as relações étnico-raciais nos cursos de graduação e pós-graduação”, acrescenta Cláudia.

Para o técnico-administrativo em Educação, bacharel em Direito e coordenador da Central de Atendimento da UFJF, **Mauro Eduardo Leopoldino**, “uma universidade pública, gratuita, inclusiva e de qualidade demanda que existam esses espaços de diálogo, atendendo aos anseios dos envolvidos, em especial quando tratamos do combate ao racismo, da difusão de saberes relativos à negritude e do enfrentamento das questões sobre o acesso e a permanência no ambiente universitário da comunidade negra.”

Parcerias

As ações da “Semana da Consciência Negra da UFJF” reforçam o compromisso da instituição com os movimentos antirracistas da sociedade brasileira, celebrando o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, 20 de novembro, data instituída oficialmente pela **Lei nº 12.519/11**.

“Também planejamos ações em parceria com o Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial (Compir -JF) e com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). Nossa intenção é, para além do mês de novembro, unir esforços para a reparação de quase quatro séculos de escravização, bem como para a conscientização da luta cotidiana e do valor de ser negro”, ressalta o professor do Departamento de Matemática da UFJF, coordenador do projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra” e representante da Universidade no Compir, **Willian José da Cruz**.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/10/04/ufjf-discute-insercao-da-historia-e-da-cultura-afro-brasileiras-nos-curriculos-academicos/>

4 DE OUTUBRO DE 2022

Galeria do Forum da Cultura abre exposição sobre arte drag



Demonstrar as possibilidades semióticas da arte drag é o objetivo da exposição “ArtPoc: The Surreal Series”, que entra em cartaz na galeria do Forum da Cultura a partir desta terça-feira, 4. Idealizada pelo artista visual e músico Túlio Visentim, a mostra reúne uma série de autorretratos que focalizam a persona drag do autor, Tita Tully, em trabalhos que mesclam ilustrações e intervenções digitais em fotografia para criar um universo surreal, onde a imagem da drag traz referências e memórias afetivas do passado do artista, ao mesmo tempo em que cria uma dicotomia entre religião e pornografia, sagrado e profano.

Visentim explica que cada uma das artes apresentadas corresponde a uma música de seu álbum independente “ArtPoc”, ainda a ser lançado, realizado ao longo da pandemia de Covid-19. A proposta é criar, para a exposição, um ambiente semiótico e imersivo, no qual músicas e imagens se conectem para produzir narrativas com referências à cultura pop e ao “mainstream”, transitando em campos como moda, fotografia e ilustração.

Para ele, trata-se de um projeto conceitual, que tem por objetivo ainda maior legitimar a drag como uma forma de arte. Selecionado em edital para ocupação da galeria, um espaço público e gratuito, Túlio Visentim acredita que assim contribui para romper com a marginalização a que essa arte ainda está sujeita. Na abertura da mostra, o artista vai receber os visitantes com sua persona Tita Tully e realizar uma performance. “O artista se torna a obra”, afirma. “Ser gay, artista e fazer drag sempre foi e será um ato político, transgressor e revolucionário”, complementa.

Túlio Visentim Neri Coutinho é artista visual, ilustrador, tatuador, drag queen, compositor e músico. Formou-se no Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design da UFJF, em 2018, e é graduando do Bacharelado em Artes Visuais na mesma instituição.

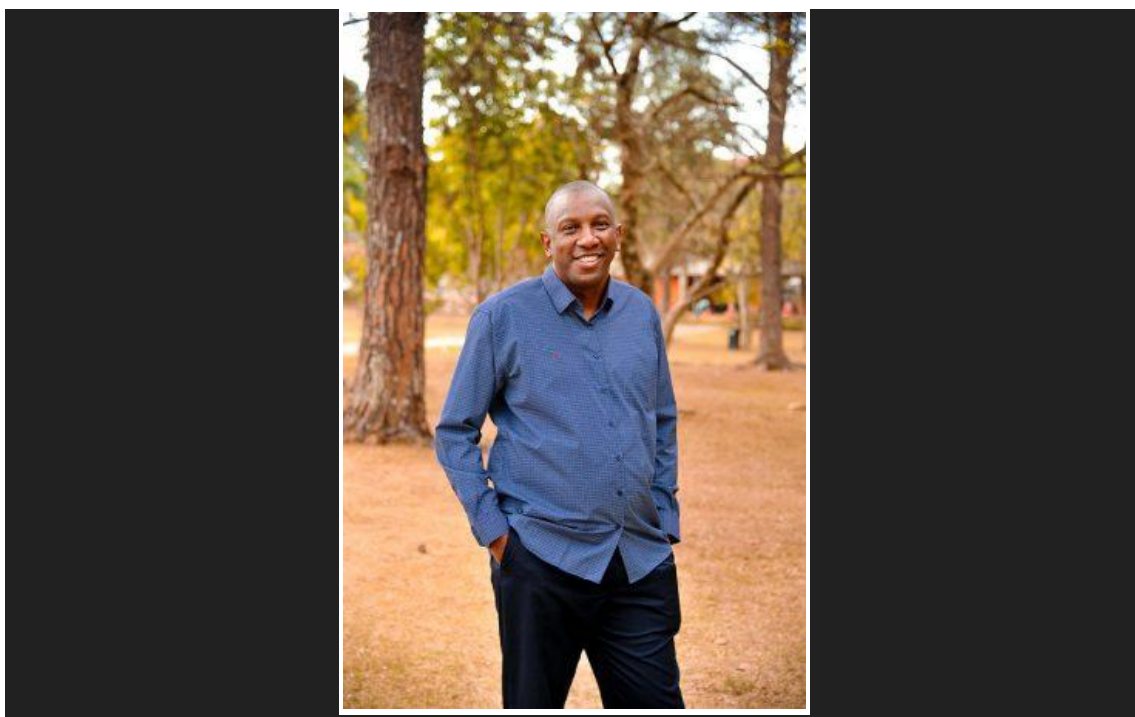
A abertura acontece nesta terça, às 19h. A mostra pode ser visitada até 14 de outubro, de segunda a sexta-feira, das 10h às 19h.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/10/04/galeria-do-forum-da-cultura-abre-exposicao-sobre-arte-dr-ag/>

11 DE OUTUBRO DE 2022

IV Semana da Consciência Negra recebe inscrições de propostas

A IV Semana da Consciência Negra da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) está com inscrições abertas para o recebimento de propostas de oficinas, palestras, ciclo de debates, minicursos e ações culturais. O evento, cuja organização é realizada em parceria pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e pelo projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, será realizado de modo híbrido (presencial, no campus sede, e remoto), entre os dias 7 e 18 de novembro. A iniciativa também integra a programação do Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir -JF).



O tema desta edição é “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. Nesse sentido, todas as propostas submetidas devem

estar relacionadas à temática. Podem participar da seleção professores, técnico-administrativos em educação (TAEs), estudantes e trabalhadores terceirizados da UFJF. Os interessados em propor atividades (presenciais ou remotas) devem fazer o encaminhamento das sugestões até o dia 21 de outubro, exclusivamente, por meio virtual.

“É um convite a todas e todos que queiram compor conosco essa luta, esse debate. É uma forma de nos representarmos e mostrarmos as propostas que estamos pleiteando, como a efetivação da Lei 10.639, uma lei que tem quase 20 anos e precisa ser colocada nas ações e nas graduações. É importante que todos os setores da Universidade se mobilizem para apresentar alguma atividade nesse sentido, para fortalecer a Cultura Negra na UFJF”, destaca o professor do Departamento de Matemática da UFJF, coordenador do projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra” e representante da instituição no Compir -JF, **Willian José da Cruz**.

Urgência da Lei 10.639/03

O professor da Faculdade de Educação e diretor de Ações Afirmativas da UFJF, **Julvan Moreira de Oliveira**, explica que a **Lei 10.639/03** determina a abordagem dos conteúdos referentes à Cultura Negra nos currículos da Educação Básica. Nesse sentido, para a devida aplicação do regramento jurídico, também é imprescindível o comprometimento das Universidades com a temática. Em outros termos, é fundamental garantir a formação adequada de alunos e alunas das licenciaturas, futuros docentes da Educação Básica, e de todos os demais profissionais para o enfrentamento ao racismo estrutural e o reconhecimento do Brasil como um país pluriétnico e multicultural.

A UFJF prevê a inclusão dos conteúdos referentes à Cultura Negra nos seus cursos de graduação, conforme o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, aprovado este ano e a ser implementado até 2026. “A UFJF terá esse importante desafio: implementar conteúdos étnico-raciais em todos os seus cursos de graduação. Para isso, consideramos o que preconiza a **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação**, apontando que um dos critérios de avaliação dos cursos de graduação é a abordagem da temática africana e afro-brasileira, relacionada com a área do curso, tais como história da África, filosofia africana, arte e literatura africana, saúde da população negra, legislação de combate ao racismo e direitos da população negra, dentre outras.”



O diretor de Ações Afirmativas da UFJF acrescenta que o mesmo deve ser feito em relação à Cultura Indígena, na educação básica, por determinação da **Lei nº 11.645/08**. “Esses conteúdos devem ser ministrados no âmbito de todos os currículos, sem prejuízo dos demais.”

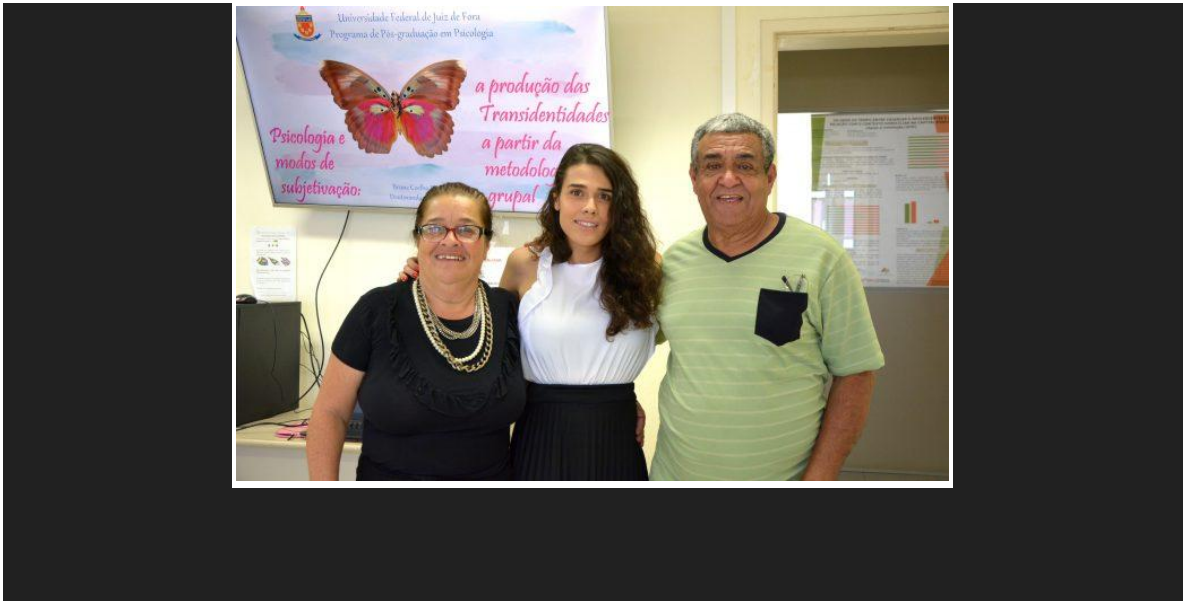
A intenção, ressalta Oliveira, é mais que fomentar a consciência política e a histórica da diversidade. “É romper com currículos coloniais, com base em teorias apenas ocidentais, apontando para a valorização das culturas e histórias dos povos originários e africanos que também compõem a formação do povo e da identidade brasileira. Além disso, é fundamental fortalecer identidades e direitos, promovendo o combate ao racismo e às discriminações”, finaliza.

Confira aqui o **edital** e o **formulário eletrônico** para submissão de propostas.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/10/11/iv-semana-da-consciencia-negra-recebe-inscricoes-de-propostas/>

31 DE OUTUBRO DE 2022

Brune Coelho se torna a primeira doutora trans na UFJF



A pesquisadora **Brune Coelho Brandão** se tornou a primeira mulher trans doutora pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A defesa da tese, no **Programa de Pós-Graduação em Psicologia**, aconteceu na última quinta-feira, 27, reunindo a comunidade acadêmica, familiares, amigos e amigas de Brune.

O estudo “Psicologia e modos de subjetivação: a produção das transidentidades a partir da metodologia grupal” foi orientado pela professora **Juliana Perucchi**, trazendo questionamentos sobre cisheteronormatividade e LGBTQIA+fobia estrutural. Para a pesquisadora, ao refletir sobre os processos de subjetivação, é fundamental levar em consideração determinados marcadores sociais.

“Não trabalhamos com a perspectiva de neutralidade. Por isso, percebo a necessidade de conhecimentos produzidos por pessoas trans para pessoas trans. Existem muitas pessoas cis pesquisando as pessoas trans e isso gera certos impactos sobre esses corpos trans e travestis. Então, como estratégia de resistência epistêmica, comecei a pensar, produzir e me colocar enquanto uma pesquisadora que busca conhecimentos mais socialmente engajados”, explica Brune sobre sua metodologia de trabalho.

Não trabalhamos com a perspectiva de neutralidade. Por isso, percebo a necessidade de conhecimentos produzidos por pessoas trans para pessoas trans.

O interesse de Brune pela pesquisa teve início ainda na graduação, quando ela participou de projetos ligados ao Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde (PPS). Entre eles, o Visitrans, projeto de extensão que promove uma rede de troca de experiências e

vínculos entre as pessoas travestis e transexuais da cidade de Juiz de Fora, através de atendimentos realizados no **Centro de Psicologia Aplicada (CPA)** da UFJF. “Estar vinculada a uma prática socialmente engajada faz com que a gente aprenda muito, possibilita que construamos junto com os sujeitos”, destaca.

As histórias compartilhadas por meio do Visitrans foram determinantes para a construção do estudo. “Não escrevi essa tese sozinha. Essas pessoas me ajudaram indiretamente no processo de escrita e de produção científica, nos quais busquei ouvir pessoas em situação de vulnerabilidade, escutando marcadores sociais que não só gênero, mas também classe, raça, território, geração, sexualidade, utilizando uma metodologia de pesquisa-ação participativa”.

Pesquisas de pessoas trans podem (e devem) transformar o conhecimento

Ainda que a universidade tenha ampliado suas formas de acolhimento, a valorização da produção acadêmica e científica produzida pelas pessoas trans é um desafio a ser superado. “A universidade, por vezes, aceita nossos corpos, mas não as nossas ideias e epistemologias. Por isso, há de se refletir sobre a universidade que temos e a que queremos. Estarmos nesse espaço de uma maneira mais propositiva é uma forma de transformá-lo, no sentido de torná-lo mais acolhedor, de fazer com que o contexto acadêmico encare novos sujeitos protagonizando esse lugar”.

No campo específico da Psicologia, historicamente, essa ciência reivindica para si a autoridade sobre a avaliação e diagnóstico do gênero da pessoa. “A Psicologia impôs, durante muitos anos, como deveria ser o processo de transição de gênero, os procedimentos cirúrgicos que o sujeito deveria eleger ou não, as identidades binárias e que, para ter acesso a políticas de saúde, era preciso que o sujeito assumisse ter um transtorno psicológico.”

Para a professora Juliana Perucchi, a pesquisa é só o início de uma série de discussões contemporâneas realizadas em todo mundo. “Estamos vivendo um processo de reconstrução de uma nova Psicologia, de uma nova ciência e de uma nova Universidade, que respeitem novas metodologias, que não irão violar as pessoas trans, travestis e não binárias”, completa Brune.

Estamos falando de vidas, e de vidas que valem a pena ser vividas, que queremos dignificar, levando em consideração toda a necessidade de reparação histórica e violações que a ciência tem imposto a nós ao longo dos anos

Juliana ainda reforça o impacto do estudo para a UFJF e para sociedade juiz-forana, bem como para a produção científica mineira. “Tomara que a Brune seja a primeira de muitas outras pessoas transexuais a ingressarem no nosso e em outros programas de pós-graduação da UFJF. Queremos esses sujeitos como parceiros de trabalho e, talvez em um futuro próximo, em outra conjuntura de país, concorrendo às vagas de professores e pesquisadores. Isso só agrega valor à nossa comunidade acadêmica.”

Brune concorda com a orientadora sobre o significado da conquista do título de doutora por uma mulher trans: “estamos falando de vidas, e de vidas que valem a pena ser vividas, que queremos dignificar, levando em consideração toda a necessidade de reparação histórica e violações que a ciência tem imposto a nós ao longo dos anos”.



A banca de doutoramento foi composta pelas professoras **Flávia Teixeira**, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **Jaqueline Gomes de Jesus**, do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/Fiocruz); **Fabiane Rossi**, do Departamento de Psicologia da UFJF; e pelo professor **Marco José Duarte**, da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/10/31/brune-coelho-se-torna-a-primeira-doutora-trans-na-ufjf/>

NOVEMBRO

1 DE NOVEMBRO DE 2022

Abertas inscrições para atividades da IV Semana da Consciência Negra da UFJF



Estão abertas as inscrições para as atividades da IV Semana da Consciência Negra da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A programação do evento conta com ciclos de debates, conferências, minicursos, palestras, oficinas e ações culturais, a serem realizados, de 7 a 18 de novembro, de modo híbrido (presencial, no campus sede, e remoto).

O tema desta edição é “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. A participação é gratuita e aberta ao público em geral. Para certificação, é exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**.

A iniciativa é organizada pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e pelo projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, e também integra a programação do Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir-JF).

“O tema e as atividades foram definidos coletivamente pela comunidade acadêmica. A **Lei 10.639/03** determina a abordagem dos conteúdos referentes à Cultura Negra nos currículos da Educação Básica. E, para a efetiva aplicação dessa lei, é urgente o comprometimento das universidades. Cabe a elas formar os futuros professores e professoras da Educação Básica, assim como os demais profissionais, para o enfrentamento ao racismo estrutural”, enfatiza o diretor da Diaaf e professor da Faculdade de Educação da UFJF, **Julvan Moreira de Oliveira**.

O professor do Departamento de Matemática da UFJF e coordenador do projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, **Willian José da Cruz**, destaca que a Semana reúne diversos segmentos e áreas da Universidade. “É importante que unamos forças para que possamos pautar a urgência deste tema. A Lei 10.639/03 precisa ser efetivada no município e na Universidade. Os cursos precisam trazer essa discussão, para que possamos vencer o racismo estrutural em toda a sociedade. Quem sabe assim um dia não precisaremos mais falar sobre racismo no nosso país? Todos e todas estão convidados a participar conosco, para trocarmos experiências e aprendermos juntos.”

Programação completa

Ações da Diaaf

Julvan Oliveira acrescenta que a Diaaf propôs duas das atividades constantes da programação: uma conferência remota, no dia 8, às 17h30, no **Canal do Youtube da Faculdade de Educação (Faced)**, e um encontro presencial para acolhimento aos estudantes cotistas da UFJF, no dia 11, às 14h, no Anfiteatro das Pró-reitorias, no campus de Juiz de Fora.

A conferência será ministrada pela docente **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Petronilha foi a relatora das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana** no Conselho Nacional de Educação.

Já o encontro tem a presença de estudantes e ex-estudantes que ingressaram na UFJF, na graduação e pós-graduação, através das cotas, falando de suas experiências. A atividade conta ainda com apresentações culturais e participação da cantora Laura Conceição, do poeta e músico Preto Vivo, dos coletivos Sararau Criolo e Descolônia, e da diretora-geral da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), Giane Elisa de Almeida. Saiba mais

IV Semana da Consciência Negra recebe inscrições de propostas

UFJF discute inserção da história e da cultura afro-brasileiras nos currículos acadêmicos

[UFJF convida para organização coletiva do Mês da Consciência Negra.](#)

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/01/abertas-inscricoes-para-atividades-da-iv-semana-da-consciencia-negra-da-ufjf/>

7 DE NOVEMBRO DE 2022

‘IV Semana da Consciência Negra da UFJF’ recebe a professora Petronilha Silva

A IV Semana da Consciência Negra da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) recebe nesta terça-feira, dia 8, a professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**. A conferência remota, intitulada “Os 20 anos da **Lei 10.639/03**: a implementação da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos da Educação”, será transmitida pelo **Canal do Youtube da Faculdade de Educação (Faced)**, a partir das 17h30.

A atividade é aberta ao público em geral, sendo exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**, apenas aos interessados em certificação. Pós-doutora pela Universidade da África do Sul (África do Sul), doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduada em Letras pela mesma instituição, Petronilha Silva foi, por indicação do movimento social negro, membro do Conselho Nacional de Educação e nessa condição relatora das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**.

A Conferência da professora e pesquisadora será mediada pelo diretor de Ações Afirmativas da UFJF, **Julvan Moreira de Oliveira**. “O objetivo da **Lei 10.639/03** é resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, e a professora Petronilha conhece profundamente essa temática. Precisamos debater o real cumprimento dessa legislação, que é fruto da luta do Movimento Social Negro. Nos currículos, devem estar presentes o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional”, destaca Oliveira.

Semana da Consciência Negra

A IV Semana da Consciência Negra da UFJF teve início nesta segunda-feira, 7, e vai até 18 de novembro. O tema desta edição é “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. A participação é gratuita e aberta ao público em geral. Para certificação, é exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**.

A iniciativa é organizada pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e pelo projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, e também integra a programação do Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir-JF).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/07/iv-semana-da-consciencia-negra-da-ufjf-recebe-a-professora-petronilha-silva/>

9 DE NOVEMBRO DE 2022

A cultura negra emerge em espaços digitais

A Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sediou nesta quarta-feira, 9, a oficina “Podosfera Preta: produção de *podcasts* para promoção da diversidade e democratização da informação”. A atividade integra a programação da **IV Semana da Consciência Negra** que reúne inúmeras ações, todas gratuitas e abertas ao público em geral, até o dia 18 de novembro.

O *podcast* é um conteúdo em áudio que pode ser ouvido sob demanda, ou seja, a qualquer hora que o usuário desejar, no celular ou computador. Com temas e duração variados, é disponibilizado através de um arquivo ou *streaming*. “A proposta da oficina Podosfera Preta é dar condições para que as pessoas possam usar o *podcast* tanto para a divulgação científica quanto para colocar as suas narrativas, quando não encontram espaço na mídia tradicional”, ressalta a proponente da atividade e mestrande do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF, Carla Baldutti Rodrigues.

Rodrigues explica que a ideia surgiu após a leitura de um **artigo apresentado no 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)**. “Foi o artigo da mestrande Márcia Gomes Silva, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no qual ela aponta como o *podcast* é uma forma de aquilombamento, tão importante para as pessoas negras criarem e manifestarem a sua própria narrativa.”



Para os estudantes de Rádio, TV e Internet da UFJF, Eduardo Laurent e Silva e João Vitor da Silva Leonidas, a oficina foi oportunidade de novos aprendizados. “*Podcast* é algo que sempre me chamou a atenção desde o ensino médio. Atualmente, eu acompanho um que se chama **Projeto Querino**. Está muito vivo na minha vida, gosto de escutar bastante. Também faço parte do Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Comunicação (Facom). Quero direcionar a minha pesquisa para essa temática, quero focar no **Mano a Mano, que é um podcast do Mano Brown** e esta oficina vai me ajudar”, afirma João Vitor, 19 anos.

Eduardo Laurent, também de 19 anos, acrescenta que “é super importante entendermos um pouco mais das mídias. É uma oportunidade de experiência profissional e de vida. Fazemos parte do Diretório Acadêmico da Facom e, pela nossa identificação racial também, sentimos falta de representação na parte dos estudos e no mercado de trabalho. Ter oficinas que visam à experiência de abrir narrativas e novos caminhos é super importante” .

Semana da Consciência Negra

A IV Semana da Consciência Negra da UFJF teve início na segunda-feira, 7, e vai até 18 de novembro. O tema desta edição é “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03** ”. A participação é gratuita e aberta ao público em geral. Para certificação, é exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**.

A iniciativa é organizada pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e pelo projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, e também integra a programação do Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir-JF).

Programação completa

Saiba mais

Abertas inscrições para atividades da IV Semana da Consciência Negra da UFJF

IV Semana da Consciência Negra recebe inscrições de propostas

UFJF discute inserção da história e da cultura afro-brasileiras nos currículos acadêmicos

[UFJF convida para organização coletiva do Mês da Consciência Negra](#)

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/09/a-cultura-negra-emerge-em-espacos-digitais/>

10 DE NOVEMBRO DE 2022

UFJF promove atividade de acolhimento aos estudantes cotistas nesta sexta, 11

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) promove nesta sexta-feira, dia 11, a atividade “Ações Afirmativas na UFJF: acesso e permanência da população negra na graduação e na pós-graduação”. A iniciativa de acolhimento aos estudantes cotistas integra a programação da “**IV Semana da Consciência Negra**”, e será realizada das 14h às 18h, no Anfiteatro das Pró-Reitorias (no prédio da Reitoria), no campus de Juiz de Fora.

“Esse acolhimento deve se dar cotidianamente, mas um evento como este mostra a UFJF dialogando e refletindo sobre a importância de pensarmos também uma política de permanência para os cotistas” – Julvan Oliveira.

Todos os estudantes cotistas estão convidados a participar, sendo exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**, para aqueles que desejarem certificação. O evento terá as presenças do reitor Marcus David; da vice-reitora Girlene Silva; do diretor de ações Afirmativas, Julvan Moreira de Oliveira; dos pró-reitores de Assistência Estudantil, Cristina Simões Bezerra; de Pós-Graduação e Pesquisa, Mônica Ribeiro de Oliveira; de Graduação, Cassiano Caon Amorim; da ouvidora especializada em Ações Afirmativas, Danielle Teles da Cruz; de alunos cotistas e ex-cotistas já graduados.

Também participam o Diretório Central dos Estudantes e a Associação dos Pós-Graduandos da UFJF; a diretora-geral da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), Giane Elisa Sales de Almeida; a jornalista da TV Integração, Leticia Damasceno Correa; a artista Laura Conceição; o

poeta Preto Vivo; a técnica-administrativa em educação (TAE), Dandara Felícia; os coletivos Sararau Criolo e Descolônia; dentre outros convidados.

O Encontro terá quatro momentos, sendo eles: o diálogo dos estudantes com a Administração Superior da UFJF; os relatos de vivências de estudantes cotistas e ex-cotistas; uma conferência sobre a política de ações afirmativas e atividades culturais.

Confira a programação completa do encontro de acolhimento.



Acesso e permanência

O professor da Faculdade de Educação e diretor de Ações Afirmativas da UFJF, **Julvan Moreira de Oliveira**, explica que, além de oportunidade de acolhida, a atividade será um momento de reflexão sobre a **Lei nº 12.711/2012**, conhecida como a 'Lei de Cotas'. “Em agosto passado fez dez anos da Lei de Cotas para ingresso nos cursos de graduação. Nesse período, conseguimos observar uma entrada de grupos sociais que não faziam parte, anteriormente, da Universidade. Relacionando com o Mês da Consciência Negra, grande parte desse grupo são estudantes negros e negras.”

Oliveira acrescenta a relevância de sempre reiterarmos que a UFJF é também um espaço dos estudantes cotistas. “Esse acolhimento deve se dar cotidianamente, mas um evento como este mostra a Universidade dialogando e refletindo sobre a importância de pensarmos também uma política de permanência para esses estudantes. Desejamos que sintam a UFJF, realmente, como a casa deles e se sintam bem aqui, que não se sintam isolados. Será também um momento mais afetivo, de troca de experiências, para que possam seguir firmes nos estudos.”

Semana da Consciência Negra

A IV Semana da Consciência Negra da UFJF teve início no dia 7 e vai até 18 de novembro. O tema desta edição é “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. A participação é gratuita e aberta ao público em geral. Para certificação, é exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**.

A iniciativa é organizada pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e pelo projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, e também integra a programação do Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir-JF).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/10/ufjf-promove-atividade-de-acolhimento-aos-estudantes-cotistas-nesta-sexta-11/>

10 DE NOVEMBRO DE 2022

“Casaco que se despe pelas costas” será lançado nesta sexta, 11



O livro “Casaco que se despe pelas costas: história do colonialismo, justiça e agências africanas em Moçambique” será lançado, nesta sexta-feira, 11, às 14h, em evento remoto, transmitido pelo **canal**

do youtube do Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A obra é de autoria de **Fernanda Thomaz**, pesquisadora e professora de História da África da UFJF e pós-doutoranda na Universidade de Ibadan (Ibadan/Nigéria), uma das mais antigas instituições africanas e referência historiográfica naquele continente.

O evento é aberto ao público e não há exigência de inscrição prévia. Além da autora, estarão presentes os professores e pesquisadores Marcelo Bittencourt, da Universidade Federal Fluminense (UFF), prefaciador da obra; Cristina Nogueira, da Universidade de Nova Lisboa (Portugal); e Joel Tembe, da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). A atividade integra a programação da IV Semana da Consciência Negra da UFJF.

A publicação, em formato digital, é um lançamento da Editora da UFJF, e já está disponível gratuitamente para download no [site da editora](#). O livro analisa as dinâmicas e a estrutura do sistema colonial, entre as décadas de 1890 e 1940, a partir do mecanismo de poder jurídico, no norte de Moçambique, especificamente no distrito de Cabo Delgado. O título faz referência a um antigo provérbio das comunidades macuas, de Moçambique, que dizia: “Ekunya, ekasakó; enrureliwa ottulí”. Em português: o milando [litígio; demanda], resolvido por brancos na administração, é como o casaco que se despe pela parte das costas.

“A ideia do casaco que se despe pelas costas demonstra parte da complexidade da estrutura colonial diante das agências daquelas pessoas que estavam sendo colonizadas. Nesse sentido, são discutidas no livro as ações e reações dos africanos que interpretavam, traduziam e agiam no mundo colonial a partir de suas próprias culturas, de seus formatos jurídicos e de suas relações sociais. Isso ocorria, de certa forma, dentro dos limites possibilitados pela estrutura de poder vigente, a colonialista”, ressalta Fernanda Thomaz.

Justiça

O livro está dividido em duas partes, tendo, ao todo, nove capítulos. A primeira parte se refere à história social da justiça e discute, especialmente, como os africanos se relacionaram com a estrutura imposta pelos colonizadores e suas agências nos processos de transformação da organização judiciária colonial. A segunda parte se debruça sobre as querelas e práticas cotidianas de homens e mulheres africanos no distrito de Cabo Delgado.

Nesse sentido, são pensadas as relações sociais e as experiências individuais que, por vezes, chegaram ao âmbito da justiça colonial. Em outras palavras, busca-se compreender como as pessoas interpretavam a justiça colonial e como funcionavam as formas jurídicas locais, tais como os

procedimentos judiciais, o sistema de provas e a punição dos povos macuas, macondes, muanis e ajauas.

A publicação também evidencia a trajetória de pesquisa da autora e seu interesse pela História de Moçambique, manifesto desde o curso de graduação na UFF. “A ousadia de Fernanda sempre esteve presente em nossos processos de orientação, quer na escolha dos temas e dos recortes, quer na perspectiva teórica adotada”, assinala Marcelo Bittencourt, professor orientador da autora nos cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Bittencourt acrescenta que “a opção pelo estudo da região norte de Moçambique e a escolha pela documentação judicial se traduziram num afastamento em relação à historiografia mais conhecida e mais robusta, tendencialmente concentrada na parte sul do território moçambicano, e em relação à qual Fernanda Thomaz guardava maior intimidade”.



Fontes históricas

No livro, os registros judiciais foram adotados como as fontes históricas prioritárias de análise, para o aprofundamento na abordagem em torno das agências africanas e dos usos do sistema jurídico colonial. A pesquisa contou com a leitura e a sistematização de 165 processos criminais, que envolviam crimes de homicídio voluntário, ofensas corporais (ou agressão), abuso de autoridade, violência contra liberdade e estupro, entre outros.

Os processos criminais foram consultados pela pesquisadora nos fundos do Juízo de Direito da Comarca Cabo Delgado e do Conselho de Pemba, onde estavam localizados os documentos

provenientes do Tribunal Privativo dos Indígenas. Todos os registros judiciais foram produzidos entre os períodos de 1894 a 1940 e, atualmente, constam no acervo do Arquivo Histórico de Moçambique.

A consulta desses documentos serviu também para a elaboração da tese de doutorado da autora, realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), e intitulada “Casaco que se despe pelas costas: formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-1940”, a qual dá origem ao livro.

“Mais que um mero instrumento para descrever e relatar a investigação de um crime, há tempos os processos criminais têm sido utilizados como fonte de análise para o historiador. A análise dos processos criminais, enquanto fontes históricas, pode levar o investigador atento a transitar pela concepção de mundo, por discordâncias e redes de solidariedades das pessoas do passado”, destaca Fernanda Thomaz.

Ainda conforme a autora, “é assim que histórias e experiências de homens e mulheres no passado podem ser reconstruídas no presente. Neste livro, a partir da análise dos processos criminais, buscamos revelar como os africanos concebiam as políticas colonialistas e quais eram os usos que faziam dos mecanismos de domínio através da lente da justiça”, conclui.

Sobre a autora

Fernanda do Nascimento Thomaz é professora e pesquisadora da UFJF; doutora, mestre e graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós-doutorado no Max Planck Institute (Frankfurt/Alemanha). Atualmente realiza pós-doutorado na Universidade de Ibadan, em Ibadan, na Nigéria. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da África, atuando principalmente nos seguintes temas: Moçambique, Estado e Colonialismo; Poder, Discurso e Identidade; e Autenticidade, Poder e Identidade.

Pesquisa está alinhada aos ODS da ONU

As ações de pesquisa da UFJF **estão alinhadas** aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa citada nesta matéria se alinha ao ODS 4 (**Educação de qualidade**), voltada para garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

12 DE NOVEMBRO DE 2022

Passos que vêm de longe

A atividade “Ações Afirmativas na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): acesso e permanência da população negra na graduação e na pós-graduação” reuniu na tarde desta sexta-feira, 11, estudantes cotistas, ex-cotistas, profissionais negros, coletivos negros e representantes da Administração Superior da UFJF. O evento, realizado no Anfiteatro das Pró-Reitorias, no campus sede, integra a **programação da IV Semana da Consciência Negra, que teve início no dia 7 e vai até 18 de novembro.**

Quatro momentos principais marcaram o encontro: a abertura com gestores universitários e representação estudantil; os relatos de vivências de estudantes cotistas e ex-cotistas negros; o debate sobre os avanços promovidos pelas ações afirmativas e os desafios atuais; e as apresentações culturais dos coletivos Sararau Criolo e Descolônia.

“A UFJF tem muito orgulho de receber cada uma e cada um dos alunos cotistas que escolheram a nossa instituição” – Marcus David

“A UFJF tem muito orgulho de receber cada uma e cada um dos alunos cotistas que escolheram a nossa instituição. Nós esperamos estar à altura, termos a capacidade de atender às expectativas e, efetivamente, contribuir para a formação de vocês. Não apenas a formação profissional, mas a formação cidadã, a formação de pessoas que vão ajudar a transformar a sociedade”, afirmou o reitor Marcus David.

O diretor de ações Afirmativas da UFJF, Julvan Moreira de Oliveira, destacou que nesta edição a Semana da Consciência Negra tem como tema “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. O referido regramento estabelece as diretrizes e bases para incluir, no currículo oficial da Rede Básica de Ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

“Em janeiro, essa lei completará 20 anos. É uma lei fundamental. Depois, em 2008, veio a Lei 11.645/08 que incluiu a temática indígena, também muito importante. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação elaborou as diretrizes curriculares e um dos artigos indica que essa questão também faz parte da avaliação dos cursos de graduação. A UFJF prevê a inclusão desses conteúdos em todos os seus cursos, conforme o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, aprovado este ano e a ser implementado até 2026.”

Também participaram da mesa de abertura os pró-reitores de Assistência Estudantil, Cristina Simões Bezerra, de Pós-Graduação e Pesquisa, Mônica Ribeiro de Oliveira, e de Graduação, Cassiano Caon Amorim, além da coordenadora geral da Associação de Pós-Graduandos da UFJF, Dalila Varela Singulane, e o representante dos graduandos e integrante do movimento estudantil, Rafael Moisés.



“É necessário sempre falarmos que as cotas brasileiras não são apenas raciais, são também econômicas. As cotas também abraçam o branco periférico e de favela. Quando negam esse recorte, colocam o negro contra o branco pobre nas periferias, ignorando que nós, os negros, sempre acolhemos a quilombagem. Como dizia Abdias do Nascimento, a quilombagem é para todos. Os quilombos aceitavam negros, brancos e indígenas. Nossos corpos negros são solidários”, salientou Moisés, aluno do Bacharelado em Ciências Humanas.

Dalila Singulane ressaltou a relevância do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para a efetividade da “Lei de Cotas” nos cursos de graduação, garantindo a permanência dos estudantes no espaço acadêmico. Por outro lado, enfatizou os desafios vivenciados na pós-graduação devido às

ausências de programa semelhante ao Pnaes para esse nível de formação e lei específica garantidora de uma política afirmativa. Em consequência, conforme a coordenadora, permanece reduzida a participação de negros e indígenas nos cursos de mestrado e doutorado.

Na UFJF, as cotas na pós-graduação foram aprovadas em 2021, através da **Resolução 67/2021 do Conselho Superior (Consu)**. “O principal desafio hoje na pós-graduação é a questão da falta de auxílio estudantil. Precisamos de pesquisadores, fazendo os seus mestrados e doutorados, que representem o Brasil de fato. São essas pessoas que trazem para a universidade uma nova dinâmica, pesquisas e olhares das periferias, de quem sofre racismo todos os dias. Só assim conseguiremos que as universidades se tornem locais democráticos de fato. Por mais que tenhamos na graduação um cenário até animador, na pós-graduação é muito diferente. E estamos falando de estudantes pesquisadores que, provavelmente, vão retornar à universidade para dar aula. E sabemos o quanto a representatividade de negros e indígenas no corpo docente de institutos e universidades federais ainda é baixa.”

Vivências de cotistas e ex-cotistas

Na segunda etapa do encontro de acolhimento, foi realizada a mesa “Vivências de cotistas: fortalecimento das políticas de inclusão social”. Com mediação da ouvidora especializada em Ações Afirmativas, Danielle Teles da Cruz, participaram do debate a jornalista da TV Integração, Leticia Damasceno Correa, egressa da Faculdade de Comunicação da UFJF; o estudante de Medicina, Caio Mariano; e o mestrando em Educação e artista plástico, Pedro Ivo Cipriano.



“É bom estar aqui de volta da forma como eu sonhava lá atrás. Eu sou filha de uma mãe negra, solteira, que me incentivou muito a estar aqui. Eu fui cotista A, de renda, de escola pública, de cor/raça. Eu fui bolsista da Diretoria de Ações Afirmativas, ledora e transcritora para estudantes com deficiência. Através dessa experiência, eu tive contato com outras realidades. Hoje apresento um quadro na TV, que é o Fala Comunidade. Foi o que eu vivi aqui, na UFJF, que me possibilitou muito conhecimento, muito carinho pelas pessoas. Conhecer as diferenças, eu acho que isso é o mais importante. A mudança só acontece pelas ações afirmativas e pela quebra do preconceito”, contou Letícia Damasceno.

A avaliação é compartilhada pelo graduando em Medicina na UFJF, Caio Mariano. “Eu também sou cotista A, venho de um bairro periférico, o Linhares. Minha turma tem noventa pessoas e apenas duas ou três pessoas negras retintas. Realmente, como foi falado aqui, é fundamental pensar a questão da pós-graduação. Em seis anos, eu tive apenas dois professores negros. A Dani [*professora Danielle Teles, ouvidora especializada em Ações Afirmativas da UFJF*] e mais um. Quando vou aos hospitais, também não vejo médicos negros. Hoje eu sei da importância de estar aqui. Temos que permanecer aqui, para tentar mudar esse panorama. Temos a maioria da população negra no Brasil.”

Pedro Ivo Cipriano fez um relato da trajetória artística e acadêmica, exemplificando as novas problematizações e os deslocamentos promovidos pela presença negra no espaço acadêmico. Até o dia 14 de maio de 2023, é possível conferir o trabalho do artista plástico e mestrando em Educação, na exposição coletiva “Um Defeito de Cor”, no Museu de Arte do Rio (MAR), no Rio de Janeiro.



“É uma felicidade estar aqui neste lugar. Eu sou umbandista desde criança. Ser umbandista me constituiu e foi isso que deu mote para o meu trabalho de artes visuais e me trouxe à universidade. Os terreiros de umbanda e candomblé sempre utilizaram as artes como uma tecnologia de comunicação com o invisível, que está presente a todo momento. Oxóssi [Oke Arô] está aqui, saudando vocês, com essa natureza abundante ali fora. O meu trabalho de mestrado é pensar o terreiro de umbanda

como um espaço de educação não formal, porque no terreiro temos vários tipos de pedagogias acontecendo. O canto é uma delas, tem as artes visuais, a dança. Isso nos possibilita pensar como podemos levar esse conhecimento até as escolas.”

Para a ouvidora especializada e professora da Faculdade de Medicina, Danielle Teles, é fundamental conjugar e valorizar os saberes científico e tradicional e, do mesmo modo, analisar a sociedade a partir de uma perspectiva interseccional, ou seja, considerando marcadores como raça, classe social, origem, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, entre outros fatores.

“Quando eu estou aqui, eu não estou só, eu carrego uma história comigo. O racismo estrutural nos acompanha e leva ao apagamento das nossas histórias. Essa negação se reflete no desprezo pela nossa cultura, pelos nossos valores e crenças, pelo nosso modo de pensar, ser e estar no mundo. Para que a gente consiga entender o nosso lugar na sociedade, não podemos perder a perspectiva de compreender raça, mas também classe, gênero e sexualidade. Nós estamos caminhando para a construção de uma outra universidade, mas precisamos compreender a importância desses espaços serem ocupados por outros corpos. É essa ocupação que leva a um movimento diferente daquele tido como hegemônico.”

Retrospectiva e perspectivas

A terceira etapa do encontro de acolhimento contou com a conferência “A Política de Ações Afirmativas: retrospectiva e perspectivas”, ministrada pela diretora-geral da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), Giane Elisa Sales de Almeida.



“Com as cotas, as possibilidades são maiores de que a gente tenha oportunidades melhores do que as pessoas que vieram antes. Esse processo tem íntima relação com a melhora das condições de vida da população negra no país. Não é apenas sentar num banco da universidade. Não é só uma vaga, é uma possibilidade de reestruturação dos lugares da população negra na sociedade brasileira. A universidade tem a ver com relações de poder. As cotas têm a ver com alterar as relações de poder numa sociedade, rompem com paradigmas sobre o lugar da população negra no Brasil.”

Ex-aluna do curso de Pedagogia da UFJF no final dos anos 1990 e início dos 2000, Almeida recordou a articulação promovida, à época, para que a instituição fosse a primeira universidade federal de Minas Gerais a adotar uma política de ações afirmativas nos cursos de graduação. As cotas foram aprovadas na UFJF no ano de 2004, através da [Resolução nº 16/2004 do Conselho Superior \(Consu\)](#).

“A discussão das cotas foi um desejo da então reitora da UFJF, Margarida Salomão [atual prefeita de Juiz de Fora]. Ela vinha de Berkeley [EUA], do contato com essas experiências de ações afirmativas. Criou-se o processo, o professor Ignácio Delgado foi o responsável por conduzir essa articulação. Eu era aluna da Faculdade de Educação e participei disso. Fomos por todos os institutos e faculdades, levando a discussão que culminaria na votação do Consu para instituir as cotas.”

A diretora-geral da Funalfa também ressaltou a necessidade de comprometimento dos estudantes com a conjuntura brasileira. “A população mais prejudicada sempre é a população negra. Não dá para dissociar um assunto do outro. Se o Brasil for bom para a mulher preta, ele vai ser bom para todo mundo. A gente está lá no final em termos de acesso. A população que mais morreu de Covid-19 foi a população preta que não podia ficar em casa. O racismo nunca deu trégua, mas os últimos quatro anos foram pesados demais.”

“Não esqueçam do lugar de onde vieram, de quem são e o compromisso que é preciso ter. O momento da história exige que nós tragamos para as nossas discussões as nossas tecnologias”
– *Giane Elisa*

Para o enfrentamento aos desafios postos, Almeida aponta a valorização e o reconhecimento da ancestralidade. “Vocês que estão chegando agora venham trazendo com vocês os que vieram antes. Não esqueçam do lugar de onde vieram, de quem são e o compromisso que é preciso ter. O momento da história exige que nós tragamos para as nossas discussões as nossas tecnologias. A gente sempre está numa encruzilhada. A encruzilhada é um negócio muito bom. A gente precisa

deixar de ver a encruzilhada como a falta de caminhos e buscar as várias saídas [Laroiê]. Precisamos de pesquisas e projetos de extensão sobre o extermínio da juventude preta, sobre a precarização das relações de trabalho, por exemplo. Um povo que viveu durante 350 anos escravizado, e sofre o racismo de todas as formas até hoje, têm tecnologias de sobrevivência, de afetividade. Nós temos formas de sobrevivência da diáspora e isso precisa vir para dentro da universidade, para que a gente passe a fazer diferença na vida das pessoas.”

Semana da Consciência Negra

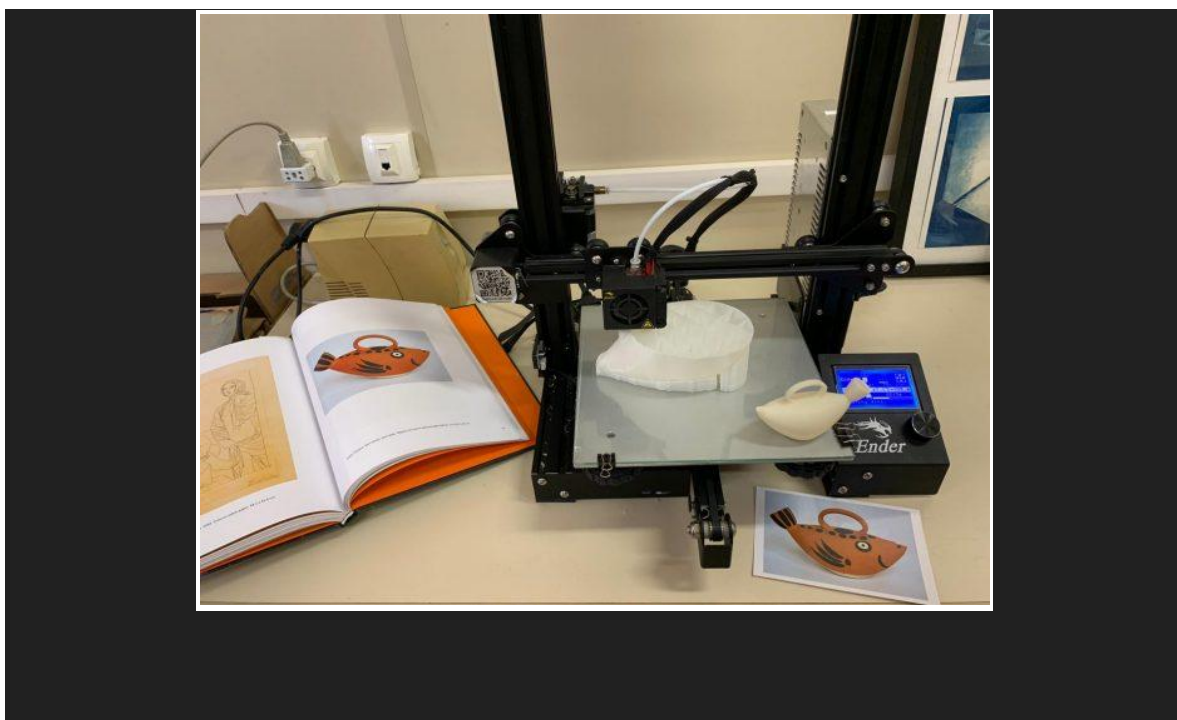
A IV Semana da Consciência Negra da UFJF teve início no dia 7 e vai até 18 de novembro. O tema desta edição é “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. A participação é gratuita e aberta ao público em geral. Para certificação, é exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**.

A iniciativa é organizada pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e pelo projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, e também integra a programação do Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir-JF).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/12/passos-que-vem-de-longe/>

16 DE NOVEMBRO DE 2022

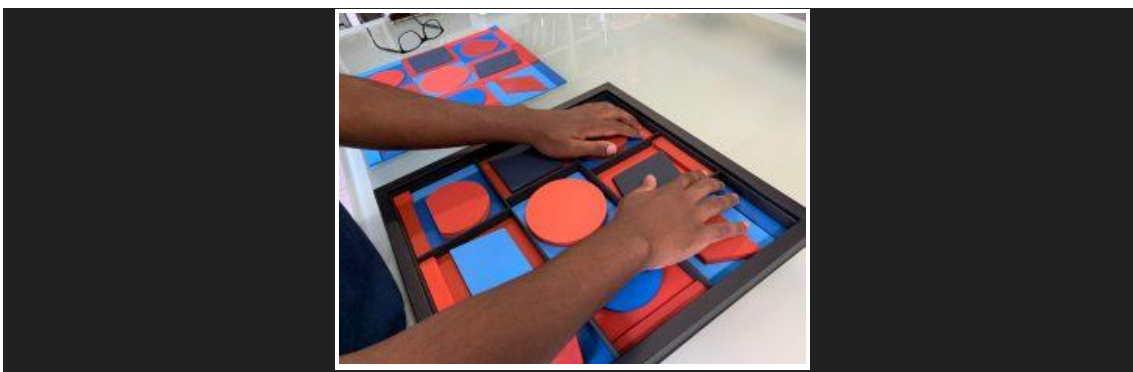
Ações de acessibilidade são tema de palestra on-line com Roseli Garcia e Marina Baffini



As educadoras Marina Baffini e Roseli Garcia realizam na quinta-feira, 17 de novembro, às 19 horas, uma palestra virtual a convite do Museu de Arte Murilo Mendes para discorrer sobre a importância dos recursos de acessibilidade em museus, demonstrando os benefícios dessas aplicações em notórios espaços museais de São Paulo. O evento acontece pelo canal do MAMM/UFJF no YouTube, registrando um primeiro movimento que o museu realiza para divulgar as ações do Programa de Acessibilidade Universal, dispostas no Plano Museológico 2019/2022 da casa.

O superintendente do museu Aloisio Castro ressalta que tal programa está em sintonia com as diretrizes da Lei nº 11.904 – que institui o Estatuto dos Museus. “Estamos cientes da relevante missão museológica de que é preciso ampliar e consolidar o conhecimento sobre os conceitos inclusivos entre os profissionais de museus e aprimorar nossas políticas de acesso e de práticas educativas”, pontua.

“Nos últimos seis meses, temos trabalhado para que as ações do Programa sejam executadas, de forma que já conseguimos reproduzir esculturas da coleção Murilo Mendes, a partir de impressões 3D, que poderão ser tocadas e percebidas através do tato pelos visitantes”, adianta a produtora cultural do MAMM/UFJF Carmem Mattos. Esta atividade ainda não está disponível, mas já foram reproduzidas a bilha do espanhol Pablo Picasso e um trabalho do artista peruano Joaquín Roca-Rey.



Também foi concluída a adaptação de uma obra do húngaro Victor Vasarely, sendo a execução técnica pensada e realizada pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel do MAMM/UFJF, sob os cuidados de Aloísio Castro e Lauro Bohnenberger. A ideia é que o público visitante possa ter acesso às obras do acervo a partir de recursos multissensoriais, o que permite conhecer de perto relevantes trabalhos nacionais e internacionais integrantes da coleção do poeta Murilo Mendes.

Castro e Carmem são orientadores do projeto “MAMM para todos verem”, que conta com a participação do bolsista de iniciação artística (PIBIART-Procult) Gabriel Lima, aluno do curso de Jornalismo da UFJF. Pessoa com deficiência visual, Gabriel acompanha de perto as atividades desenvolvidas pelo museu: “minha experiência tem sido interessante pois posso avaliar e contribuir no crescimento cada vez maior da acessibilidade, tanto das obras, quanto do espaço físico do museu”.

As ações previstas no Programa de Acessibilidade Universal do MAMM/UFJF têm como parceiros o Núcleo do Grupo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância (NGIME) e o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI/UFJF), este vinculado à Diretoria de Ações Afirmativas, à PROGRAD e à PROAE, com o intuito de implementar ações afirmativas para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação no âmbito da graduação e da pós-graduação da Universidade.

Bagagem especial

Segundo Roseli, o tema “Acessibilidade em Museus – benefícios para todos” envolve questões de mobilidade e inclusão, que atualmente estão sendo abordadas com maior intensidade, em diversos aspectos, incluindo os museus. ”As exposições precisam disponibilizar recursos de acessibilidade, como audiodescrição, adaptações para serem tocadas, videolibras, comunicação simplificada, entre outras ações. Nesta conversa on-line, eu e Marina vamos discorrer sobre a importância desses recursos de acessibilidade em museus, contando sobre nossas experiências nessa implementação”, adianta.

Roseli é mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade presbiteriana Mackenzie; especialista em Arte-Educação em Linguagens da Arte pela Universidade de São Paulo (USP); graduada em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; consultora de acessibilidade em museus e espaços artístico-culturais; consultora em audiodescrição; atriz pela Oficina dos Menestréis.

Marina Baffini de Castro é artista plástica, arte educadora, pedagoga, pós-graduada em arte terapia e especialista em acessibilidade cultural. Sua trajetória inclui assessorias para museus, instituições culturais e educacionais, além de participações em congressos nacionais e internacionais, com artigos publicados no Brasil, em Barcelona e em Portugal. No momento, desenvolve estudos sobre tradução intersemiótica de imagens bidimensionais para estética tátil, com atuação no Grupo de Estudos e Pesquisas de Acessibilidade em Museus da USP.

Norte para a mobilidade

O Programa de Acessibilidade Universal integrante do Plano Museológico do MAMM define que, nas últimas décadas, houve um considerável avanço aos preceitos básicos de universalidade de acesso com a Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015. “No entanto, Cohen, Duarte e Brasileiro (2012) apontam a segregação dos públicos, que frequentam museus e outros espaços culturais, devido, especialmente, às barreiras físicas, sensoriais e cognitivas. A superação dessas barreiras constitui um importante desafio para a promoção plena da inclusão aos espaços museais e o acesso igualitário aos serviços oferecidos, garantindo, dessa forma, o exercício pleno da cidadania”.

Ainda de acordo com o Plano Museológico “desde a inauguração, o MAMM tem demonstrado preocupação com a efetiva inclusão espacial dos diferentes públicos, promovendo iniciativas importantes de adequação no espaço arquitetônico, como vagas especiais no estacionamento para idosos e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, rampa de acesso às entradas principal e secundária, banheiros adaptados e elevador”.

No texto, são reconhecidos o desafio e a importância de ampliar os esforços para garantir o acolhimento dos visitantes, “estimulando o compromisso contínuo de respeito, convívio e valorização da diversidade, por meio do treinamento e conscientização de todos os funcionários”. Para tal, tem sido trabalhada a cultura da inclusão, com propostas de melhoria progressiva no espaço arquitetônico e no acesso à informação. O objetivo é suprimir os obstáculos físicos, sensoriais e cognitivos, possibilitando pleno acesso ao museu e à sua programação.

“Nessa perspectiva, estamos trabalhando na construção de um museu universitário comprometido com a promoção do acesso aos bens culturais musealizados, a valorização da diversidade e a afirmação do direito à educação a todos os sujeitos”, conclui Castro.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/16/acoes-de-acessibilidade-sao-tema-de-palestra-on-line-com-roseli-garcia-e-marina-baffini/>

17 DE NOVEMBRO DE 2022

Egresso apresenta recital na Semana da Consciência Negra da UFJF



O Museu de Arte Murilo Mendes (Mamm) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sediou na manhã desta quinta-feira, 17, o recital “As Africanias como matriz da música americana e brasileira”. O concerto, idealizado e produzido pelo **musicista Elmir Santos**, integra a programação da **IV Semana da Consciência Negra da UFJF** que teve início no dia 7 e termina nesta sexta, 18.

Santos é cantor lírico, egresso do Bacharelado em Música da UFJF. Nesta apresentação, brindou o público presente com uma síntese de seu trabalho de conclusão do curso de graduação, e teve a companhia da pianista e integrante do quadro técnico-administrativo em educação (TAE) da Universidade, Juliana Costa.

“Esse recital é fruto da minha pesquisa acadêmica para a conclusão do Bacharelado em Música na UFJF. A intenção é apresentar ao público como as culturas africanas influenciaram e influenciam inúmeros compositores. Quis mostrar que existe esse tipo de cultura, dentro do que é considerada uma música branca e elitista. Quis colocar isso no palco, mostrar: ‘isso aqui é nosso’. Nós somos herdeiros dessa cultura”, destaca.

Confira no vídeo abaixo a interpretação de Elmir Santos para a música Xangô, composição de Heitor Villa-Lobos.

Santos destaca a relevância dos conteúdos referentes à cultura e história africana e afro-brasileira nos currículos. “Este recital é fruto de um trabalho acadêmico mesmo, igual aprendemos muitas coisas sobre Bach, Beethoven na faculdade, que são muito bonitas. Mas a gente também tem que resgatar o que é nosso, o que os nossos ancestrais trouxeram de África. Eu me lembro que ouvi até de dois professores que eu amo muito: ‘Elmir, é muito bacana, mas a gente achou que as pessoas não iam gostar muito, que ficaria cansativo, mas não é’. É um repertório que as pessoas realmente ainda não conhecem. E as pessoas gostam porque se reconhecem nas canções.”

Semana da Consciência Negra

A IV Semana da Consciência Negra da UFJF teve início no dia 7 e vai até 18 de novembro. O tema desta edição é “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. A participação é gratuita e aberta ao público em geral. Para certificação, é exigida inscrição prévia, via **formulário eletrônico**.

A iniciativa é organizada pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e pelo projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, e também integra a programação do Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir-JF).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/17/egresso-apresenta-recital-na-semana-da-consciencia-negra-da-ufjf/>

18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dia da Consciência Negra

Para refletir sobre o valor e a contribuição da comunidade negra para o Brasil, o Dia Nacional da Consciência Negra é celebrado no país em 20 de novembro. Uma série de atividades foi pensada para a data no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Entre os dias 17 e 18 de novembro, o projeto de extensão “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”, em parceria com a **Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf)** organizou a IV Semana de Consciência Negra da UFJF, que contou com mostra e lançamentos de livros, oficinas, minicursos, debates, atividades culturais, debates e palestras.

O tema da Semana foi: “Onde estão as histórias e culturas africana e afro-brasileira nos currículos acadêmicos? A urgência da **Lei 10.639/03**”. As ações também integraram a programação do

Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Juiz de Fora (Compir-JF). Confira abaixo todas as iniciativas, que foram abertas à comunidade acadêmica e juiz-forana e divulgadas em uma série de matérias na página da Universidade.

Para fechar a programação, a UFJF ainda elaborou uma campanha audiovisual cujo mote é “A Consciência começa na Educação”, com a participação do professor do departamento de Matemática, Willian José da Cruz; da técnico-administrativa em Educação (TAE), Dandara Felícia; da mestrandia em Educação, Lívia Canuto; e o estudante da Faculdade de Medicina (Famed), Caio Martins. A campanha foi publicada e divulgada nos canais oficiais da universidade ([Youtube](#), [Instagram](#), [Facebook](#) e [Twitter](#)). Assista, abaixo, o vídeo oficial na íntegra. A seguir, confira as matérias de cobertura.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/18/dia-da-consciencia-negra/>

21 DE NOVEMBRO DE 2022

Curso “Alfabetização e Letramento de Surdos” prorroga inscrições até dia 23

O curso de extensão “Alfabetização e letramento de Surdos: refletindo e revendo métodos e práticas pedagógicas” prorrogou o período de inscrições até a próxima quarta-feira, dia 23. A atividade, organizada em parceria pelas faculdades de Letras e Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é gratuita. Ao todo, são ofertadas 60 vagas. As aulas serão realizadas de modo híbrido (presencial, no campus sede da UFJF, e remoto), entre os dias 23 de novembro e 28 de janeiro de 2023.

Confira o [edital](#).

A participação é aberta ao público em geral, mas terão prioridade docentes vinculados à rede de Educação Básica, especialmente aqueles que atuam com alunos Surdos, e estudantes dos cursos de Pedagogia e Letras-Libras.

Faça aqui a sua inscrição.

O professor da Faculdade de Letras da UFJF e vice-coordenador da iniciativa, **Carlos Antônio Jacinto**, explica que estão previstas 60h de atividades, sendo divididas em sete semanas de aulas remotas, acrescidas de quatro encontros presenciais obrigatórios. “O objetivo, a partir de diferentes espaços e encontros formativos, é problematizar e aperfeiçoar práticas pedagógicas ligadas aos processos de alfabetização e letramentos de estudantes surdos, além de propor discussões que se pautem em pressupostos bilíngues.”

Ainda conforme Jacinto, “o curso contemplará os conteúdos divididos em cinco eixos, sendo eles: História da Educação de Surdos; Cultura e Identidades Surdas; Alfabetização e Letramentos; Alfabetização e Letramentos de Surdos; e Produção de material didático bilíngue.”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/21/curso-alfabetizacao-e-letramento-de-surdos-prorroga-inscricoes-ate-dia-23/>

21 DE NOVEMBRO DE 2022

PET Civil debate 10 anos da “Lei de Cotas” nesta terça, 22

PALESTRA:

Política de cotas e Consciência Negra

Comemoração dos 10 anos da política de cotas e da Semana da Consciência Negra

Palestrantes:

Andressa Borges *Willian Cruz* *Lucas Teotônio*

Palestra aberta ao público
Dia 22/11 às 16 horas
Local: Anfiteatro | Edifício Itamar Franco

INFORMAÇÕES

Realização:  PET Civil UFJF 

O Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Engenharia Civil (PET Civil) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) realiza nesta terça-feira, dia 22, o evento “Política de Cotas e Consciência Negra”. A atividade acontece, a partir das 16h, no Anfiteatro I do Edifício Itamar Franco, na Faculdade de Engenharia, no campus sede da UFJF.

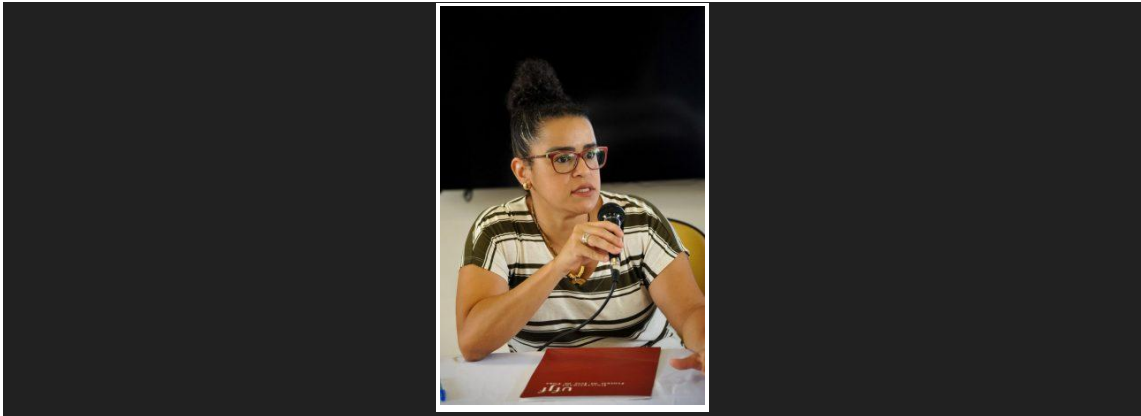
A participação é gratuita e aberta ao público em geral. Os interessados em certificação devem realizar inscrição prévia, por meio de [formulário eletrônico](#). Conforme os organizadores, o debate terá como convidados a graduanda em Nutrição na UFJF, Andressa Borges; o professor do Departamento de Matemática da Universidade, [Willian José da Cruz](#); e o docente do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSudesteMG) e ex-aluno da UFJF, [Lucas Teotônio](#).

O objetivo da iniciativa é abordar a relevância dos resultados promovidos pelos 10 anos da [Lei 12.711/12](#), conhecida como “Lei de Cotas”. O regramento dispõe sobre a reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e indígenas, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Na ocasião, também será reforçada a importância do “Dia da Consciência Negra”, celebrado em 20 de novembro. A data foi instituída oficialmente pela [Lei nº 12.519/11](#), e faz referência à morte de Zumbi. Líder do Quilombo dos Palmares, situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na Região Nordeste, Zumbi foi morto em 1695 e é símbolo da resistência à escravização e ao racismo. O PET Civil da UFJF tem coordenação da professora [Júlia Righi de Almeida](#).
<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/21/pet-civil-debate-10-anos-da-lei-de-cotas-nesta-terca-22/>

23 DE NOVEMBRO DE 2022

Ouvidora especializada em Ações Afirmativas é homenageada na Câmara Municipal



A ouvidora especializada em Ações Afirmativas e professora da **Faculdade de Medicina (Famed)** da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), **Danielle Teles da Cruz**, recebe nesta quarta-feira, 23, a Medalha Nelson Silva, honraria que reconhece o mérito cívico de pessoas físicas e jurídicas que se notabilizaram na produção, difusão e engrandecimento das manifestações artístico-culturais e sociais da raça negra, em âmbitos municipal, estadual e nacional. O evento acontece às 19h30 na Câmara Municipal de Juiz de Fora (CMJF). À professora juntam-se outras nove personalidades.

Professora substituta na Faculdade de Fisioterapia entre 2010 e 2011 e efetiva nos Departamentos de Medicina do Instituto de Ciências da Vida (ICV) do campus GV, entre 2012 e 2015, e de Saúde Coletiva da Famed desde 2015, além de ouvidora especializada da **Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf)** desde janeiro de 2021, Danielle foi indicada à medalha devido ao intenso trabalho realizado, dentro e fora da UFJF, de afirmação das políticas de inclusão. Para além dos muros da Universidade, ela atua como representante do gabinete da UFJF no Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN) de Juiz de Fora, projeto que tem por objetivo assessorar tecnicamente a Secretaria de Saúde da Prefeitura, visando a promoção da equidade racial na atenção à saúde, apresentar subsídios técnicos e políticos voltados para a atenção à saúde da população negra e propostas de intervenção em diversos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS) e acompanhar ações do Ministério da Saúde neste sentido.

“Em todos os espaços que ocupo, seja no ensino da graduação, na residência médica e na pós-graduação, seja em atividades de extensão, pesquisa ou gestão, busco sempre a incorporação de conteúdos que perpassam as ações afirmativas. Busco o estímulo à reflexão, às discussões e tomada de consciência, a sensibilização dos indivíduos para essas temáticas, pensando sempre na exaltação e reafirmação da história do povo negro e, sobretudo, me reafirmando enquanto mulher preta, lésbica e de origem periférica”, afirma a ouvidora e professora.

Para a vice-reitora da UFJF, Girlene Alves da Silva, a medalha entregue à docente representa o compromisso dos profissionais da UFJF com a sociedade e com a melhoria das condições da população. “O ato da Câmara Municipal, ao colocar em sua lista de agraciados a professora Danielle Teles, significa a compreensão de toda a sua trajetória, como professora, como militante e também como ouvidora. Essa medalha reafirma o seu trabalho cuidadoso em diversas instâncias, nos diversos espaços da vida pública e na luta pelas ações afirmativas, que devem ser encaradas com muita sensibilidade e respeito.”

Danielle ainda exalta a importância da medalha. “Fico lisonjeada e engrandecida, tendo a certeza da grandeza de Nelson Silva e tantos outros corpos pretos que lutaram e resistem. Assim, chego junto dos meus antepassados, mulheres e homens negros, que possibilitaram que eu estivesse aqui hoje. Chego junto de tantos outros do presente com os quais crio redes de afeto e proteção, chego pelos que virão, cheia de esperança que venham de fato para serem livres no sentido mais pleno da palavra liberdade. Essa medalha é importante para toda a comunidade negra, pois simboliza parte de uma base para a reconstrução de uma história e para alimentar o entendimento das nossas existências. Viva o Povo Negro! Que possamos nos aquilombar!”.

Medalha Nelson Silva

Como parte das celebrações pelo mês da Consciência Negra, a Medalha Nelson Silva foi instituída pela Resolução nº 1.120, de 1999. A honraria foi criada em parceria com o Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva e é concedida anualmente. A escolha dos agraciados com a medalha é feita por uma Comissão de Mérito composta pelo próprio Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva, pela Secretaria Municipal de Educação, pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), pela UFJF, pela CMJF, pelo Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.

O cantor e compositor Nelson Silva nasceu no dia 22 de janeiro de 1928 em Juiz de Fora. Foi contador, tipógrafo e um dos maiores compositores da história do município e do país. Atento à situação do negro no Brasil, retratou a dura realidade enfrentada pela raça em cantos e lamentos, usando uma forma de linguagem típica do escravo.

Em 1964, fundou o Batuque Afro-Brasileiro. A ideia inicial era criar um grupo musical, formado somente por negros para interpretar uma parte da peça “Aquarela do Brasil”, idealizada pelo também jornalista. Nelson faleceu por insuficiência cardíaca, em 1969, deixando aos integrantes do Batuque a sua herança de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A cerimônia será exibida no canal da JFTV Câmara.



**MEDALHA
NELSON
SILVA 2022**

A medalha tem por finalidade reconhecer o mérito cívico de pessoas físicas e jurídicas que se notabilizaram na produção, difusão e engrandecimento das manifestações artístico-culturais e sociais da raça negra, nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Homenageados 2022
Anezia da Silva | Danielle Teles da Cruz | Eduardo José Crochet
Joana D'arc da Silva Talha | Maria Adelina Braz
Mestre Jo - João Mendes Barbosa Filho | Paulo Alvino
Raymundo "Januário" de Jesus | Vera Lúcia Paulino
Wesley Barbosa Severino

Data: 23 de novembro de 2022 | **Horário:** 19h30
Local: Plenário do Legislativo - Rua Halfeld, 955, 3º andar - Centro
Traje: Passeio

 **CÂMARA
MUNICIPAL DE
JUIZ DE FORA**

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/23/ouvidora-especializada-em-aco-es-afirmativas-e-homenageada-na-camara-municipal/>

25 DE NOVEMBRO DE 2022

Machismo estrutural e falta de políticas continuam fazendo da violência de gênero uma realidade



A história do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como 25 de novembro, é uma demonstração dos efeitos causados pelo machismo e pela ascensão de regimes totalitários.

Em 25 de novembro de 1960, as irmãs e ativistas políticas da República Dominicana Patria, Minerva e María Teresa Mirabal foram assassinadas a mando do então ditador do país, General Rafael Leónidas Trujillo. Em uma emboscada, foram espancadas e enforcadas. Seus corpos foram deixados em um jipe embaixo de um barranco, para simular a morte acidental. Como símbolo da luta pela liberdade, em 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas escolheu a data como Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher.

Seis décadas depois do triplo feminicídio, a violência de gênero segue como uma realidade no mundo, em todos os espaços sociais, ainda que fatores como raça e classe econômica sejam determinantes. “Vivemos em uma sociedade marcada pelo machismo estrutural e que demanda a desconstrução disso por meio de um exercício constante de empoderamento da mulher e da menina. E que o Estado proveja condições efetivas de articular redes de acolhimento às mulheres vítimas de violência”, avalia o chefe do Departamento de Geociências, vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas (ICH) e pesquisador da violência doméstica, **Wagner Barbosa Batella**.

“Não adianta nada você identificar que a mulher é agredida e o seu agressor, se não é criada uma rede de proteção que permita à vítima sair do convívio desse agressor e oferecer a ela condições mínimas para continuar a vida.”

“Não adianta nada você identificar que a mulher é agredida e o seu agressor, se não é criada uma rede de proteção que permita à vítima sair do convívio desse agressor e oferecer a ela condições

mínimas para continuar a vida. É preciso fortalecer os órgãos públicos de acolhimento nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança”, acrescenta Batella.

Para o pesquisador, é necessária uma mudança na concepção cultural de que a violência contra mulher e demais formas de violência em âmbito doméstico devem ser resolvidas em ambiente familiar. “Temos aquelas expressões clássicas e horríveis que são reproduzidas, como ‘Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher’ ou ‘Pé de galinha não machuca pintinho’, ou seja, sobre uma mãe ou pai que agride o filho com frequência. São concepções que precisamos urgentemente enfrentar, por meio de campanhas, da conscientização das pessoas e, mais importante, do Estado provendo condições efetivas de articular redes de acolhimento”, avalia o docente.

Pandemia resultou em aumento da subnotificação



Segundo a pesquisa “Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19 em Juiz de Fora – MG”, desenvolvida pelo professor Wagner Batella, apesar de ser o quarto município mais populoso de Minas Gerais, Juiz de Fora foi a segunda cidade com maior incidências de crimes contra a mulher nos primeiros semestres de 2018, 2019 e 2020. A pesquisa foi publicada no **livro Crime e Território: Estudos e Experiências em Políticas de Segurança Pública**.

O estudo teve como objetivo contribuir com a discussão da violência doméstica em Juiz de Fora e avaliar as relações entre quarentena e esse tipo de abuso, além de mensurar as diferenças nos índices de violência doméstica entre diferentes bairros, regiões, raças e níveis de escolaridade, por exemplo.

Analisados os primeiros semestres de 2018, 2019 e 2020 em Juiz de Fora, entre outras categorias de crimes caracterizados como violência doméstica, sendo os principais ameaça, lesão corporal e vias de fato, houve redução de 15% das ocorrências (2.042 notificações em 2018; 2.057 em 2019; e 1.748 em 2020). Já o estupro de vulnerável teve variação ascendente, com aumento de 450% no período de 2020 em relação ao ano anterior – foram nove registros em 2020, e dois em 2019 e 2018. Segundo o pesquisador, os dados devem ser vistos com cautela.

“É necessário enfatizar que no período de pandemia, sobretudo no primeiro semestre de 2020, houve um fechamento total ou parcial de equipamentos voltados para o combate e o registro dos casos de violência. Sobretudo a Casa da Mulher. Isso pode ter dificultado, em grande medida, a procura por ajuda”, afirma o professor.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que, no mesmo período, houve um aumento expressivo de denúncias anônimas de violência contra a mulher pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. “Isso mostra que houve um aumento do número de pedidos de socorro, mas não houve um aumento de registro de casos. Dada essa dificuldade por conta do fechamento de equipamentos e o risco de exposição à Covid-19 em um período com poucas informações sobre a doença e ainda sem vacina”, avalia Batella.

Para atualizar essas informações no contexto atual, Batella participa de um estudo em parceria com pesquisadores das faculdades de Medicina, de Comunicação e do curso de Ciências Sociais, além da Prefeitura de Juiz de Fora. Já é possível perceber que o arrefecimento da pandemia está refletindo no aumento dos indicadores de violência contra mulheres e crianças. “Não quer dizer que estão acontecendo mais crimes agora. É importante frisar isso. Mas sim há uma maior possibilidade, uma melhoria das condições que permitiram um efetivo registro dos casos de violência doméstica”, destaca a professor. Para o estudo, é realizado o mapeamento e a identificação dos equipamentos de acolhimento às mulheres vítimas de violência na cidade, além do desenho de uma possível rede.

Despreparo profissional e proximidade do agressor dificultam o atendimento às vítimas

A subnotificação dos casos de violência contra a mulher é uma realidade com múltiplos fatores. O machismo também se faz presente no momento em que a mulher busca por atendimento nos equipamentos adequados. Falhas no sistema de saúde e na preparação de profissionais para lidar com casos de violência contra a mulher também podem causar a redução no registro de casos, avalia a ouvidora especializada em Ações Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora do Departamento de Saúde Coletiva, **Danielle Teles da Cruz**.

A ausência de recursos financeiros corrobora com a invisibilidade, o silenciamento e o recrudescimento desse fenômeno social

“A cultura machista, patriarcal e misógina atravessa também os diferentes serviços de atendimento às mulheres, além da restrição de acesso aos serviços de saúde durante a pandemia e sentimentos de culpa e medo.” Soma-se a isso o fato de que os investimentos no combate à violência contra a mulher e nas redes de proteção diminuíram “drasticamente”, segundo Danielle, nos últimos quatro anos. “A ausência de recursos financeiros corrobora com a invisibilidade, o silenciamento e o recrudescimento desse fenômeno social.”

Do ponto de vista da saúde, outros elementos também são importantes quando observamos o cotidiano de trabalho dos profissionais. Entre eles, a professora destaca “a utilização inadequada ou não utilização dos sistemas de informação em saúde, como desconhecimento sobre o processo de notificação da violência, sobrecarga do processo de trabalho, ausência de estrutura física mínima e até mesmo receio por parte do profissional em realizar a notificação. Portanto, o cotidiano nem sempre se traduz em dados no SUS. Em contrapartida, o relato da observação empírica dos profissionais a partir dos atendimentos realizados revela esse aumento”, afirma Danielle.

A proximidade do agressor com a vítima é um outro complicador para a realização da denúncia. Sobretudo nos casos de violência doméstica, o agressor costuma ser um familiar, vizinho ou outra pessoa de confiança no círculo familiar mais íntimo. Um outro aspecto é de ordem econômica: há casos em que a vítima depende financeiramente do agressor.

“Quando esse agressor é o provedor do ponto de vista econômico, retirá-lo dessa situação pode resultar em uma grave condição de vulnerabilidade da vítima. Existe, ainda, a própria dificuldade de a vítima se reconhecer como tal. Muitas vezes o estupro é cometido pelo marido, o que cria uma confusão e faz a pessoa não tomar conhecimento de que foi violentada”, diz o professor Wagner Batella.

Rede de atendimento precisa funcionar de forma articulada, na prática



Sobre a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero, Danielle Telles destaca que há um “arcabouço legal e normativo” que prevê uma rede de atendimento. “O entendimento é da necessidade de uma rede articulada por meio de ações intersetoriais com o objetivo de garantir a integralidade da atenção e ampliação dos serviços existentes voltados às mulheres em situação de violência.”

Até 2002, a base do Programa Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher era restrita à construção de casas abrigo e à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. A partir de 2003 tem início a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, em 2005, é criada a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Outro marco é a promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) em 2006. No ano seguinte, é lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com o objetivo de possibilitar a operacionalização da política de combate.

Ainda assim, a legislação vigente não tem possibilitado “no plano concreto e operacional” o funcionamento da rede de atendimento. “(É preciso) uma rede que seja integrada e articulada com vistas à integralidade da atenção prestada, ao tratamento respeitoso e digno, e, sobretudo, a não

revitimização dessas mulheres. Assim, os impactos gerados incidem de forma intensa e sistemática sobre esses corpos que já são vítimas causando novas violências e novos traumas”, destaca a ouvidora de Ações Afirmativas.

Além da vítima, seus familiares e o próprio sistema de saúde sofrem os impactos da violência de gênero. “Há um aumento dos atendimentos ambulatoriais, de emergência e internações, da utilização de medicamentos e também das condições crônicas como tabagismo, etilismo, isolamento social, problemas de saúde mental, doenças de fundo emocional e outros.”

Projeto de extensão da UFJF oferece atendimento psicológico a homens condenados

Agressores condenados pela Lei Maria da Penha são atendidos por projeto de extensão desenvolvido pelo Centro de Psicologia Aplicada (CPA). O atendimento é realizado em grupo na Casa da Mulher, duas vezes por semana a homens encaminhados pela Vara da Violência Doméstica em Juiz de Fora. A resignificação do que é ser homem em um amplo espaço de conversa e aprendizado estão no foco da iniciativa.



“Criamos um espaço de conversa e aprendizado coletivo dos temas emergentes na vida, como justiça, injustiça, masculinidade, violência conjugal, violência doméstica, agressividade, paternidade, relação íntima, relações com os filhos, trabalho e desemprego, racismo nas instituições”, afirma o coordenador do CPA, **Luiz Gibier**, professor do Departamento de Psicologia da UFJF.

Os atendidos passam por uma entrevista inicial. Na sequência, a pessoa é convidada a participar do projeto. Cada grupo tem duração de três meses, ao longo dos quais são realizados doze encontros.

Ao final, os participantes recebem um certificado de participação a ser anexado no seu processo. O projeto de extensão teve início em 2015 e um novo grupo está previsto para ser aberto em janeiro de 2023.

Canais de denúncia – Dentro e fora da UFJF

Casos de violência contra a mulher podem ser denunciados nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e pelo Disque 180. No âmbito da UFJF, há a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, que pode ser acessada pela plataforma **FalaBr**, por **e-mail**, telefone ou atendimento presencial, na Reitoria.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/11/25/machismo-estrutural-e-falta-de-politicas-continuam-fazer-do-da-violencia-de-genero-uma-realidade/>

DEZEMBRO

3 DE DEZEMBRO DE 2022

Atendimento especializado do Pism promove acolhimento de pais e acompanhantes



Cerca de 300 inscritos foram recepcionados pela equipe de atendimento especial do Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism). Por condições físicas, clínicas ou psicológicas, eles solicitaram os recursos, em Juiz de Fora e Governador Valadares. No campus sede, esses participantes foram alocados nas faculdades de Enfermagem (módulo I); Odontologia (módulo II) e Farmácia (módulo III) e, além disso, contaram com uma equipe de apoio de médicos e psicólogos para qualquer possível intercorrência.

“A maior parte das solicitações foram feitas por pessoas com deficiências físicas, auditivas e intelectuais, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), surdez e pessoas com diabetes, em decorrência do uso de insulina”, aponta a coordenadora do Núcleo de Apoio a Inclusão (NAI), Nadia Faria.



Segundo a coordenadora, o atendimento especial é um ganho para todos, sendo primordial para esses estudantes e para as famílias, pois traz a tranquilidade de fazer as provas em espaços específicos com recursos e equipamentos necessários, como tempo adicional e a oportunidade de poder interromper a prova para o uso de medicação. “A UFJF, ao derrubar tais barreiras, evita angústia desse público, que já se encontra estressado em decorrência das provas”, salienta.

Em família

Inscrito no Pism III, o estudante Enzo Gomes Espíndola estava acompanhado dos pais Joseane Souza Gomes Espíndola e Marcelo Espíndola. Tentando uma vaga no curso de Design, Enzo possui transtorno do espectro autista (TEA) e teve a oportunidade de solicitar tempo adicional, leitor e escrevedor. Quando perguntado sobre a possibilidade de entrada ao curso superior, o aluno estava convicto: “Espero que seja bom!”.

Segundo a mãe, Joseane, o filho tem tido acompanhamento nas provas desde o primeiro módulo. “É uma ação necessária para melhorar as condições dos estudantes que precisam desse atendimento diferente. Eles precisam desse apoio. Para o Enzo é muito difícil fazer uma prova sozinho, este suporte faz o resultado dele melhorar em, pelo menos, 80%.”

Acolhimento

Joseane e Marcelo também trouxeram dúvidas de como será a realidade do filho, caso seja aprovado no processo seletivo. Com o acolhimento aos familiares e acompanhantes de candidatos que solicitaram atendimento especializado, o NAI permite uma troca de informações sobre o processo seletivo e as vivências acadêmicas. O núcleo é responsável por garantir acessibilidade e inclusão por meio de acompanhamento também durante o curso. “É um momento em que damos uma atenção a esses acompanhantes, de formar, informar e de conhecermos essas famílias”, destaca Nádia.

Para os pais de Enzo, foi um conforto ouvir outras experiências. “Essa troca é tudo de bom e é importante conhecer como tem sido o processo dos filhos de outras pessoas. Ainda é bom saber como será esse acompanhamento, pois o ambiente da UFJF é complexo até para alunos que possuem todas as condições, imagina para um aluno que tem a visão de mundo diferente?”, finaliza, Joseane.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/12/03/atendimento-especializado-do-pism-promove-acolhimento-de-pais-e-acompanhantes/>

8 DE DEZEMBRO DE 2022

Gerres promove debate sobre cotas, conquistas e desafios nos 10 anos da UFJF-GV

SEM CATEGORIA



Durante todo o mês de novembro, a Universidade Federal de Juiz de Fora campus Governador Valadares realizou diferentes ações em comemoração dos 10 anos de fundação do campus avançado. Buscando contribuir junto ao calendário, e também rememorar os Mês da Consciência Negra, o Gerres realizou, na última semana de novembro, a roda de conversa “Uma década da UFJF-GV e da Lei de Cotas: conquistas e desafios”. **O encontro pode ser visto neste link.**

O encontro contou com a apresentação de dados sobre a efetivação da Lei nº 12.711/2012 na Universidade e também no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais campus Governador Valadares (IFMG-GV). Além disso, a roda contou a fala do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Os dados da UFJF-GV foram apresentados pela gerente de Graduação, Angélica Cotta Lobo Leite Carneiro, que disponibilizou uma série de informações, compiladas pela equipe da Gerência através de sistemas como o Siga e também de registros do setor. Entre os dados, ela destacou que, nos últimos anos, o ingresso dos estudantes tem se dividido em quase 50% entre cotas e ampla oferta. Para Angélica, isso ressalta que a UFJF-GV tem se comprometido com a efetivação da Lei.

Para a gerente de graduação, há pontos importantes que ainda precisamos melhorar, como o ingresso de estudantes deficientes. Ela lembrou que, neste casos, devemos observar que a legislação é mais recente. Outro ponto é o tempo de permanência dos estudantes. O diagnóstico feito pela equipe da Gerência identificou que os estudantes de ampla concorrência concluíram os cursos entre 4 e 5 anos. Já a média dos cotistas é entre 6 e 7 anos. Todos os dados apresentados por ela serão disponibilizados [no site da Gerência de Graduação](#).

Os dados do IFMG-GV foram apresentados pelo ex-coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), do Instituto, Giulliano Gloria de Sousa. Durante sua apresentação, Giulliano recordou que os números apresentados pela Gerência de Graduação da UFJF-GV são de extrema importância, uma vez que a efetivação das políticas públicas dependem tanto de diagnóstico quanto de constante acompanhamento.

Para fechar a mesa de apresentações, a roda contou com a presença do COMPIR/GV, através da fala de seu atual presidente, o advogado Marcos André de Paula Oliveira. Em sua apresentação, Marcos destacou a importância das duas instituições públicas federais de ensino na cidade, e lembrou que é preciso estreitar as parcerias, para tornar as ações mais efetivas.

Após as apresentações, foi aberto um momento para considerações dos participantes e também de perguntas e respostas. Entre os pontos levantados, principalmente pelo Gerres, está a necessidade de se criar um calendário conjunto, que fortaleça as ações e também atinja de forma mais permanente a comunidade. Outra sugestão foi a divulgação de todas as ações institucionais via Conselho Municipal. O objetivo é que as informações cheguem a mais pessoas interessadas com a temática. [Confira como foi todo o debate neste link](#).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/12/08/gerres-promove-debate-sobre-cotas-conquistadas-e-desafios-nos-10-anos-da-ufjf-gv/>

